



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
SCHIRLEY FRANCIANE PEREIRA SILVEIRA

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL: O ESTUDO
DE CASO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**

Florianópolis

2020

SCHIRLEY FRANCIANE PEREIRA SILVEIRA

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL: O
ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração, da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Nei Antônio Nunes

Coorientador: Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra

Florianópolis

2020

SCHIRLEY FRANCIANE PEREIRA SILVEIRA

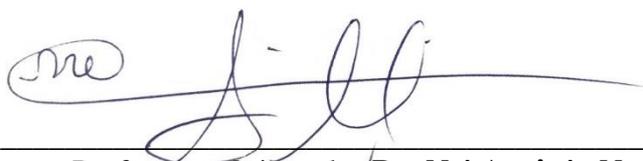
**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
SUSTENTÁVEL: O ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração, da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Nei Antônio Nunes

Coorientador: Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra

Florianópolis, 31 de agosto de 2020.

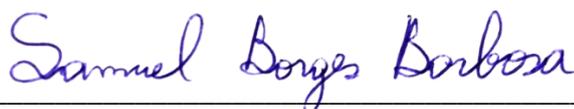


Professor e Orientador **Dr. Nei Antônio Nunes**
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor e Coorientador: **Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra**

Universidade do Sul de Santa Catarina



Professor **Dr. Samuel Borges Barbosa**
Universidade Federal de Uberlândia



Professora **Dra. Ana Regina Dutra**
Universidade do Sul de Santa Catarina

S59 Silveira, Schirley Franciane Pereira, 1986-
Indicadores de desenvolvimento municipal sustentável: o estudo de caso do município de Rio Negrinho / Schirley Franciane Pereira Silveira. – 2020. 173 f. : il. color.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Administração.
Orientação: Prof. Dr. Nei Antônio Nunes
Co-orientador: Prof. Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Cidades e vilas - Desenvolvimento. I. Nunes, Nei Antonio. II. Guerra, José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade. III. Universidade do Sul de Santa Catarina. IV. Título.

CDD (21. ed.) 307.116

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Nei Antônio Nunes, por aceitar o desafio de assumir como orientanda em junho de 2020, por me motivar e acreditar no potencial do trabalho, agradeço por todo o ensinamento, suas palavras de motivação, e principalmente pela sua dedicação.

Agradeço ao meu coorientador, Professor Doutor José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, por estar sempre disposto a ajudar, seu ensinamento faz a diferença na vida de qualquer pessoa que conviva com o Sr., no momento em que mais precisei, me acolheu, orientou e me fez perceber que com planejamento e metas, independente do sonho, será capaz de realizar, obrigado por todo o tempo dedicado, por todos os ensinamentos, pela dedicação e comprometimento.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina, que me acolheu e me deu a oportunidade de desenvolver meu mestrado.

Agradeço ao Prefeito do município de Rio Negrinho, Sr. Júlio Cesar Ronconi, por me permitir e dar condições para o desenvolvimento do meu mestrado no município, disponibilizando sua equipe para apoio e auxílio das informações para o desenvolvimento da dissertação.

Agradeço a minha família, que sempre esteve comigo quando precisei do seu apoio, carinho e compreensão, minha família é minha base para me desenvolver como pessoa e profissional. Seus ensinamentos são fundamentais para a minha vida, cada abraço, cada carinho, por mais simples que seja, me fortalece e me faz acreditar que sempre posso e sou capaz de fazer qualquer coisa, agradeço por cada incentivo, apoio e por todo amor.

Agradeço a Deus, por tudo que ele me proporciona, por todas as bênçãos e conquistas, por nunca me desamparar, por me permitir esse presente e finalizar uma das minhas metas do ano, de me tornar mestra, realizando um sonho pessoal e me permitir ser a primeira mestra da minha família.

RESUMO

A necessidade de desenvolvimento local e econômico é uma realidade encontrada em diversos municípios, e desenvolver projetos, ações, buscar meios e ferramentas para esse desenvolvimento é o papel de quem está à frente da gestão. Essas ferramentas buscam auxiliar no desenvolvimento econômico, social e sustentável, permitindo então melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento social, sustentável e, conseqüentemente, econômico. Assim, permitindo e identificando a importância de parcerias públicas, empresários, líderes governamentais, terceiro setor, garantindo ferramentas que visem ao progresso do município e desenvolvimento das questões sócias. Esta dissertação tem por objetivo “analisar o Programa de Desenvolvimento Econômico Local, no contexto dos indicadores de desenvolvimento sustentável municipais na cidade de Rio Negrinho”. Para sua consecução, procurou atender os seguintes objetivos específicos: apresentar o programa de implantação de desenvolvimento econômico e local, descrever o perfil do município de Rio Negrinho e indicar as questões com maior vulnerabilidade encontradas no município. No aprofundamento analítico da pesquisa, foi realizada a revisão teórica, que buscou diversos artigos científicos viabilizando o embasamento para desenvolver facilitadores, instrumentos relacionados ao desenvolvimento sustentável, desenvolvimento municipal, cidades sustentáveis e desenvolvimento local e progresso econômico. Na coleta de dados, foram entrevistadas 15 pessoas ativas no desenvolvimento econômico do município de Rio Negrinho. As entrevistas foram analisadas em coerência com os preceitos metodológicos orientadores do estudo. Com escrutínio do material coletado, foi possível compreender a visão dos atores envolvidos em seus matizes, como também alguns procedimentos internos na implementação do programa de desenvolvimento econômico local, DEL. Ao fim da trajetória investigativa, foi possível inferir que o desenvolvimento econômico local está interligado com as questões sociais e sustentáveis do município de Rio Negrinho, transformando e proporcionando qualidade de vida para os munícipes e indicadores para a tomada de decisão, por meio de projetos e conscientização social, desenvolvimento tecnológico, estimulando o desenvolvimento sustentável e promovendo transparência das ações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local e Progresso Econômico. Desenvolvimento Sustentável. Cidades Sustentáveis.

ABSTRACT

The necessity for local and economic development is a reality in a great number of towns, and to develop projects, activities, to find means and instruments for such development is the part of whoever is responsible for the management. Such tools seek to help with economic, social and sustainable development, allowing for improvement in the quality of life, social, sustainable and, consequently, economic development. Thus, allowing and identifying the importance of public partnerships, entrepreneurs, governmental leaders, the third sector, assuring tools that aim at the town's progress and the development of social issues. This thesis' main objective is to "analyze the Program for Local Economic Development, within the scope of indicators for sustainable development in Rio Negrinho". In order to attain the main objective, it sought to meet the following specific objectives: to present a program for implementation of economic and local development, to describe the outline of Rio Negrinho and to indicate matters of most vulnerability found in the town. In further analytical analyzes, a theoretical review was done, searching for numerous academic papers enabling the foundation to develop facilitators, instruments related to sustainable development, municipal development, sustainable cities, local development and economic progress. On data collection, 15 people with active roles on the economic development of Rio Negrinho were interviewed. The interviews were analyzed in coherence with the methodological precepts guiding the study. With scrutiny of the data collected, it was possible to comprehend the point of view of the people involved in their nuances, as well as some internal procedures in the introduction of the program for local economic development, DEL. At the end of the investigative trajectory, it was possible to infer that the local economic development is intertwined with social and sustainable matters in the town of Rio Negrinho,

changing and providing quality of life to the residents and indicators for the decision making process, through projects and social awareness, technological development, stimulating sustainable development and promoting transparency of actions.

Key-words: Local Development and Economic Progress. Sustainable Development. Sustainable Cities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	21
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	22
Figura 3 – Objetivos e composição da rede SIDEMS	36
Figura 4 – Estrutura do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS)	38
Figura 5 – Classificação I do IDMS.....	39
Figura 6 – Interface do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS)	40
Figura 7 – Grupos temáticos e áreas de atuação	41
Figura 8 – Roteiro da pesquisa em execução	50
Figura 9 – Análise de Conteúdo	54
Figura 10 – Setores que movimentam a economia	57
Figura 11 – Análise de Conteúdo do DEL	63
Figura 12 – Ações que devem estar definidas após o primeiro ano de implantação do Programa DEL	66
Figura 13 – Papel do desenvolvimento sustentável municipal na visão dos entrevistados	77
Figura 14 – Base e resultados do desenvolvimento econômico de Rio Negrinho	80
Figura 15 – Recomendações e propostas de ações para o município	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	28
Quadro 2 – Indicadores e suas categorias de relevância	42
Quadro 3 – Porcentagens recebidas pela União e pelo Estado	59
Quadro 4 – Aspectos importantes do Programa DEL	61
Quadro 5 – Implementação DEL	65
Quadro 6 – Projetos em desenvolvimento no município de Rio Negrinho	68
Quadro 7 – Qual a importância do desenvolvimento sustentável para o Município de Rio Negrinho?	73
Quadro 8 – Na sua opinião, quais práticas relacionadas aos indicadores de Desenvolvimento sustentável municipal aplicada pela Prefeitura de Rio Negrinho?	78
Quadro 9 – Quais ações relacionadas à sustentabilidade desenvolvidas pelo município?	82
Quadro 10 – O que incentivou a implantar o DEL em Rio Negrinho?	85
Quadro 11 – Quais as dificuldades na implementação do DEL?	88
Quadro 12 – Qual a importância do programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) para a sua câmara técnica?	91
Quadro 13 – Qual a contribuição do DEL para a promoção Desenvolvimento Sustentável no município de Rio Negrinho?.....	94
Quadro 14 – Qual a maior dificuldade que está sendo encontrada na implementação do DEL?	97
Quadro 15 – Projetos Rio Negrinho	99
Quadro 16 – O município já consegue identificar melhorias e retorno econômico com as etapas já implantadas?	101
Quadro 17 – Quais os principais projetos já implantados pelo DEL?	104
Quadro 18 – Qual o impacto do DEL para o comércio local no município de Rio Negrinho	107
Quadro 19 – Visão Entrevistados	109
Quadro 20 – Recomendações para a promoção do DEL	116
Quadro 21 – Recomendações para a gestão municipal	118
Quadro 22 – Recomendações para programas sociais	120

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REVISÃO TEÓRICA	18
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	18
2.2 CIDADES SUSTENTÁVEIS	25
2.3 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL	30
2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROGRESSO ECONÔMICO.....	44
3 PROCEDIMENTOS INSVESTIGATIVOS	51
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	53
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	54
4 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE.....	56
4.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (DEL).....	61
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: A PERSPECTIVA DE GESTORES, EMPRESÁRIOS E VOLUNTÁRIOS	72
5.1 QUAL A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO?	73
5.2 NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS PRÁTICAS RELACIONADAS AOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MUNICIPAL APLICADAS PELA PREFEITURA DE RIO NEGRINHO?	75
5.3 QUAIS AS AÇÕES RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDA PELO MUNICÍPIO?	80
5.4 O QUE INCENTIVOU A IMPLANTAR O DEL EM RIO NEGRINHO?	84
5.5 QUAIS AS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO DEL?.....	87
5.6 NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (DEL) PARA A SUA CÂMARA TÉCNICA?	90

5.7 NA SUA OPINIÃO, QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO DEL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO?.....	93
5.8 NA SUA OPINIÃO, QUAL A MAIOR DIFICULDADE QUE ESTÁ SENDO ENCONTRADA NA IMPLEMENTAÇÃO DO DEL?	96
5.9 O MUNICÍPIO JÁ CONSEGUIE IDENTIFICAR MELHORIAS E RETORNO ECONÔMICO COM AS ETAPAS JÁ IMPLANTADAS?.....	98
5.10 QUAIS OS PRINCIPAIS PROJETOS JÁ IMPLANTADOS PELO DEL?	103
5.11 NA SUA OPINIÃO, QUAL O IMPACTO DO DEL PARA O COMÉRCIO LOCAL NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO?	106
5.12 VISÃO ENTREVISTADOS COMPILADA	108
6 RECOMENDAÇÕES.....	115
6.1 PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O MUNICÍPIO	115
6.1.1 Recomendações aplicação DEL.....	115
6.1.2 Recomendações para a Prefeitura.....	117
6.1.3 Programas sociais	120
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
ANEXOS	140
ANEXO A – CASES DEL.....	141
ANEXO B – ENTREVISTAS.....	172

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da Revolução Industrial, aumento da produção e crescimento urbano, o mundo passou a utilizar os recursos renováveis, o que intensificou os discursos pela proteção ambiental a partir da década de 60, pois o desenvolvimento das cidades passou por processos de urbanização desordenados e necessitavam de um novo padrão de desenvolvimento (BARBOSA, 2008). Esse cenário foi reforçado pela crise do petróleo nos anos 70, que impulsionou críticas ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, modelo este que visava o crescimento econômico sem preocupação com a sobrevivência das pessoas em longo prazo (FERNANDEZ, 2008). E surge, assim, um novo paradigma: o do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem às próprias necessidades em diversos aspectos (RELATÓRIO BRUNDTLAN, 1987).

Assim, Montibeller Filho (1993) ressalta que se deve ter uma visão holística, observando-se o conjunto de aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, ambientais e como estas várias dimensões se relacionam. Segundo Sachs (1980, 1986, 1997, 2000), os limites de desenvolvimento sustentável não provêm apenas do desenvolvimento econômico, mas também do cultural, político e ambiental, elementos fundamentais para promover a sustentabilidade, planejamento governamental e políticas públicas.

O desenvolvimento sustentável é o reconhecimento de uma economia viável, que permite atender às questões sociais, ambientais e econômicas, comportando avaliar o desenvolvimento por um determinado território ou dimensão, sendo possível mensurar probabilidades multidimensionais que profere questões políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas (SACHS, 1993).

Segundo Martinez e Oliveira (2013), o que se observa é que o desenvolvimento é um processo complexo e desejado por todas as nações do mundo, as quais buscam estratégias para a sua implementação. Por sua vez Bulegon et al. (2018) afirmam que o papel do Estado é fundamental para tornar seus territórios atrativos, competitivos e oportunizar novas formas de desenvolvimento.

No Brasil, muitos municípios de pequeno porte, na década de 90, com população reduzida, passaram a pensar na aplicação do desenvolvimento local como alternativa para o progresso econômico do seu município, pois a falta de recursos advindos do governo fez com

que pequenos municípios se reinventassem buscando alternativas para o desenvolvimento local. Ou seja, a coerência da não repartição setorial, e identificar suas próprias demandas, propondo aplicações inovadoras e endógenas com o objetivo de suprir as carências do próprio município, passou a ser fundamental para o desenvolvimento do mesmo, que naquele momento tornasse o protagonista do seu desenvolvimento econômico local, fazendo com que a base dos seus potenciais fosse fundamental para suprir parte das demandas necessárias dos seus municípios (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003)

A FACISC (2020) desenvolveu o programa DEL ou Programa de Desenvolvimento Econômico Local, e foi concebido com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável nos municípios, e conseqüentemente melhorar a qualidade de vidas de seus habitantes. O programa consiste em uma premissa simples, planejar o desenvolvimento sustentável da região em questão, a partir da união do ponto de vista de todos os envolvidos na gestão, estimulando plataformas de diálogo, tudo de maneira coordenada e direcionada.

Os personagens envolvidos no programa são os mais variados, e vão bem além do poder público, envolvem-se no processo o prefeito, secretários, vereadores, entidades públicas ou privadas, associações, órgãos de classe, meio acadêmico, clubes de serviço, movimentos organizados, e também outros grupos que se reúnem formando o Conselho de Desenvolvimento (FACISC, 2020).

Seu papel é identificar e mapear os problemas, levando às câmaras técnicas a busca de soluções, analisando e avaliando estratégias para a tomada de decisões em prol de adotarem as decisões mais assertivas e viáveis com foco na busca da qualidade de vida da comunidade e do crescimento sustentável e orgânico da região. Com pouco tempo de implantação do programa, os resultados são nítidos, e pode-se notar que o planejamento a médio e longo prazo passam a ser rotina na gestão, prospectando um futuro muito mais promissor para a comunidade impactada e para toda a região ao seu redor, que se desenvolverá também, pois será um reflexo, uma região organizada e planejada, gera crescimento econômico e progresso sustentável (FACISC, 2020).

Na FACISC (2020), o DEL possibilita a gestão participativa e profissional, otimiza o uso dos recursos públicos e privados e aumenta a aceitação das políticas municipais relativas à economia local. Para muitos gestores públicos, onde em algumas áreas que não fazem parte da sua atuação é uma excelente oportunidade de promover o desenvolvimento econômico local.

O programa DEL não tem a intenção de confrontar a administração pública, e sim criar uma metodologia eficiente e eficaz através de planejamento e ações que contribuam para uma política de desenvolvimento estruturada e bem-sucedida. A Prefeitura como órgão de

arrecadação de imposto do município é o principal financiador da implementação do Programa DEL, e continuará a arcar com essa obrigação até que o programa esteja maduro e a comunidade empreendedora se conscientize da importância acerca do planejamento estratégico e benefícios que são gerados para comunidade (FACISC, 2020).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

As organizações precisam se readaptar, criar meios para identificar estratégias para incorporar ações de sustentabilidade, ter uma política de preocupação e se comprometer com o meio ambiente. Criar recursos, melhorar os processos, identificar estratégias de forma consciente e eficaz seja um dos principais objetivos da organização (GOEDERT; SANTOS; ABREU, 2018).

Por sua vez, Rosseto (2006) assevera que se faz necessário buscar novos modelos de políticas públicas urbanas que combinem o esforço de crescimento econômico com ações equilibradas para obtenção de condições dignas de vida para as populações, com redução nas taxas de degradação do meio ambiente, diminuição de desigualdades sociais e melhoria nas condições de emprego. Nesta mesma linha, encontra-se em FECAM (2018) que se faz necessário, para acontecer o desenvolvimento sustentável, existir um equilíbrio entre todas as dimensões avaliadas.

Neste ínterim, percebe-se que o desenvolvimento sustentável é muito amplo e necessita de ações globais. Porém, o presente estudo não conseguiria englobar toda esta situação, e, como bem destacam Dorneles e Silva (2017), é um tema complexo, pois envolve as dimensões ambiental, social, econômica, institucional e cultural.

Para se chegar a tal conhecimento, bem como à aplicação efetiva do conceito de desenvolvimento sustentável municipal, Rezende e Fagundes (2016) relatam que é importante o desenvolvimento da metodologia de indicadores de sustentabilidade, na qual se analisam as características e políticas públicas implementadas em cidades e regiões, a fim de avaliar o grau de sustentabilidade no desenvolvimento daquela localidade. Com isso, é possível verificar quais índices são positivos e quais necessitam de medidas pró-ativas e reativas a serem adotadas, antes que danos irreversíveis possam ocorrer, asseveram os autores.

Para Bulegon et al. (2018), a importância de se trabalhar com a elaboração de normas e indicadores de desenvolvimento sustentável é a possibilidade de avaliação dos aspectos econômicos, sociais, éticos e culturais. De acordo com a FECAM (2018) conhecer o equilíbrio entre todas essas dimensões avaliadas, permite chegar à avaliação do desenvolvimento

sustentável municipal, ou, especificamente no caso de Santa Catarina – objeto do presente estudo –, ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) (FECAM, 2018).

O desenvolvimento sustentável municipal é um dos eixos de estudo da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que permite compreender e mensurar o criado pelas duas instituições para mensurar os indicadores de desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses (FECAM, 2018). O relatório apresentado pela FECAM e CNM, no ano de 2018, demonstra uma maior preocupação na gestão dos municípios no estado de Santa Catarina, que permite afirmar a preocupação com seus municípios com relação ao desenvolvimento sustentável, econômico e social (FECAM, 2018).

Réus e Andion (2018) afirmam que a FECAM iniciou o desenvolvimento do sistema SIDMS no ano de 2008, para auxiliar e fortalecer os municípios destacando a importância das informações para a tomada de decisão, criando indicadores para uma análise estratégica e enfatizando e valorizando para o desenvolvimento sustentável. Deste modo, a análise do desenvolvimento sustentável dos municípios em seus quatro eixos (sociocultural, econômico, ambiental e político institucional) deve ser visto como prioridade pelos gestores públicos e, no caso do estado de Santa Catarina, essa ferramenta disponibilizada pela FECAM pode auxiliar os municípios no planejamento e nas ações que visem à manutenção ou à melhoria nas áreas pesquisadas, afirmam Bulegon et al. (2018).

Ademais, asseveram Leite Filho e Santiago (2015), através da análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável, que os gestores municipais e/ou a sociedade civil organizada poderão utilizar os resultados e conclusões da pesquisa para a formação de novas propostas de políticas públicas, remanejamento de recursos, eficácia de investimentos em áreas deficitárias, bem como na formulação de planos futuros para desenvolvimento econômico e social dos municípios a serem pesquisados.

Já Frainer et al. (2017) reforçam a importância de um Estado se preocupar com os indicadores de desenvolvimento sustentável, por auxiliarem na tomada de decisão e serem fundamentais para orientação das políticas pública, pois facilitam os processos de decisão e permitem mensurar dados relacionados ao desenvolvimento dos municípios, pertinentes aos indicadores de desenvolvimento sustentável. Entretanto, é importante frisar que os indicadores municipais de sustentabilidade devem ser adaptados à realidade local e serem reavaliados conforme os anos vão passando (GEHRKE, 2012).

De acordo com Andion (2009), fica evidente que mudanças no papel das administrações municipais na definição dos rumos em termos de desenvolvimento, seja na esfera de gestão

municipal, seja na gestão integrada de recursos de uso comum do território com a valorização dos recursos patrimoniais territoriais, promovendo até novos estilos de desenvolvimento.

A FACISC criou o programa DEL, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico sustentável nos municípios, melhorar a qualidade de vida das pessoas. O programa reúne pessoas ligadas ao poder público, comunidade e associações, para pensar e planejar o desenvolvimento sustentável, social e econômico da cidade. Criando um modelo de gestão que apresente resultados, permitindo então identificar um modelo de gestão eficiente, através dos projetos desenvolvidos pelas câmaras técnicas e plataformas de diálogos.

Identificando a preocupação acerca da necessidade do crescimento local e econômico correlacionado com as preocupações sociais e ambientais, é possível definir a pergunta de pesquisa: De que forma os índices de desenvolvimento sustentáveis municipais contribuem para o desenvolvimento local e econômico de Rio Negrinho?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral e específico tem por finalidade responder à pergunta de pesquisa, apresentando indicadores para auxiliar nas tomadas de decisões, contribuindo positivamente para o desenvolvimento sustentável e progresso econômico da cidade.

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem como seu objetivo geral “analisar o Programa de Desenvolvimento Econômico Local, no contexto dos indicadores de desenvolvimento sustentável municipais na cidade de Rio Negrinho.

1.2.2 Objetivos Específicos

É possível definir os objetivos específicos do presente estudo, almeja-se:

- a) apresentar o Programa de Desenvolvimento Econômico Local de Rio Negrinho-SC;
- b) descrever o perfil de Rio Negrinho, município catarinense, de acordo com as dimensões dos indicadores de desenvolvimento sustentável municipais;
- c) indicar as dimensões com maior vulnerabilidade nos indicadores de desenvolvimento sustentável em Rio Negrinho.

1.3 JUSTIFICATIVA

Considerando que o Estado de Santa Catarina é composto de 295 municípios, divididos em 21 associações, composta de seis microrregiões: Grande Florianópolis, Vale do Itajaí Serrana, Norte, Oeste, Sul. Sua área territorial é de 95.703,5km², população de 6.248.436. (IBGE, 2015).

O maior órgão que promove o desenvolvimento sustentável no Estado de Santa Catarina é a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM), criada no ano de 1995, no governo Paulo Afonso Vieira, e que foi mantida pelo Esperidião Amim. Já o governo de Luiz Henrique da Silveira (2003) permitiu integração da antiga Secretaria da Família com a do Meio Ambiente, criando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente (SDS).

Em 2005 aconteceu a reforma administrativa, criando a Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, na qual a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente foi transformada para Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, mantendo a sigla SDS. A Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, no segundo mandato de Luiz Henrique da Silveira, passou a ser chamada em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, sustentando a sigla SDS.

Atualmente, a FECAM (2018), Federação Catarinense dos Municípios, é a responsável em atender os interesses comuns dos municípios de Santa Catarina, cuja missão é fortalecer a administração pública municipal, consolidar o movimento municipalista e contribuir para proporcionar à população acesso a gestões e políticas públicas eficazes, eficientes e efetivas. Buscando consolidar-se no âmbito nacional como referência na defesa da gestão municipal eficiente, da inovação e da qualificação das políticas públicas e, dentre tais atribuições, como estratégia para auxiliar as municipalidades do Estado, vem trabalhando na construção do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS).

Esse sistema é uma ferramenta que visa a monitorar o desenvolvimento dos municípios catarinenses na perspectiva da sustentabilidade, com vistas a “minimizar um problema estrutural da gestão pública, sobretudo municipal: a falta de dados e informações de utilidade pública consolidados e simplificados, de modo a apoiar o planejamento, a gestão e a alocação de recursos municipais (RÉUS e ANDION, 2018, p. 99).

Leite Filho e Santiago (2015) afirmam que, ao se disciplinar e orientar o uso dos recursos públicos objetiva-se incrementar os indicadores sociais. Para Gehrke (2012) os indicadores de

sustentabilidade podem auxiliar na elaboração de políticas públicas sustentáveis, fornecendo dados para o planejamento e auxiliando no processo de decisão, pois melhoram a base de dados para guiar o planejamento. Os indicadores devem fornecer esses dados que auxiliam na tomada de decisões de políticas públicas mais condizentes com as necessidades e potencialidades específicas do local de implantação.

Portanto, será possível, através do presente estudo, avaliar o desenvolvimento da cidade de Rio Negrinho, analisando o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses (IDMS) e utilizando os dados do Programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL), que consistem em projetar, planejar e estruturar Rio Negrinho para o futuro, tendo como meta o ano de 2037. Para isso, foi desenvolvido parceria com 30 organizações locais e sociedade civil, engajando mais de 100 voluntários, que se reúnem mensalmente. Foram criadas 8 (oito) Câmaras Técnicas Temáticas, sendo elas: agronegócio, desburocratização, educação, saúde, turismo, indústria e comércio, inovação e cultura. Essas câmaras técnicas existem para sugerir, propor soluções referentes a todo e qualquer impacto perante a sociedade.

Para Canuto e Cherobim (2018), será possível estabelecer a metodologia de análise para a competitividade municipal a partir da identificação de quais foram os indicadores quantitativos adotados na literatura relativos à temática, à competitividade municipal e ao desenvolvimento regional nos últimos anos.

De posse dos dados coletados através das entrevistas, foi possível fornecer informações aos gestores desse município, os quais poderão integrá-los ao seu Plano Diretor, podendo agregar os planos orçamentários, anuais e plurianuais, e os planos de sustentabilidade adotados pelos governos locais, conforme as prioridades estabelecidas segundo os dados obtidos pelos IDMS (NAZARETH, 2018). Assim, será possível relacionar o desenvolvimento sustentável e progresso econômico, inovação social e o desenvolvimento local e implementá-los na gestão das políticas urbana e ambiental do município, buscando assegurar uma gestão voltada para o desenvolvimento sustentável, de forma ampla, destacando-se a importância de que o Município se preocupe com os indicadores de desenvolvimento municipal sustentável.

O presente estudo é de suma importância ao Município de Rio Negrinho, onde na coleta e análise dos dados, através das entrevistas realizadas e documentos internos, da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, Federação Catarinense de Municípios, Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município e articuladores do DEL, terão acesso a novas informações, complementando a base de dados que será utilizada para promover o desenvolvimento local e econômico no município, focando no desenvolvimento sustentável, social e econômico.

Destaca-se, também, que o presente estudo é relevante para a instituição, por se tratar de uma pesquisa relacionada à sustentabilidade e seus indicadores, haja vista que a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) possui no Programa de Pós-Graduação uma linha de pesquisa que se refere à Inovação e Sociedade, com disciplina relacionada diretamente ao tema proposto da pesquisa, permitindo a correlação interdisciplinar que integra a temática. E, por fim, a Universidade conta com um grupo de pesquisa diretamente relacionado ao tema, Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS).

2 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados fundamentos e embasamentos teóricos para o desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, inicia com conceitos de desenvolvimento sustentável, indicadores e principais características, seguido do tema desenvolvimento local e a relação entre desenvolvimento e progresso econômico, destacando conceitos e principais relevâncias do tema apresentado.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta seção apresenta e contextualiza conceitos e definições sobre desenvolvimento sustentável, preocupações e implicações relacionadas à sociedade, demonstrando a atenção atual mundial conexas ao tema proposto.

A primeira definição relacionada ao tema, desenvolvimento sustentável, surgiu em 1975, contextualizado no Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (UNEP), que afirma que o curso de desenvolvimento econômico afetaria as leis da natureza, cultural e econômica, e principalmente a deterioração da biosfera. (GARDNER, 1989, BETTENCOURT; KAUR, 2011). Na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, o tema passa a ser abordado internacionalmente com o objetivo de propor crescimento econômico, social e cuidado ambiental (UNITED NATIONS, 2018b).

Já em 1983, foi desenvolvida a Comissão Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Comissão Brundtland, na qual o principal objetivo e responsabilidade era desenvolver um documento relatando a importância e a concretização do desenvolvimento sustentável (DURAN et al, 2015). O documento publicado nomeado “Nosso Futuro Comum”, que demonstra a definição de desenvolvimento sustentável, a competência de consentir a obrigação de atender o presente, a preocupação e limitações com a disposição de recursos para as futuras gerações (SINAKOU et al., 2018, BUCKINGHAM; KINA, 2015, GARDNER, 1989, YANG; XU; SHI, 2017, LAINE, 2005).

O desenvolvimento, portanto, deixa de ser uma preocupação ou meta, exclusivamente, para alguns países que estavam em desenvolvimento, tornando-se uma meta global, social, com o objetivo de assegurar as necessidades humanas relacionadas à qualidade de vida (UNITED NATIONS, 2018a, BOND; MORRISON-SAUNDERS, 2011, GLAVIČ; LUKMAN, 2007, HOLDEN; LINNERTUD; BANISTER, 2014).

Assim, percebe-se que a partir do Relatório Brundtland passou-se a visualizar o desenvolvimento de forma mais ampla, resultando num novo pensamento, principalmente sobre a sustentabilidade e seus diversos aspectos. Como assevera Vasconcelos (2011), foi a partir da década de 70/80 que o termo desenvolvimento sustentável passou a ter relevância, consagrando-se com o Relatório Brundtland.

Segundo Barbosa (2008), o conceito de desenvolvimento sustentável firmou-se na Agenda 21, documento que foi desenvolvido na Conferência “Rio 92”, na cidade do Rio de Janeiro, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos.

O Relatório de Brundtland apresentou quatro dimensões primárias relacionadas a um planejamento pertinente à sustentabilidade ecológica a longo prazo, atendendo às obrigações humanas básicas e, quando referidas as quatro dimensões secundárias, relacionadas ao desenvolvimento sustentável, mencionou os valores essenciais da natureza, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, acrescer as informações e participações públicas, com o escopo de promover a preservação com cautela do meio ambiente. (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014).

As preocupações com a situação do mundo continuaram, pois, como afirma Fernandez (2011), o cenário, criado através dos modelos de desenvolvimento econômico até então vigentes, apontava para uma crise existente entre o crescimento econômico e a garantia de sobrevivência do homem. Nessa época, considerando esses pontos críticos fundamentais, surge a proposta de um novo estilo de desenvolvimento, o qual passou a ser chamado de Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável, afirma Montibeller Filho (1993).

O Relatório Brundtland (1987) apresenta que desenvolvimento sustentável é quando se consegue manter e suprir as necessidades de uma determinada sociedade sem afetar ou até mesmo danificar a qualidade de vida das gerações futuras em consentir suas próprias necessidades. Complementando a visão do relatório, Daht (1997) afirma que desenvolvimento sustentável é pertinente de princípios, relacionados à ética, valores, crenças de uma determinada sociedade, permitindo uma compreensão relacionada à sustentabilidade. O relatório de Brundtland demonstra objetivos eficazes para o desenvolvimento do conceito de desenvolvimento sustentável, afirmando a importância de:

1. Retomar o desenvolvimento;
2. Adaptar o crescimento com mais preocupação relacionada à sustentabilidade;
3. Atender as necessidades básicas da sociedade;
4. Assegurar crescimento populacional atendendo suas necessidades, sendo uma população sustentável;

5. Permanecer e aprimorar os recursos da vida;
6. Reorientar as tecnologias de acordo com os riscos;
7. Nas tomadas de decisões avaliar pontos relacionados ao ambiente e a economia. (UNITED NATIONS, 2018).

O tema desenvolvimento sustentável atualmente envolve diversas definições, que pode ser subentendida ou explícita, contudo, segundo Becker (1997), o desenvolvimento sustentável permite uma nova visão de sociedade, na qual é possível pensar e afirmar que, no futuro, terá uma sobrevivência natural e social. Fontes (2003) explica que a sociedade é a alicerce do conhecimento para alternativas da sustentabilidade, afirmando ser fundamental a integração entre instituições, indivíduos e comunidade, para que principalmente as instituições afirmem e desenvolvam seu papel perante a sociedade.

O desenvolvimento sustentável atualmente envolve questões complexas e amplas, considerando que, até o final do século passado, a preocupação era somente com o desenvolvimento e crescimento econômico, sem responsabilidade com o meio ambiente, escassez de recursos e instabilidade social como um todo. À vista disso, Nunes e Martins (2018) afirmam que se busca, com o desenvolvimento sustentável, alcançar uma maneira equilibrada de crescimento econômico, igualdade social e a preservação dos recursos naturais, realizando, para tanto, uma reorientação em toda a cadeia da atividade econômica. E, ainda, Macedo e Candido (2011) asseveram que há a necessidade de conhecimento nas relações de interdependência das dimensões e indicadores da sustentabilidade, auxiliando no processo de tomada de decisões dos gestores públicos e privados, com vistas às demandas atuais e futuras da sociedade.

Acerca do desenvolvimento, Barreto (2004) destaca que não existe uma conceituação clara e universal sobre o que é desenvolvimento social. Assim, é possível afirmar que é uma expressão que engloba a satisfação de uma gama de necessidades humanas básicas, as quais possibilitam à população certa qualidade de vida aos seus pertencentes.

Para Rodrigues (2009), falar em desenvolvimento é constatar que há um processo dinâmico de crescimento harmonioso, estrutural e acompanhado de transformações tecnológicas, além de estarem presentes mudanças sociais sucessivas e profundas e isto faz que não seja apenas um crescimento simples. E numa ótica mais ampliada, afirma Vasconcelos (2011), extrapolando os limites da economia e do desenvolvimento propriamente dito, os aspectos sociais, ambientais, culturais, institucionais e demográficos passaram a ser observados sob uma nova vertente: a do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido, segundo Barreto (2004), como um processo participativo que cria e persegue uma visão de coletividade fazendo uso prudente de todos os seus recursos naturais e humanos, a fim de garantir às gerações presentes e futuras os meios para a própria realização. Além disso, dá-se ênfase à melhoria de qualidade de vida, elevação das condições de saúde, mas também diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdades, sem esquecer que toda esta preocupação não reside apenas no momento atual, mas sim na perspectiva de que se deixará um planeta habitável para as futuras gerações, afirma ainda o autor.

Isso porque, como afirma Cavalcanti (2002), a década de 70 foi um acontecimento para o crescimento econômico, fazendo com que as taxas de crescimento fossem altas. Entretanto, este crescimento gerou um grande problema sustentável, pois à medida que tem dinheiro para o consumo, não se questiona sua necessidade: apenas se consome pronto. Ademais, esta atitude gera outra consequência séria: o grande volume de lixo produzido em função do aumento do consumismo. Neste cenário o crescimento e o desenvolvimento passaram a ser vistos sob outra ótica, e muitos passaram a analisar o impacto do desenvolvimento ou do processo econômico sobre o ecossistema e desenvolvimento sustentável, incluindo o estudo e a compreensão clara dos fatores econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e ambientais dos diferentes modelos de gestão dos meios socioambientais, afirma Silva (2018).

Desenvolvimento sustentável é uma crítica ao crescimento econômico desenfreado, pois este crescimento gerou esgotamento dos recursos naturais, bem como crise social e desequilíbrio, seja para a sociedade, para as pessoas e para o meio ambiente. Tanto que Rodrigues (2009, p. 14) destaca que: “se por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia.” Ou ainda, como afirma Sachs (2007, p. 23), ao destacar o que se faz quando se tem muita riqueza e pouca quase nada de preocupação com o meio ambiente: “O desperdício de energia chega ao absurdo nos países do Golfo Pérsico. Para atrair os turistas, foi construída em Dubai uma pista artificial de esqui no deserto. Se desejarem, eles podem se hospedar no primeiro hotel submarino do mundo”.

Líderes de 191 países, em setembro de 2000, empenharam-se em desenvolver oito objetivos do desenvolvimento do milênio, conforme apresentado na figura abaixo. Esses objetivos são de extrema importância buscando reduzir os impactos globais e demonstrar as prioridades sociais relacionadas ao mundo, combatendo a fome, implementando políticas de saúde, saneamento, meio ambiente e principalmente educação, afirmando parcerias para o

desenvolvimento global sustentável (UNITED NATIONS, 2018c; PEDERSEN, 2018; SACHS, 2012; KLOPP 2017; PETRETTA, 2017).

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: Portal ODM – Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Esses oito objetivos são um grande avanço para erradicar extremamente a fome, reduzir a mortalidade infantil, combater o HIV/AIDS, estabelecer uma parceria para o desenvolvimento, garantir a sustentabilidade ambiental, algumas das preocupações que não tinham amplas expectativas com relação ao futuro em países em desenvolvimento, diferente de Inglaterra e Estados Unidos (EUA) (UNICEF BRASIL, 2018, PERSSON; WEITZ; NILSSON, 2016).

Com relação aos dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável que significaram a necessidade de criar medidas urgentes, tanto com relação a medidas econômicas quanto ambientais e políticas, com o propósito de preservar o planeta, garantir meios de sobrevivência para gerações futuras, desenvolver parcerias entre os países para que adotem metas com o objetivo de atingir os meios desejados relacionados ao desenvolvimento sustentável, criando um mundo com foco no menor impacto ambiental, melhor qualidade de vida, para combater a desigualdade social aplicando inovações relacionadas aos objetivos do milênio proposto. (UNITED NATIONS, 2018; FERRANTI, 2018; SACHS, 2012; FLEMING et al., 2017, RENZANO; KAMARA; TOOLE, 2017; AKINSEMOLU, 2018; BIGGS et al., 2015).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Portal ODM – Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A ONU apresenta uma estrutura cujo objetivo é a interligação entre os países, na qual a colaboração e a conectividade dos interesses possam permitir que cada Estado faça a aplicação relacionada ao seu nível local regional, com o objetivo de desenvolver metas e aplicações para uma melhor qualidade de vida, futuro justo, sereno e sustentável (AIT-KADI, 2016, WULF et al., 2018).

A ONU tem como responsabilidade desenvolver um relatório anual, demonstrando o desenvolvimento de cada país relacionado a cada meta (VAN VUUREN et al., 2015, PERSSON; WEITZ; NILSSON, 2016, SOFESKA, 2016, HUI, 2001). Portanto, cada país pode fazer uso dos dados para melhorar os recursos, analisar os progressos e principalmente definir meios para fortalecer os benefícios a todos os cidadãos, destacando, como exemplo, o saneamento, a água e o sistema de saúde (FITCHETT; ATUM, 2014, AIT-KADI, 2016, PEDERSEN, 2018, KANTER et al., 2016).

O desenvolvimento e crescimento populacional apresenta preocupações em diferentes aspectos, dentre eles a questão relacionada aos recursos naturais e produção de alimentos. ODS apresenta 5 (cinco) subgrupos: planeta, pessoas, paz, prosperidade e parcerias, e podem ainda

ser divididas em 3 (três) áreas: ambiental natural, bem-estar e infraestrutura (SACHS, 2012, WAAGE et al., 2015, AKINSEMOLU, 2018, OMISORE, 2018).

Após diversos debates, o desenvolvimento sustentável passa a ter ligação direta com diversos temas relacionados a política, globalização e desenvolvimento científico, seguido de uma combinação de feitos econômicos e sociais.

No que tange à preocupação ambiental e ecológica, Barreto (2004) afirma que existe nas indústrias tais preocupações, em virtude de certificados da gestão ambiental, como é a ISO14000, que é uma exigência no mercado internacional, bem como o “Selo Ecológico”, que é uma exigência da União Europeia. Destaca-se que essa busca pela certificação nem sempre é pela preocupação com o meio ambiente, informando sobre o impacto ambiental de seus produtos, mas sim por interesses comerciais, pois são exigências do mercado internacional, mas, mesmo assim, são importantes, haja vista que em nome de novas oportunidades mercantis as empresas aceitam o desafio do desenvolvimento sustentável.

Um grande nome na atualidade no âmbito do desenvolvimento sustentável é Ignacy Sachs, o qual se preocupou com o grande crescimento e progresso econômico que vinha acontecendo de forma irresponsável. Dessa forma, passou a defender a ideia de que há a necessidade de observar outras dimensões como a ambiental, social, política e cultural para o desenvolvimento sustentável de todos.

Essas dimensões deverão fazer parte das políticas públicas e planejamentos governamentais e em todas as esferas de um país, quiçá do mundo, como o defendido também pelo Relatório de Brundtland, no qual se encontra o desenvolvimento sustentável como uma ‘ação socialmente incluyente, politicamente descentralizada, ambientalmente prudente e economicamente sustentada no tempo. (SACHS apud RÉUS e ANDION, 2018, p. 98).

Portanto, pensar em desenvolvimento sustentável é pensar em várias dimensões – como as apresentadas por Sachs em sua teoria do ecossistema – pois a sociedade é ampla, e para que as pessoas vivam são necessários que todo o sistema esteja integrado. Ou ainda, como assevera Barreto (2004), acerca da sustentabilidade, é um novo paradigma do mundo contemporâneo, trazendo aos diversos aspectos da sociedade a ideia de algo duradouro, suportável e conservável, mas que também representa algo contínuo e integrado, pois é capaz de relacionar a economia, sociedade, natureza e Estado com a sociedade civil.

2.2 CIDADES SUSTENTÁVEIS

Nesta seção será apresentada e contextualizada cidades sustentáveis, seus conceitos, definições e implicações, buscando entender o equilíbrio econômico, social, ambiental e cultural.

Compreende-se como cidades, comunidades que estão geograficamente sob uma mesma delimitação administrativa, partindo desta premissa, referem-se a elas como cidades, municipalidades ou governos locais (ABNT, 2019). Cada qual possui características diferentes, o que as torna únicas, como extensão, número de habitantes, estruturas, culturas e ideologias, no entanto, existem características que as definem igualmente (SOFESKA, 2016). Esta seção contextualizará cidades sustentáveis, conceitos bem como as principais categorias que irão alicerçar a implantação de sustentabilidade nos centros urbanos e quais implicações essa decisão traz.

As cidades sustentáveis devem buscar atingir um equilíbrio dinâmico no desenvolvimento de seus indicadores, sejam eles indicadores econômicos, sociais, culturais ou ambientais, e integrá-los ao sistema de governança local, caracterizado pelo envolvimento de todos os cidadãos (PITTMAN et al., 2019). Para Andrade et al. (2017), o desenvolvimento das cidades sustentáveis não se relaciona unicamente com as questões ambientais, pois existe a interconexão de políticas e indicadores que propiciam uma melhora na qualidade de vida da população.

No princípio da década de 90, muitas cidades europeias e norte-americanas despertaram preocupação com o tema de sustentabilidade, isso desencadeou diversos programas que objetivavam impedir o desperdício de água bem como ressaltar a importância de compartilhar e difundir tais práticas para as demais cidades (SATTERTHWAITE, 1997). Sendo assim, o conceito de comunidades ou cidades sustentáveis ganhou notoriedade no cenário internacional em meados de 1996, durante a segunda conferência da ONU sobre o assentamento humano em Istambul. Entretanto, ainda não se tinha dimensão do assunto na época (SATTERTHWAITE, 1997).

Um detalhe importante percebido na época foi a dificuldade de comparar ou mensurar em relação a cidades diferentes qual ação era ou não sustentável devido às inúmeras diferenças e peculiaridades de que uma trazia (PICKETT et al., 2013). Devido à falta de condição de armazenamento dessas informações, pois era muito mais fácil mensurar a quantidade de gás carbônico emitido por região do que aferir o percentual de esgoto tratado prejudicado por

acidentes de trânsito (DUVIER; ANAND; OLTEAN-DUMBRAVA, 2018). Foi quando, em meados da década de 90, a sustentabilidade começou a ser aplicada no planejamento e design urbano, promovendo uma integração entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, além de envolver justiça e igualdade social (BIBRI; KROGSTIE, 2017).

Corroborando com o assunto, Chehmehzangi (2016) expõe que as cidades sustentáveis detêm uma natureza muito vasta, as quais devem ser tratadas e preservadas com a mesma intensidade que o desenvolvimento econômico e urbano, bem como a qualidade de vida da população. Ainda sobre, o autor salienta a importância de combinar termos como “verde”, “eco”, “baixo carbono”, “inteligente” e “resilientes” como forma de melhorar os resultados em prol de alcançar as metas das cidades.

A primeira definição de cidades sustentáveis é de Emelianoff (2000), que afirma ter dado por encerrado as preocupações em relação à continuidade com a preocupação com os dois eixos considerados como fundamentais em se tratando do tema, eram eles ambiental e cultural. O autor continua afirmando que as cidades sustentáveis, por sua vez, carregam consigo uma concepção de patrimônio legado pelo tempo, o qual deve ser transmitido, tanto natural quanto culturalmente, pois seu arquiteto foi o tempo, e deve-se tratar de mantê-los e zelar pela existência da natureza, da cultura, dos bairros e tecidos humanos.

Dando continuidade ao raciocínio de sustentabilidade urbana como continuidade do patrimônio natural e cultural, são adotadas como base outras duas definições que redirecionam suas atenções para questões socioeconômicas. A próxima definição é emitida pelo urbanista Herbert Girardet (2004), em que ele coloca a sustentabilidade alinhada com a ética da igualdade e justiça social, afirmando que uma cidade sustentável é aquela que permite a satisfação própria de todos os seus cidadãos, sem que isso custe a degradação ambiental, nem tão pouco cause impactos negativos ao seu próximo, seja agora ou no futuro.

Corroborando com o tema (Ibid), acrescenta que em um mundo onde a grande parte da população gasta uma considerável parcela de tempo nas cidades, estas devem dar condições para que as pessoas possam gozar de ambientes urbanos mais estimulantes, saudáveis, limpos, seguros e diversificados.

Bibri (2018) estabelece que se pode compreender como cidades sustentáveis o conjunto de práticas envolvendo o conhecimento de sustentabilidade urbana e tecnologias correlacionadas a este tema, aplicadas na prática em projetos de cidades ou distritos já existentes ou totalmente novos. Para a sua implantação, deve-se identificar inicialmente as principais categorias a serem aplicadas, pois desta forma pode-se criar uma abordagem sistêmica que tornará esta cidade com um planejamento urbano mais eficaz e sustentável.

Constata-se que as cidades podem ser caracterizadas como centros de desenvolvimento de diversos aspectos, como científicos, culturais, sociais, comerciais, tecnológicos, produtivos, industriais e econômicos, mas para isso pessoas habilitadas devem prover avanços tecnológicos e sociais que propiciem arranjos complexos, auto-organizáveis, adaptativos e que assimilem constante evolução. Em paralelo, também são substancialmente sensíveis com as ações humanas de modo a permitir seu crescimento sem prejudicar o meio ambiente a partir da implantação das práticas sustentáveis (UNITED NATIONS, 2018a, BAI et al., 2016, BAKLANOV et al., 2018, GUERRA et al., 2016, BOND; MORRISON SAUNDERS, 2011).

Embora existam diversos conceitos na literatura, a definição de “Smart Sustainable cities” é muito abrangente, e não possui um único padrão, uma vez que este termo vem sendo utilizado de inúmeras formas. Sua criação é importante, pois visa gerar qualidade de vida e igualdade perante diferentes aspectos para habitantes, como melhores oportunidades de emprego, saúde e educação (DUVIER; ANAND; OLTEAN-DUMBRAVA, 2018).

Devido ao rápido crescimento populacional, ganhou importância não somente o tema das cidades sustentáveis mas sim “Smart Sustainable cities” que buscam permitir que estas cidades propiciem a todos os seus habitantes uma melhoria significativa em suas vidas, seja no aspecto econômico, ambiental, social e inclusive tecnológico, no qual o crescente uso da tecnologia possa surgir como solução para trazer melhores possibilidades na solução de problemas (IBRAHIM; EL-ZAART; ADAMS, 2018, PAN et al., 2016). Embora existam diversos conceitos na literatura, o conceito de “Smart Sustainable cities” é amplo e não possui terminologias padronizadas, pois o termo cabe em inúmeras situações. Sua criação tem relevância, pois visa gerar melhoria na qualidade de vida e igualdade para os habitantes das cidades nos mais diversos níveis, como por exemplo em relação à saúde, educação ou emprego (DUVIER; ANAND; OLTEAN-DUMBRAVA, 2018).

Aina (2017) complementa o conceito anterior ao abordar que a criação das cidades sustentáveis requer intervenção, tanto no desenvolvimento quanto no capital humano, na proteção do ambiente e nos avanços econômicos. Visto que por esses elementos correspondem à abordagem tripla da sustentabilidade, cada um está direta e indiretamente ligado aos princípios de sustentabilidade.

Em decorrência do rápido crescimento populacional, nasceu a importância de que as cidades não apenas tornem-se sustentáveis, mais visem ao conceito de “Smart Sustainable cities” e, assim, garantindo não somente que estas cidades possam suprir as necessidades das gerações atuais como também das próximas, solucionando os problemas que envolvem aspectos econômicos, sociais e ambientais. Acompanhando o crescente uso tecnológico com

foco em encontrar melhores soluções para o problema em questão (IBRAHIM; EL-ZAART; ADAMS, 2018, PAN et al., 2016).

Para Martos et al., (2016), os centros urbanos devem além de procurar reduzir drasticamente os malefícios que causam ao meio ambiente, devem buscar também tornarem-se espaços que estimulem e desenvolvam uma melhor qualidade de vida para seus habitantes, fomentando e incentivando o desenvolvimento de meios que permitam satisfazer as necessidades cotidianas de modo sustentável.

Ibrahim et al. (2015) aborda em seus estudos que para considerar sustentável um centro urbano, ele precisa compreender as necessidades básicas da cidade bem como de seus habitantes em inúmeros aspectos, como infraestrutura, habitação, transporte e mobilidade, saúde, educação, emprego e renda, certificando que a população em geral se beneficie, independentemente de sua classe social, de todos os setores da sociedade.

Considera-se como um dos maiores desafios de uma cidade sustentável, a maximização da eficiência energética e dos recursos materiais, demandando um sistema de zero resíduos e estimulando a utilização e produção de fontes de energias renováveis, incentivando práticas como carbono zero, utilização de transportes alternativos e, principalmente, enfatizando os não motorizados, com a redução da poluição. Assim, promove-se a preservação ambiental ao dar ênfase para conceitos como o da proximidade espacial e escalabilidade de design, e ao estimular o surgimento de comunidades sustentáveis (BIBRI; KROGSTIE, 2017).

Em decorrência da relevância que o assunto tem adquirido, existem diversos autores que abordam o tema na atualidade. Para Ribeiro et al. (2018a), desenvolver o termo cidades sustentáveis requer um comprometimento em buscar uma melhora efetiva na qualidade de vida urbana, suprindo todas as necessidades básicas da população em questão, sem nunca abrir mão da preservação ambiental.

Planejar de maneira sustentável na esfera municipal permite que as cidades desenvolvam uma visão para o futuro de maneira rentável, contudo ainda sim sustentável, tendo em vista que, na maioria dos casos, os aspectos ambientais, sociais e econômicos interagem em escalas geográficas distintas. Foi a partir de 2010 que o conceito de cidades sustentáveis ganhou notoriedade global, além de ser visto como decisão crucial para o alcance das metas de sustentabilidade impostar em prol do bem-estar da população, fomentando discussões em diversas conferências e feiras internacionais (BIBRI, 2018, BAI et al., 2016, SUSTAINABLE CITIES INTERNATIONAL, 2012, GUERRA et al., 2016, BIBRI; KROGSTIE, 2017).

Um dos objetivos citados pela ONU, relacionados ao desenvolvimento sustentável, apresenta ligação direta às cidades sustentáveis, com a finalidade e preocupação de se tornarem

inclusivas e resilientes conforme descrito no objetivo onze, que define dez metas e indicadores a serem cumpridos até o ano de 2030. Conforme apresentado no quadro a seguir, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, trazer mudanças para o desenvolvimento urbano das cidades admitindo que, além da preocupação governamental, passou a estar presente na agenda da ONU (DUVIER; ANAND; OLTEAN-DUMBRAVA, 2018, VERMA; RAGHUBANSHI, 2018).

Quadro 1 - Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Metas para a implementação de cidades e comunidades sustentáveis	Indicadores
Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e urbanizar as favelas.	Proporção da população urbana que vive em favelas, assentamentos informais ou habitações inadequadas.
Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Proporção da população que tem acesso conveniente ao transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência.
Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.	Relação de taxa de consumo de terra a taxa de crescimento de população.
Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países. Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.	Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbanos que operam regular e democraticamente.
	Despesa total (pública e privada) per capita gasto na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local).
Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.	Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas afetadas por desastre por 100.000 pessoas.
Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação	Perda econômica direta de desastres em relação ao PIB global, incluindo danos em desastres a infraestruturas críticas e interrupção de serviços básicos.

ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade. Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.	Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente e com uma descarga final adequada do total de resíduos sólidos urbanos gerados por cidades.
Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros. Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	Níveis médios anuais de partículas finas (por exemplo, PM2.5 e PM10) nas cidades (população ponderada). Participação média da área construída das cidades que é espaço aberto para uso público para todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência.
Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.	Proporção de pessoas vítimas de assédio moral ou sexual, por sexo, idade, estado de incapacidade e local de ocorrência, nos últimos 12 meses. Proporção da população que vive em cidades que implementam planos de desenvolvimento urbano e regional, integrando projeções populacionais e necessidades de recursos, por tamanho de cidade.
Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.	Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução do risco de desastres em consonância com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Número de países com estratégias nacionais e locais de redução do risco de desastres.
Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.	Proporção de apoio financeiro aos países menos desenvolvidos que é alocado para a construção e adaptação de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em recursos, utilizando materiais locais.

Fonte: NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2018b, UNITED NATIONS, 2018b.

Para medir metas, os indicadores podem ser diversos, pode ter variação de acordo com objetivo e precisão necessária para cada cidade ou governo em gestão, focando nas estratégias de redução de riscos (VERMA; RAGHUBANSHI, 2018, SOFESKA, 2016).

2.3 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL

Esta seção demonstra a preocupação do desenvolvimento sustentável na esfera municipal, destacando a importância do tema para a tomada de decisão, contextualizando,

definindo e caracterizando o desenvolvimento sustentável municipal, suas dimensões e indicadores.

Ao se pensar em desenvolvimento sustentável e sua aplicação nas esferas municipais, estaduais, nacionais e até mesmo global, verifica-se que em cada uma há peculiaridades. Porém, para o presente estudo o que é mais relevante é a questão municipal, pois “o município é campo privilegiado para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem democrática por conta da proximidade que a esfera local guarda dos cidadãos e das suas necessidades cotidianas.” (MOURA apud RÉUS, 2012, p. 21).

O município depende da esfera estadual e nacional, mas pode pensar de forma mais objetiva sobre sua realidade, seus problemas e almejar soluções mais apropriadas. De acordo com Leite Filho e Santiago (2015), o desenvolvimento municipal se relaciona ao conjunto de crescimento de vários setores no âmbito do município, a exemplo do desenvolvimento social e do econômico, e é neste cenário que se encontram os atores sociais, os quais precisam atuar para que o desenvolvimento sustentável aconteça, mas sem esquecer que cada cidadão também deve fazer a sua parte e todos, assim, contribuirão com o desenvolvimento municipal sustentável.

Para Andion (2009), ao se trabalhar com iniciativas municipais, observa-se que elas são mais realistas economicamente, mais pertinentes e mais orientadas às necessidades da população local, na medida em que estão próximas e em consonância com os anseios de uma população bem mais restrita e que apresenta objetivos comuns entre si. Isto acontece porque as particularidades históricas, culturais e políticas de cada região podem ser mais facilmente respeitadas, sem preocupação maior com o planeta como um todo.

O governo municipal é um ator primordial para a construção de um processo bem-sucedido de desenvolvimento. Cabe-lhe coordenar as ações internas à cidade, estimular as iniciativas de desenvolvimento local e um ambiente favorável de negócios; articular com os demais atores públicos, privados e da sociedade civil; adequar as ações às realidades regional e nacional, calcando-as nas capacidades locais; e captar recursos e promover parcerias, avaliando a possibilidade de constituição de consórcios intermunicipais, pactos regionais ou outros tipos de articulação assemelhados, que possibilitem a constituição de redes regionais (NAZARETH, 2018).

O desenvolvimento sustentável dos municípios em seus quatro eixos (sociocultural, econômico, ambiental e político-institucional) deve ser visto como prioridade pelos gestores públicos e, para que um município seja considerado sustentável, suas políticas públicas devem visar medidas que integrem toda essas dimensões, além de propiciar a participação da

população. Além disso, afirmam Rezende e Fagundes (2016), o município deve propiciar aos habitantes um ambiente saudável e seguro, onde todos devem evitar a degradação do meio ambiente e reduzir as desigualdades sociais.

É neste cenário que o município se encontra, pois com a Constituição de 1988, os municípios passaram a ter maior importância no pacto federativo e, segundo Moura (apud RÉUS, 2012, p. 21), entende-se que “o município é campo privilegiado para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem democrática por conta da proximidade que a esfera local guarda dos cidadãos e das suas necessidades cotidianas”. Isso acontece porque os municípios adquiriram, com a Constituição de 1988, mais autonomia, seja ela fiscal seja administrativa em relação às esferas estaduais e federais, e também lhes foi possibilitado novas competências acerca de organização política e execução de políticas sociais, dando-lhes mais capacidade e independência para poderem se desenvolver.

Mas com essa maior autonomia, conseqüentemente passou-se a ter mais responsabilidades, e novos problemas de gestão passaram a existir. Dessa forma, requer-se maior capacidade institucional dos municípios e nem sempre eles estão preparados, seja por problemas financeiros, seja por má gestão mesmo, desencadeando crises. Porém, é neste ínterim, como afirma Réus (2012), que há a possibilidade de inovação e construção de novos caminhos para o enfrentamento de tais problemas regionais.

Segundo Leite Filho e Santiago (2015), o desenvolvimento dos municípios relaciona-se aos aspectos de gestão dos recursos públicos, níveis de endividamento e investimentos em programas ou projetos que visem à melhoria da qualidade de vida da população em geral, devendo-se realizar um grande controle nas despesas relacionadas com a administração pública do município. Se acaso este controle não acontece, o déficit orçamentário aumenta e o endividamento municipal também, o que compromete o desenvolvimento municipal, asseveram os autores. Por sua vez, Réus (2012) destaca que um grande avanço em tal aspecto foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, publicada no ano de 2000, a qual obrigou a todos os entes federados a realizar um ajuste fiscal, bem como se observa a grande relevância do sistema tributário, forçando os municípios a melhorarem suas próprias receitas, já que em nível nacional na divisão do montante tributário a União fica com a maior parte.

Para auxiliar na governança e desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis municipais, existem indicadores que apontam como estão as diversas dimensões de sustentabilidade, propiciando reflexões sobre as interferências e projetos nos quais os gestores públicos deverão se debruçar. Com isso haverá a possibilidade de se efetivar o desenvolvimento municipal sustentável, atingindo-se uma efetiva sustentabilidade, percebendo-se que à medida

que cresce a consciência da sociedade para os aspectos que determinam o desenvolvimento, surgem novas propostas metodológicas. E, segundo Neuhaus (2016), verifica-se que o papel de um sistema de indicadores de desenvolvimento, independentemente de qual localidade seja, é avaliar o que é relevante dentro do conceito de desenvolvimento adotado.

Ayda e Figueiredo Neto (2019) apresentam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de âmbito nacional e que promove periodicamente a MUNIC com a metodologia de censo nacional. Com esses indicadores verificam-se questões relacionadas ao perfil dos gestores municipais, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, saúde, meio ambiente, política de gênero e gestão de risco e resposta a desastres.

Porém, Frainer et al. (2017) destacam que os indicadores nacionais são diferentes dos estaduais e municipais, pois ao se realizar este recorte, diminuem-se também os indicadores, bem como a realização dessa pesquisa também fica mais esporádica. Por isso concluem que, nas pesquisas amostrais ou realizadas de forma sistemática nos estados e municípios, os dados disponíveis restringem o número de indicadores que podem ser utilizados.

Sobre tais indicadores de sustentabilidade, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) vem trabalhando, desde 2008, na construção do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável, o SIDMS no Estado de Santa Catarina, com o intuito de auxiliar a municipalidade do Estado.

O sistema consiste em uma ferramenta on-line direcionada aos agentes públicos, cidadãos e pesquisadores, que visa a monitorar o desenvolvimento dos municípios catarinenses na perspectiva da sustentabilidade. Ao fazer isso, o SIDMS objetiva minimizar um problema estrutural da gestão pública, sobretudo municipal: a falta de dados e informações de utilidade pública consolidados e simplificados, de modo a apoiar o planejamento, a gestão e a alocação de recursos municipais.

Para tanto, o SIDMS é composto por dois instrumentos principais: (1) o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), criado para avaliar o nível de desenvolvimento sustentável de um município, permitindo comparações nos âmbitos espacial (entre municípios, microrregiões, mesorregiões) e temporal (ao longo dos anos, na medida em que os índices futuros forem atualizados) e (2) o Banco de Indicadores, base de dados com planilhas, gráficos e séries históricas de indicadores, além daqueles utilizadas no Índice. O Sistema apresenta os dados em gráficos, mapas e nos “termômetros do desenvolvimento”. (RÉUS e ANDION, 2018, p. 99-101).

É importante destacar, ainda, segundo as mesmas autoras, que o SIDMS possibilitou o desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDMS), cujo objetivo é avaliar o desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses, com vistas a possibilitar aos gestores públicos um panorama geral sobre diversos aspectos, auxiliando-os na definição de prioridades locais e, conseqüentemente, na elevação dos patamares de sustentabilidade.

Dessa forma, destacam Bulegon et al. (2018), o IDMS enquanto ferramenta pode auxiliar os gestores públicos municipais na avaliação do desenvolvimento sustentável e definir prioridades de investimentos, de acordo com os dados obtidos. Além disso, pode ajudar a definir cenários possíveis e desejáveis, visando à sustentabilidade e ao bem-estar social, levando-se em conta as dimensões avaliadas que são: sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional.

Nas palavras de Réus e Andion (2018), o IDMS tem como propósito “dar uma nota” a diversos aspectos do município para que ele alcance um nível de desenvolvimento sustentável mais próximo possível do ideal. O índice é composto por quatro dimensões do ecodeenvolvimento: Sociocultural, Econômica, Ambiental e Político-Institucional e, por sua vez, cada dimensão se divide em subdimensões, indicadores e variáveis, formando uma matriz de 57 variáveis.

Com isso, verifica-se que o presente tópico apresentou a importância dos indicadores, os quais servem para fornecer informações úteis aos gestores públicos municipais, os quais poderão tomar decisões pautadas em aspectos quantificáveis. Porém, dizem Réus e Andion (2018), utilizar apenas um indicador não é suficiente para se ter um panorama geral da situação e pautar as decisões dos prefeitos, pois somente um indicador isolado não é capaz de traduzir a realidade. Desta forma, é importante se ter um conjunto formado por número considerável de indicadores e, neste caso, haverá a possibilidade de oferecer um retrato mais fiel do cenário real, além de minimizar a falta de indicadores essenciais quando estes não abarcam dados que se entende serem necessários.

A possibilidade de contribuir para uma melhor profissionalização da gestão municipal, fomentando pesquisas próximas à realidade municipal, as quais podem apontar onde de fato é preciso investir mais recursos ou receber algum tipo de atenção, estimulando, assim, a prática do planejamento. Desta forma, pode-se oferecer uma fonte de orientação para a identificação das áreas críticas e prioridades de desenvolvimento municipal e regional, colaborando, também, com o controle social na medida em que são disponibilizados dados os quais permitam aos gestores avaliar seu desempenho, bem como auxiliará a sociedade a avaliar seu governo, conforme Réus (2012).

Segundo IBGE (2010), indicadores são instrumentos que podem ser constituídos por diferentes meios, que tornam visível suas ações através de fenômenos, permitindo que números sirvam de instrumento para mensurar, conduzir as ações e ajudar a acompanhar os progressos do desenvolvimento sustentável.

Pode-se afirmar que o marco inicial para a construção de indicadores de sustentabilidade é a Agenda 21 que, no seu artigo 40, enfatiza a necessidade do desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade que considerem as dimensões ambiental, social, econômica, ética e cultural, por parte de cada país, em função de suas particularidades (RODRIGUES, 2009).

Costa e Lustosa (2007) definem que indicadores relacionados à sustentabilidade devem divulgar os valores ambientais, econômicos e sociais, em âmbitos nacional, internacional e local de uma sociedade. Por sua vez, Nunes e Martins (2018) destacam que os indicadores de sustentabilidade servem para oferecer informações que descrevem a realidade acerca de diversos aspectos de atividades auxiliando, assim, na tomada de decisões.

De forma semelhante Rezende e Fagundes (2016) destacam que os indicadores são instrumentos que possibilitam o agrupamento de informações de forma efetiva, significativa e atualizada, no que tange a determinadas dimensões, sendo de fundamental importância para a implementação de políticas públicas. Tais informações, ainda, possibilitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento sustentável que, segundo Sachs (2000), existem cinco dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade geográfica e sustentabilidade cultural.

Para Frainer; Souza; Reis Neto e Castelão (2017), o objetivo dos indicadores é guiar os tomadores de decisão em uma variedade de caminhos de condução de políticas públicas. Isso faz com que as informações, geradas por eles, facilitem o processo de decisão, auxiliando na mensuração do desempenho de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

GRI (2006) apresenta o modo em que uma organização colabora ou almeja contribuir com a sociedade através dos meios econômicos, sociais, ambientais ou até mesmo por meio regional ou global. Para Callado e Fensterseifer (2009), por meio dos indicadores é possível mensurar se uma organização está se separando ou se aproximando do que seria considerado fundamental para o desenvolvimento da sustentabilidade, seja por indicadores sociais ambientais ou até mesmo econômicos.

Para Vaz, Lezana e Maldonado (2017), o modelo de relatório de sustentabilidade apresentado pela GRI pode ser considerado como o mais completo se forem levados em conta padrões internacionais. Este modelo está dividido em sete categorias, quais sejam: indicadores de perfil, desempenho econômico, desempenho ambiental, responsabilidade pelo produto, direitos humanos, práticas trabalhistas e trabalhos decentes, e sociedade.

No que tange ao indicador do Instituto ETHOS, este se baseia em quarenta indicadores os quais se dividem em sete categorias, quais sejam: valores, transparência e governança,

público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, e governo e sociedade (VAZ, LEZANA e MALDONADO, 2017).

Importante ressaltar que o Instituto Ethos de Responsabilidade Social – organização sem fins lucrativos – foi fundado em 1998 e busca disseminar a prática da responsabilidade social empresarial. Deste modo, seus indicadores referem-se à responsabilidade social e almejam sucesso econômico sustentável em longo prazo (SANTOS, SANTOS e SEHNEM, 2016).

Sobre o modelo de indicadores de sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Vaz, Lezana e Maldonado (2017) relatam que este modelo pode ser considerado o mais simples e também pode ser conhecido pelo nome de Balanço Social.

Santos, Santos e Sehnem (2016) descrevem outros indicadores ainda, quais sejam: Ecological Footprint (EF) ou Pegada Ecológica, cuja mensuração diz respeito somente ao uso da natureza pelas comunidades humanas, visto que busca medir a melhoria da qualidade de vida de uma população no contexto dos limites ecológicos e o consumo realizado por esta população, seguindo a visão dos autores, Dashboard of Sustainability ou Painel de Sustentabilidade, liderada pelo Consultative Groupon Sustainable Development Indicators (CGSDI) e que criaram, em 1998, o sistema denominado Compass of Sustainability ou Compasso da Sustentabilidade e que tem quatro dimensões: ecológica, social, econômica e institucional.

Van Bellen (2004) descreve que o Ecological Footprint Method é uma ferramenta que se fundamenta no conceito de capacidade de carga, na medida em que “transforma o consumo da matéria-prima e a assimilação de dejetos, de um sistema econômico ou população humana, em área correspondente de terra ou água produtiva”.

Van Bellen (2004) afirma que o objetivo do Dashboard of Sustainability é medir a utilização de estoques e fluxos para cada uma das quatro dimensões acima apresentadas, pois é um índice agregado de vários indicadores dentro de cada um dos mostradores de economia, da saúde social e da qualidade ambiental. Tais indicadores têm o escopo de “facilitar o processo de comunicação acerca do desenvolvimento sustentável, transformando este conceito em dados numéricos, medidas descritivas e sinais orientativos”.

Outro indicador apresentado por Santos, Santos e Sehnem (2016) é o Barometer of Sustainability ou Barômetro de Sustentabilidade, cujo objetivo de mensurar a sustentabilidade através dos indicadores de cunho social e ambiental foi formulado por especialistas e estudiosos relacionados aos institutos The World Conservation Union, WCU e o The International Development Research Centre, IDRC.

Van Bellen (2004) é uma ferramenta que combina indicadores e que demonstra seus resultados por meio de índices os quais são apresentados por representação gráfica, destacando o meio ambiente e a sociedade. Serve para grandes números de questões, mas que estão dentro de um pequeno grupo principal, com a vantagem de ter uma abordagem holística.

Por sua vez, Rezende e Fagundes (2016) destacam que existem índices de mensuração de sustentabilidade considerados internacionalmente. São eles: Índice de Desenvolvimento Econômico Sustentável (IDES), Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (IBES) e o Índice de Progresso Genuíno (IPG). Com relação ao Brasil, tem-se o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), o qual foi desenvolvido pelo IBGE com base nas recomendações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) das Nações Unidas, sendo esta metodologia empregada em dimensões estaduais.

Bulegon; Nardi; Domenico; Mores e Silva (2018) afirmam que o Brasil utiliza vários indicadores e dentre eles estão: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. No estado de Santa Catarina, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) criou o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS).

O objetivo do SIDEMS é, de forma clara e objetiva, criar, indicar indicadores que tenham correlação com o desenvolvimento sustentável de cada município catarinense. Na imagem abaixo é possível identificar os reais objetivos de forma geral e específica e sua composição de rede do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, permitindo identificar a correlação entre a representação da sociedade, instituições governamentais, instituições de fomento, instituições de ensino e pesquisa.

Figura 3 – Objetivos e composição da rede do SIDEMS



Objetivos Específicos

- Difundir o SIDEMS aos agentes públicos, dirigentes e técnicos de entidades do setor privado e organizações da sociedade, aos acadêmicos e à população;
- Fomentar o uso do SIDEMS como fonte de informação e meio de planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas pelas instituições integrantes da rede e demais instituições da sociedade;
- Aprimorar o SIDEMS por meio da elaboração de estudos, desenvolvimento de tecnologias e proposição de novos indicadores para aperfeiçoar o monitoramento do desenvolvimento do município;
- Disponibilizar informações para a composição da base de indicadores do SIDEMS;
- Apoiar o SIDEMS concentrando esforços técnicos e articulando junto às instituições a viabilidade do projeto;
- Articular a participação de instituições governamentais e não governamentais na Rede SIDEMS.

Composição da Rede SIDEMS

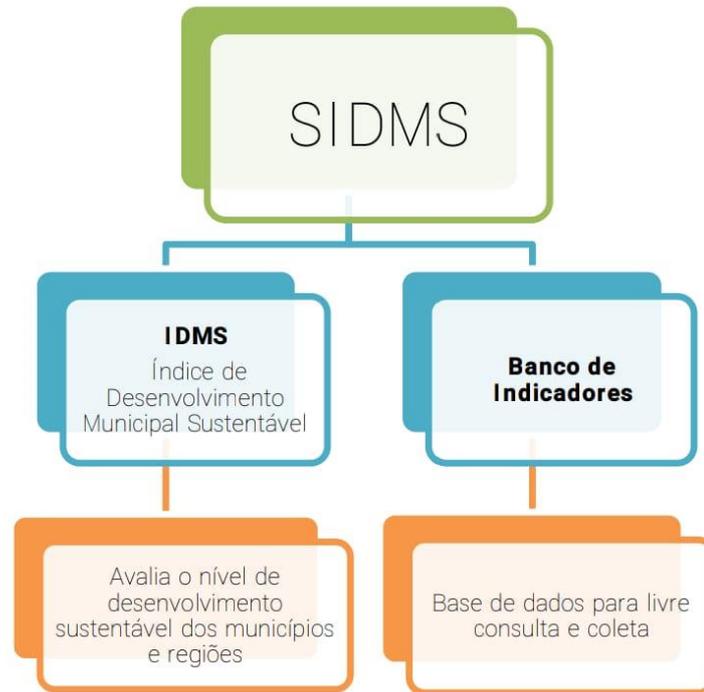
Constituída em 2014, a Rede SIDEMS é composta por 47 instituições:

- 26 Instituições Governamentais (órgãos dos poderes federal, estadual e municipal);
- 14 Instituições Não Governamentais (conselhos, entidades setoriais e organizações do terceiro setor);
- 7 Instituições de Ensino e Pesquisa.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Fecam, 2020.

Na imagem acima é possível visualizar os principais objetivos do desenvolvimento do SIDMS, que é medir, mensurar o que é considerado relevante e proveniente, adentro do conceito de desenvolvimento apropriado. Seguindo a correlação do tema, na figura abaixo, é possível entender como é feita a estrutura do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, que é a junção de duas fontes de informação, sendo elas os índices de desenvolvimento sustentável e os bancos de indicadores.

Figura 4 – Estrutura do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS)



Fonte: TURNES; COSTA, 2008.

O banco de indicadores, conforme proposto pela FECAM, tem como objetivo avaliar os municípios de acordo com seus níveis de desenvolvimento sustentável. Destaca-se que este índice foi reformulado no ano de 2016 e está calcado nas seguintes dimensões: Sociocultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. O IDMS é calculado a partir da média aritmética dos índices de cada dimensão (FECAM, 2018).

Na composição do IDMS, foi dado peso igual para as quatro dimensões do ecodesenvolvimento, ou seja, 25% do índice geral. Então: Sociocultural 25%, Econômica 25%, Ambiental 25% e Político-institucional 25%. Já as subdimensões apresentam pesos diferenciados conforme seu grau de importância e por causa da desigualdade para a obtenção dos dados, sendo assim distribuídas dentro das dimensões: Sociocultural: Educação – 45%; Saúde – 35%; Cultura – 10%; Habitação – 10%; Econômica: Economia e Renda – 100%; Ambiental: Meio Ambiente – 100%; Político-institucional: Participação Social – 30%; Gestão Pública – 30%; Finanças – 40% (FECAM, 2018).

Ainda observando FECAM (2018), para o cálculo do IDMS, este é obtido pela média aritmética de cada uma das dimensões (Sociocultural: $IDMS_{sc}$; Econômica: $IDMS_e$; Ambiental: $IDMS_{ma}$; e Político-Institucional: $IDMS_{pt}$), podendo ser visualizadas na seguinte fórmula:

$$\text{IDMS} = \frac{\text{IDMSsc} + \text{IDMSma} + \text{IDMSe} + \text{IDMSpt}}{4}$$

4

Os municípios possuem categorias que permitem a classificação de índices e subíndices, desta forma é possível entender que o sistema SIDMS utiliza como método de classificação, de maneira que é possível verificar as classificações tanto por municípios e regiões, tanto de forma geral, utilizando indicadores, variáveis, dimensões e subdimensões, conforme demonstrado na imagem a seguir.

Figura 5 – Classificação I do IDMS

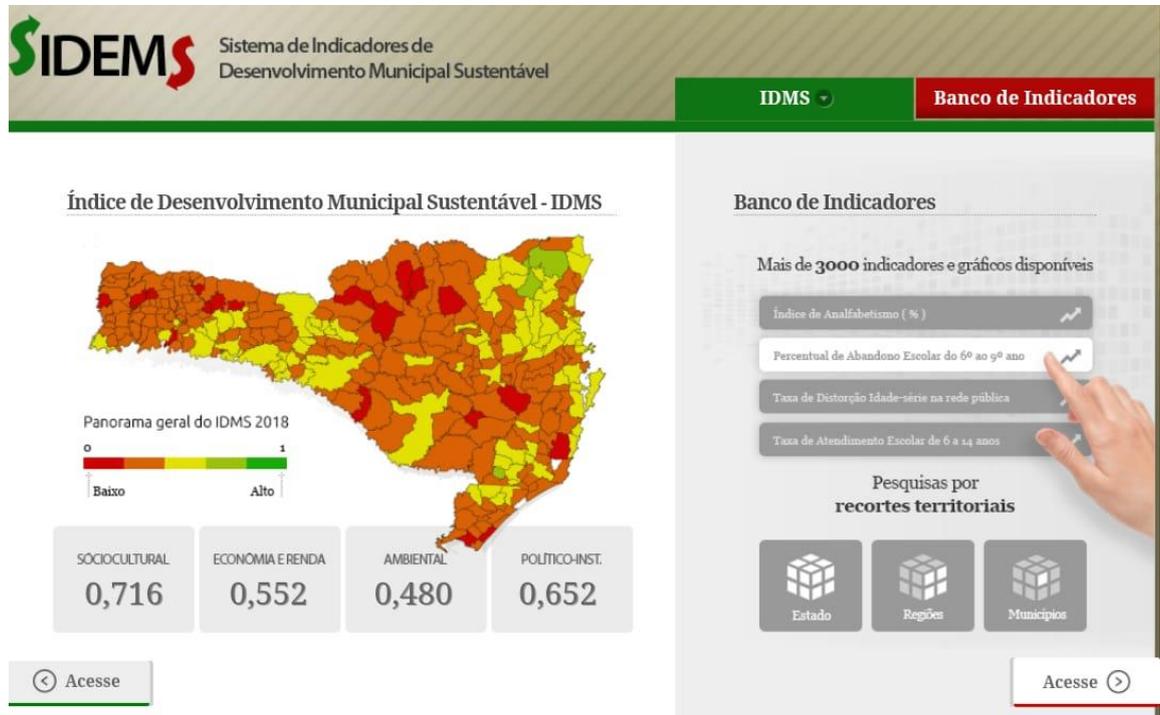
Valor do IDMS	Classificação
Maior ou igual a 0,875	ALTO
Maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,875	MÉDIO ALTO
Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750	MÉDIO
Maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,625	MÉDIO BAIXO
Menor do 0,500	BAIXO

Fonte: Fecam, 2018.

Rezende e Fagundes (2016) descrevem que o IDMS foi um método criado por Martins e Cândido (2008), com aplicação nos municípios, já que os demais indicadores são aplicados em nível estadual e nacional. Utiliza 54 indicadores de sustentabilidade, dentro de seis dimensões: ambiental, econômica, social, institucional, demográfica e cultural, com vistas à avaliação do nível de desenvolvimento sustentável.

O IDMS e o banco de indicadores são inseridos em um software que juntos formam a base de dados do SIDMS, permitindo identificar os índices, indicadores, variáveis por Secretaria de Desenvolvimento Regional, mesorregião, município específico e região hidrográfica.

Figura 6 – Interface do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS)



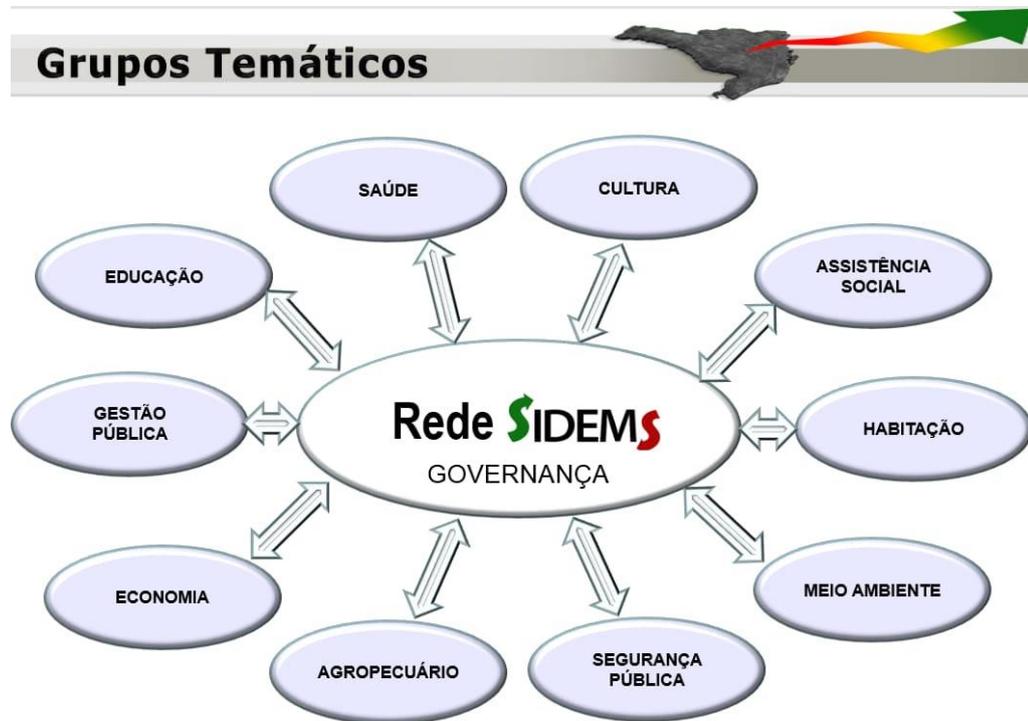
Fonte: indicadores.fecam.org.br/index/index/ano/2020.

A figura acima representa a interface do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal, onde é possível fazer filtros e analisar os indicadores de forma individualizada, relacionada a cada município. Na mesma interface é possível visualizar os “termômetros de desenvolvimento”, que permitem fazer um panorama nas dimensões sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional.

Os temas representados e desenvolvidos, relacionados aos 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios estão representados em dez categorias. São elas: educação, saúde, economia, segurança pública, habitação, assistência social, gestão de risco, demografia, finanças públicas e meio ambiente, representadas na imagem abaixo mencionada (FECAM, 2020).

A imagem abaixo demonstra os grupos temáticos de atuação relacionados ao sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, subdivididos em dez áreas de atuação, sendo elas: saúde, educação, cultura, assistência social, habitação, meio ambiente, segurança pública, agropecuária, economia e gestão pública.

Figura 7 – Grupos temáticos e áreas de atuação



Fonte: Fecam, 2020.

(<https://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/61902/ano/2020>)

Além das áreas de atuação dos indicadores, a FECAM, possui uma estrutura central com abrangência estadual, formada por sete instituições, sendo elas: Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina – Fecomércio, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério Público de Santa Catarina – MPSC e Federação Catarinense de Municípios – FECAM, que formam um grupo de governança, e por dez grupos temáticos, conforme representado acima. (FECAM,2020).

Abaixo, indicadores e categorias de maior relevância que podem auxiliar os municípios nas tomadas de decisão, destacando que os indicadores estão subdivididos em dez áreas de atuação, sendo elas: saúde, educação, cultura, assistência social, habitação, meio ambiente, segurança pública, agropecuária, economia e gestão pública.

Quadro 2 – Indicadores e suas categorias de relevância

Indicadores	Categorias de Relevância
Meio Ambiente	População total atendida com abastecimento de água
	Volume de água produzido
	Volume de água tratada em estação de tratamento de água
	Volume de água consumido
	População urbana com abastecimento de água
	Investimento total realizado pelo município
	População total atendida com esgotamento sanitário
	População urbana atendida com esgotamento sanitário
Assistência Social	Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) Atendimento individualizado - Total de atendimentos individualizados realizados nas unidades do CRAS
	Quantidade de crianças em serviços de convivência e fortalecimento de vínculo
	Quantidade de famílias em acompanhamento pelo PAIF
	Quantidade de famílias encaminhadas para outras políticas
	Quantidade de visitas domiciliares realizadas
	Quantidade total de crianças/adolescentes/idosos que participam do grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
	Quantidade total de assistentes sociais nas unidades do CRAS
	Quantidade total de psicólogos nas unidades do CRAS
Economia	Capacidade de atendimento nas unidades do CRAS
	Produto Interno Bruto - PIB - Metodologia Atual - PIB Municipal Total – Agropecuária/Impostos/Indústria/Serviços
	PIB - Metodologia Atual – PIB per capita - Real
	Emprego por faixa salarial
Habitação	Emprego por Grau de Escolaridade
	Quantidade de Domicílios Adequados/Semiadequados/Inadequados
Gestão de Riscos	Situação dos Domicílios - Quantidade de Domicílios Permanentes/Urbanos/Rurais
	População Vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais e bruscas
	População Vulnerável aos eventos de escorregamentos de encostas nas áreas urbanas
	População Vulnerável - Enchentes ou inundações - Enchentes ou inundações graduais - Número de Enchentes ou inundações
Demografia	População Vulnerável - Enchentes ou inundações - Enchentes ou inundações graduais - Número de edificações atingidas nas áreas urbanas
	População por faixa etária
	População Total por ano
	População - Taxa da População Urbana
	População - População Rural
	População - População Feminina
Finanças Públicas	População - População Masculina
	Despesas Orçamentárias - Despesas Correntes - Pessoal e Encargos
	Despesas Orçamentárias - Despesas de Capital - Investimentos
	Despesas - Despesas por função
	Receitas Orçamentárias - Receitas Orçamentárias Total
	Receitas - Receitas Orçamentárias - Receitas Correntes
	Receitas Orçamentárias - Receitas de Capital
Receitas Tributárias - Arrecadação Própria - Impostos Municipais Total	

	Receitas - Receitas Tributárias - Arrecadação Própria - Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU
	Receitas Tributárias - Arrecadação Própria - Valor Total das Receitas Tributárias de Arrecadação Própria
	Receitas - Transferências Constitucionais - Imposto Territorial Rural - ITR
	Receitas - Transferências Constitucionais - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA
Educação	Indicadores da Educação - Quantidade de escolas
	Infraestrutura das unidades escolares: Água
	Infraestrutura das unidades escolares: Tecnologia
	Infraestrutura das unidades escolares: Energia Elétrica
	Infraestrutura das unidades escolares: Lixo
	Infraestrutura das unidades escolares: Esgoto Sanitário
Saúde	Infraestrutura das unidades escolares: Alimentação
	Fatores de Risco e Proteção
	Mortalidade
	Recursos na saúde
	Morbidade
	Internações - Grupos de Causas

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Para Marzall e Almeida (2.000, p.44): “Os indicadores são ferramentas para a obtenção de informações sobre uma determinada realidade, que se caracteriza por adequar um conjunto de informações, aproveitando apenas o essencial dos aspectos analisados”.

2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROGRESSO ECONÔMICO

Nesta seção será apresentado e contextualizado desenvolvimento local e progresso econômico, seus conceitos, definições e implicações.

O tema desenvolvimento local, também definido e conhecido como: Desenvolvimento territorial, Desenvolvimento Local Sustentável, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, Desenvolvimento Endógeno, pode se definir como seu objetivo apresentar o desenvolvimento das localidades, e ressalta-se que em algumas aplicações pode ser utilizado o termo Desenvolvimento Regional (FRANÇA; GARIBE FILHO, 2010).

Parte-se do pressuposto de que desenvolvimento local é:

[...] aquele que pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade [...] até o município [...]. O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município (BUARQUE, 1999, p. 25).

Boisier (2002) apresenta diferentes definições referente aos conceitos: desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional e desenvolvimento endógeno.

Para Boisier (2002), o desenvolvimento regional está relacionado a uma mudança localizada em um domínio territorial exclusivo, estando especificada em três dimensões: individual, social e espacial. Já o desenvolvimento territorial tem ligação com a questão escala geográfica do método, e não amarração com conteúdo.

Nesta medida, levando em conta o pensamento de Sachs (2004), se verifica que os países devem se desenvolver a partir de suas próprias realidades, implementando uma estratégia de desenvolvimento endógeno, sem negligenciar a sua inserção na economia global. Assim, o planejamento é necessário para acelerar o crescimento econômico, e isso, segundo Sachs (2014), deveria ser alcançado por meio de políticas nacionais com vistas ao desenvolvimento endógeno, incluyente e sustentável que são necessários, quebrando o ciclo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza. Sachs afirma que a implementação de uma estratégia de desenvolvimento, com vistas a melhorar o desempenho do país em torno de taxa de crescimento e investimento e com a utilização dos serviços públicos, promovendo o acesso à educação, à proteção, à saúde, à água potável, ao saneamento, a moradias decentes, assim como a melhoria da qualidade de vida, tem que fazer parte da estratégia de desenvolvimento.

Para que haja um desenvolvimento local é necessário existir a elaboração de estratégias localizadas conforme a realidade específica, pois se observa que as realidades de cada região ou município diferem umas das outras, necessitando valorizar as particularidades e aspectos locais, na medida em que tais aspectos têm validade basicamente num território específico (Macedo e Candido, 2011). Porém, segundo afirma Farias (2014), o Estado é um dos atores que impulsiona o desenvolvimento local, pois ele proporciona a formulação de políticas públicas, as quais estabelecem as estratégias para o desenvolvimento local de determinada região.

Desenvolvimento local está relacionado à capacidade do desenvolvimento endógeno, localidade e território, acrescido das soluções humanas, ambientais, culturais, humanas e principalmente econômicas, gerando riqueza para a população, permitindo o progresso econômico da região (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

Assim, é possível definir que as estratégias de desenvolvimento variam em cada região, conforme a especificidade de cada território. Mas não basta uma visão reducionista com o objetivo de sanar as dificuldades: o gestor precisa analisar o contexto e o espaço global permitindo a tomada decisões, pois, como afirmam Martinez e Oliveira (2013), nem sempre as iniciativas elaboradas são suficientes para o desenvolvimento local. É neste contexto que as particularidades regionais devem ser relacionadas ao desenvolvimento local e harmoniosas com as novas atividades econômicas permitindo o progresso econômico, além de ouvir os diversos atores sociais do local.

Boisier (2002) define desenvolvimento local como: “si se tratase de um concurso de popularidad, el concepto de ‘desarrollo local’ ganaria el primer lugar em las preferências” (BOISIER, 2002, p.157), referência que seria o tema mais apropriado para definir ambos os temas, que trata da mobilidade de desenvolvimento, e que devesse ter bom senso para utilizar a definição mais adequada de acordo com a necessidade. E, para finalizar sua visão, define que todo desenvolvimento endógeno também é local, por se tratar de execução de origem da sociedade, comunidade, portanto, sua origem local, neste caso não tendo a influência de fatores exógenos.

Agregando a importância dos fatores endógenos, identificando a necessidade do crescimento, é válido ressaltar que: “também deve provir da mobilização de recursos internos, públicos e privados, nas formas de aportes financeiros, de pessoal e de infraestrutura” do governo local e do empresariado (FRANCO, 1998, p.16). Corroborando com o conceito apresentado para Amaral Filho, é de suma seriedade fornecer para o desenvolvimento local ou região, “fatores locacionais sistêmicos capazes de criar um polo dinâmico de crescimento, com variados efeitos multiplicadores, os quais se auto-reforçam e se propagam de maneira cumulativa, transformando a região num atrativo de fatores e de novas atividades econômicas” (2001, p.278).

Já Martinez e Oliveira (2013) afirmam que o processo de desenvolvimento local pode ser entendido como uma construção política que requer modificações no modelo de gestão local atual, bem como na concepção e comportamento social próprios daquele local.

Desenvolvimento local pode ser definido como: “sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população” (DALLABRIDA; ZIMERMANN, 2009, p. 25).

Haddad (1999) assevera que, para desenvolver determinada região e atingir seu crescimento econômico, é necessário ampliar sua competência e capacidade de organização social:

- a) ao aumento da autonomia regional para tomada de decisão;
- b) ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local;
- c) a um processo de inclusão social;
- d) e, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional (HADDAD, 1999, p. 10).

Por sua vez, Martinez e Oliveira (2013) afirmam que nessas condições o desenvolvimento local deve ser considerado como incentivo para o desenvolvimento e

progresso econômico, baseando-se em políticas e participações sociais que atendam às especificidades de cada local em suas diversas dimensões.

Segundo afirmam Rezende e Fagundes (2016), os atores sociais precisam atuar para que o desenvolvimento sustentável aconteça, mas também que cada cidadão faça a sua parte e todos, assim, contribuirão com o desenvolvimento sustentável. Então necessário se faz estimular a participação da comunidade nas ações de promoção do desenvolvimento regional. Além disso, é relevante destacar que, por ser um desenvolvimento específico de uma determinada localidade, o que é sucesso em numa região não é em outra, pois é resultante das especificidades do local e são os detalhes que resultam em sucesso ou fracasso.

Réus (2012) traz colocações de vários estudiosos, sobre o desenvolvimento local, dentre eles: Zapata (1998); Vasquez-Barquero (2001); CacciaBava (2005); Martins (1998) e Dowbor (2001), os quais apresentam algumas diretrizes básicas ou condicionantes para elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento local, quais sejam:

- (1) presença de autores com habilidades em métodos participativos de concertação;
- (2) planejamento com ênfase na intersetorialidade e na integração das ações;
- (3) internalização da cultura da avaliação e medição por meio de bases de dados e indicadores;
- (4) a emergência de uma nova postura do poder público municipal, que passa a atuar como articulador e facilitador de todas as forças, interesses e recursos locais, além de buscar articulação com atores externos
- (5) formação de redes entre os atores individuais e coletivos⁸¹ tanto na esfera econômica quanto social (capital social) (RÉUS, 2012, p. 89).

E como já apresentado anteriormente, para que o desenvolvimento local seja bem planejado, há a necessidade de se medir determinadas dimensões para contextualizar o desenvolvimento local e apresentar pontos fortes e fracos da região, discutindo novas práticas de produção econômica no espaço, as quais estão engajadas em compromissos solidários-associativos, possibilitando a identidade do local (FARIAS, 2014).

Para Albuquerque e Zapata (2010), desenvolvimento local está relacionado a qualidade do desenvolvimento endógeno e de territórios, fundamentado na posse dos recursos humanos, institucionais, ambientais, culturais e econômicos, correlacionando com o aumento da qualidade e benefícios com de vida à população e economia local. Seguindo com o complemento da ideia, Franco (1998) afirma que “sem dinheiro não se pode fazer dinheiro, quer dizer, sem a injeção de recursos externos, não se pode desencadear processos de geração interna de novos recursos” (FRANCO, 1998, p.16).

Para Andion (2009), o desenvolvimento local auxilia em pontos específicos de uma determinada localidade, como, o excesso de localismo; a influência de práticas patrimonialistas; a falta de recursos e habilidades técnicas nos municípios pequenos; as fortes desigualdades

intrarregionais, entre outros. Através de estratégias específicas levantadas por indicadores locais, pode-se ajudar na administração pública municipal. “Para isso, é essencial que a sociedade, as lideranças da localidade, empresários e políticos trabalhem integrados em suas atividades, pois estes são considerados agentes e devem ser os protagonistas do desenvolvimento regional.” (Martinez e Oliveira, 2013, p. 309).

Coriolano (2012) afirma que a sociedade é corresponsável pela qualidade dos relacionamentos interinstitucionais e pelas mudanças socioestruturais, pois auxiliam a identificar e explorar o potencial do território em questão, passando a ser os agentes e responsáveis pela qualidade e desenvolvimento da região explorada em questão. O processo do desenvolvimento local pode ser definido e explicado como um método que “implica alterar as condições que possibilitaram a concentração de conhecimento, do poder e da riqueza, gerando como consequência, pobreza e exclusão social” (DE PAULA, 2008, p.48).

Rodrigues (2009) afirma que o crescimento econômico é considerado fator básico para o desenvolvimento, mas entenda-se que a noção do progresso vai muito além das questões econômicas. Somente o crescimento exponencial do Produto Interno Bruto não significa que uma sociedade é desenvolvida.

Abaixo um breve resumo apresentado por Bresser-Pereira:

Definido o desenvolvimento econômico como a melhoria dos padrões de vida causada pela acumulação de capital com a incorporação do progresso técnico, e o desenvolvimento humano como o avanço das sociedades modernas em direção a seus cinco objetivos políticos auto-definidos, podemos distinguir formas de desenvolvimento relativas a cada um desses objetivos: desenvolvimento da segurança (maior paz entre as nações e menos crimes), desenvolvimento econômico (maior bem estar), desenvolvimento político (maior igualdade política e maior participação no governo), desenvolvimento social (maior igualdade econômica) e desenvolvimento ambiental (maior proteção do ambiente). Argumentei que a primeira forma de desenvolvimento, a econômica, era a mais estratégica, mas todas são interdependentes e é impossível dizer qual é a mais importante. E todas elas dependem de um sexto tipo de desenvolvimento – do desenvolvimento cívico e moral – que permeia todos os demais, que não pode estar baseado apenas no medo das consequências da infração das normas sociais, mas deve resultar do equilíbrio razoável das forças sociais e da compreensão do papel que a solidariedade e a capacidade de se fazer compromisso têm na construção de cada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 14-15).

Troster e Mochón (2002, p. 317) afirmam que “[...] o crescimento econômico é um processo sustentado ao longo do tempo, no qual os níveis de atividade econômica aumentam constantemente”. Para Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205), o “[...] crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo, ou seja, é um processo pelo qual a quantidade de bens e serviços, produzidos por uma coletividade, tende a crescer mais rapidamente que ela”.

Boisier (1995) destaca a importância da conexão do desenvolvimento local com as questões políticas, administrativas e econômicas. Já Barros, A.; Silva, N.; e Spínola (2006) afirmam e apresentam três dimensões para o desenvolvimento econômico: econômica, que permite a aplicação dos fatores produtivos locais para alavancar os níveis de produtividade local; sociocultural, que aliam os valores, características da sociedade, crenças, valores e características sociopolíticas, definindo a idiosincrasia da população local e, por último, o autor define a dimensão política que permite criar e permitir questões locais, estimulando a produção local e as iniciativas mediante a aplicação de legislações locais que podem favorecer o processo.

É neste cenário que se observa o impacto do desenvolvimento ou do processo econômico sobre o ecossistema, principalmente quando determinado eixo populacional desenvolve – e muito – o consumismo, afirmando que tem dinheiro para comprar e só isso basta. Desta forma, o que se observa é que o uso dos recursos naturais de forma indevida, sem preocupação com a devida reposição está levando o planeta ao esgotamento de tais recursos, principalmente em nome do progresso econômico.

Bresser Pereira (2014) afirma que o crescimento econômico está diretamente ligado ao aumento da capacidade produtiva/aumento da produtividade/aumento da força de trabalho e aumento do PIB e da receita pública advindos de taxas, impostos e serviços. Já o desenvolvimento envolve o crescimento e melhoria da qualidade de vida da população levando-se em conta os indicadores aqui estudados e que são medidos pelo IDH. Por sua vez, Vasconcelos (2011) destaca que o desenvolvimento se relaciona com o avanço tecnológico e científico, já o crescimento com a melhoria das condições para a satisfação humana (educação, saúde, melhoria da qualidade de vida, dentre outros). Por isso que ela afirma ser

[...] a partir do entendimento da diferenciação entre crescimento e desenvolvimento que entram em cena novas discussões, pautadas na necessidade de se realizar transformações nas teorias e políticas desenvolvimentistas, fomentando assim, a necessidade de se buscar um desenvolvimento tido como sustentável. Neste cerne, a ideia de crescimento econômico passa a ser analisada com mais cautela, possibilitando o surgimento de debates acerca do conceito de desenvolvimento sustentável (VASCONCELOS, 2011, p. 30).

Por sua vez, Barreto (2004) relata que o aumento do PIB não quer dizer, necessariamente, que exista um aumento no bem-estar social e na melhora da qualidade de vida das pessoas do território analisado, ao destacar que o PIB não reflete corretamente o comportamento da economia de um país. Ao se apresentar valores para o PIB, não se está

apresentando a forma como a riqueza é distribuída no país e as questões sociais são deixadas de lado neste número, não revelando como, de fato, a população vive.

Em todos os tempos, o fator econômico constituiu e constitui a força geradora da realidade social. O conceito de desenvolvimento deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo, da economia. O crescimento, bem como o desenvolvimento se expressam no aumento nominal do resultado do cálculo do produto interno, cuja valorização se dá à medida que se aplique crescentemente capital, trabalho, recursos naturais (energia e matéria) e tecnologia, aumentando-se produção, transporte e consumo. Portanto, é preciso que tudo isso seja realizado de uma forma equilibrada, afirma Derani (1997).

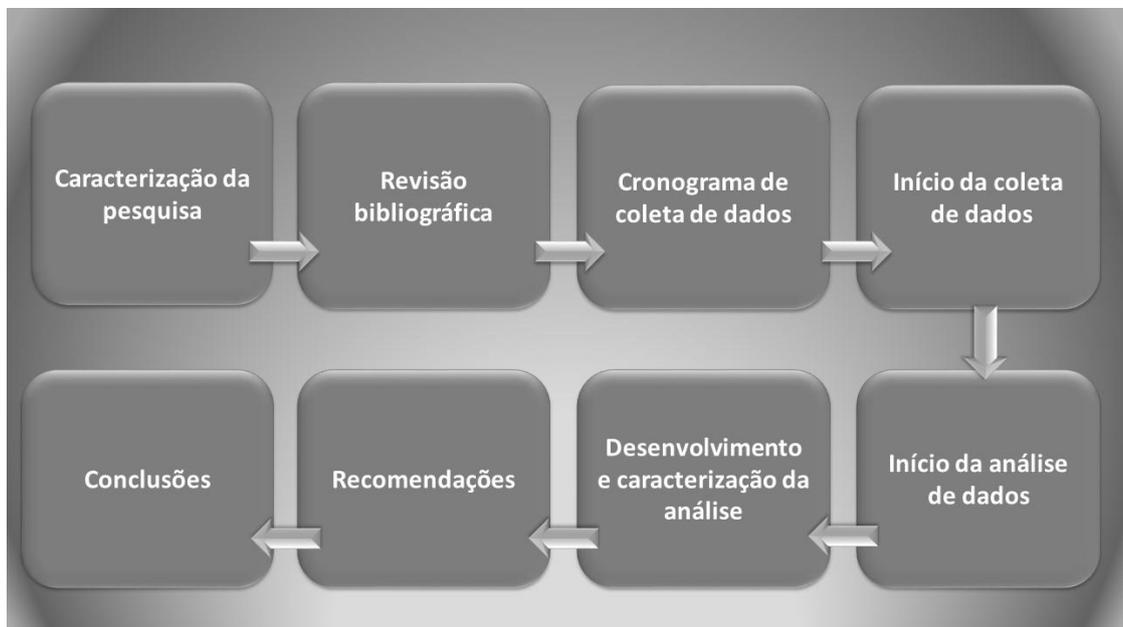
Vasconcelos (2011) relata que antes de 1960 não havia distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. Porém depois desse período e em decorrência da industrialização “o desenvolvimento passou a ser sinônimo de elevação da renda per capita em nações desenvolvidas economicamente”. Isso em decorrência da elevação dos níveis de crescimento em detrimento dos elevados níveis de problemas sociais e ambientais provenientes principalmente do aumento da população e diminuição da renovação dos recursos naturais. Tal realidade foi observada principalmente depois da Revolução Industrial, quando então foram desenvolvidos e aperfeiçoados novos sistemas de geração e aumento de riqueza.

Segundo Macedo, Ferreira e Cípola (2011), quando uma região consegue resolver de forma integrada questões sobre crescimento econômico, exploração de recursos naturais, pobreza e distribuição de renda, que têm natureza econômica, ambiental e social, ela se torna, então, sustentável, pois se mostra capaz de promover, de forma equilibrada e harmônica, crescimento econômico, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. Portanto, o equilíbrio das finanças públicas constitui um dos requisitos indispensáveis para a estabilidade econômica e o progresso econômico.

3 PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS

Considerando a importância do tema objeto da presente pesquisa, esta seção foi reservada para apresentar as características metodológicas utilizadas, sejam elas estudos práticos ou teóricos, com o propósito de contribuir de maneira relevante para o desenvolvimento do conhecimento proposto. Deste modo, busca-se apresentar as características metodológicas que conduzirão às abordagens e estratégias de pesquisa, os objetivos do estudo, a técnica de coleta de dados, bem como a técnica de análise de dados.

Figura 8 – Roteiro da pesquisa em execução



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Dando continuidade ao trabalho, a seguir será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, estratégias, objeto de estudo, estratégia e meios utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Flick (2009), a abordagem qualitativa consente na identificação com uma realidade, uma melhor observação do indivíduo ou fenômeno, permitindo uma análise detalhada e fundamentada na pesquisa descritiva. Admitindo interação relacionada à revisão de literatura, identificando as particularidades de cada situação proposta e uma correlação com

outros estudos para abrangência do entendimento do tema. Complementando, Creswell (2007) descreve que a pesquisa qualitativa é quando o pesquisador é levado a emitir opinião sobre o assunto pesquisado, ou seja, acontece quando as questões de estudo são identificadas pelo pesquisador, permitindo ao pesquisador utilizar ferramentas para definir estratégias para o embasamento da pesquisa, sendo elas: estudo de caso, pesquisa fenomenológica, teoria embasada, etnografia e, por fim, pesquisas narrativas.

Ainda sobre pesquisa qualitativa, Godoy (2005) complementa afirmando que a pesquisa qualitativa atingiu uma condição de destaque dentro do campo de pesquisa, devido a sua versatilidade em estudar fenômenos envolvendo sistemas e seres humanos, propondo a análise e interpretação das informações, observando com detalhe os padrões e atitudes encontradas nos contextos estudados. Partindo desta premissa, é possível desenvolver deduções específicas e interpretativistas sobre o objeto de estudo, tema ou variável (BARDIN, 2011). Complementando, Bhattacharjee (2012) expõe que o método interpretativista utiliza-se de uma abordagem indutiva para analisar e compreender o fenômeno estudado, na ânsia de comprovar a teoria em questão ou de propor uma nova a partir dos dados coletados no desenvolvimento do trabalho.

Sobre a caracterização da pesquisa, ela é descritiva, pois o presente estudo gerou proposições prévias com o objetivo de descrever os fenômenos, elaborar explicações e gerar a compreensão de o quê, como e onde, sem gerar conclusões sobre a pesquisa. Sendo muito versátil, esta técnica apresenta diversas maneiras de coleta de dados, sendo alguns deles a entrevista, seja pessoalmente, com aplicação de questionários a distância ou até mesmo por intermédio de telefone (VIEIRA, 2002).

Com relação à estratégia de pesquisa, o presente trabalho trata-se de um estudo de caso, haja vista que o mesmo busca analisar de forma profunda a implantação e o acompanhamento do DEL do Município de Rio Negrinho e seus principais indicadores do desenvolvimento sustentável. Utilizando a ferramenta de estudo de caso é possível examinar de forma detalhada todo o ambiente, a situação ou o sujeito do estudo em particular (GODOY, 1995).

Complementando o tema, Eisenhardt (1999) acrescenta que definido como estudo de caso a estratégia da pesquisa, casos podem ser simples ou múltiplos, destacando a multiplicidade e permitindo identificar as variedades culturais, sociais e políticas. Contudo, Yin (2010) define que as correlações entre a unidade de análise e a teoria sustentam a pesquisa de estudo de caso, fomentando evidências empíricas para a literatura, desta forma, os projetos em que o cerne do mesmo são os questionamentos "como" e "por que", em sua grande maioria, necessitam da utilização da metodologia de estudo de caso (YIN, 2010).

3.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Sendo que o presente estudo é uma pesquisa qualitativa, inúmeras técnicas de coletas de dados poderiam ter sido utilizadas. Algumas das escolhidas foram a observação e a entrevista como dados primários, e qualquer outra fonte documental como dados secundários, uma vez que o método escolhido contribua de maneira significativa para o entendimento da questão proposta no estudo (GODOY, 1995), pois utilizando-se da técnica da entrevista, demonstra-se muito eficaz tanto dados objetivos quanto dados subjetivos dentro de um estudo (BONI; QUARESMA, 2005).

Ainda sobre entrevista, Bhattacharjee (2012) complementa que a coleta de dados por meio de entrevista é o método mais personalizado de investigação, permitindo um nível de flexibilização e aprofundamento muito superior em relação à simples aplicação de questionários, demonstrando-se muito mais eficaz em um processo de coleta de dados em um estudo de caso. Ao ser aplicado por um especialista, possibilita a absorção de dados mais profundos e concretos em relação ao fenômeno estudado, demonstrando-se a técnica mais adequada para os casos de abordagens interpretativistas (BHATTACHERJEE, 2012; SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009).

Para a coleta de dados no decorrer do presente estudo, foram organizadas entrevistas com todos os responsáveis das câmeras técnicas do DEL, alguns secretários da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e líderes da comunidade que pertencem ao programa DEL buscando extrair o máximo de informações possível, concatenando suas medidas de ação com as informações observadas no DEL do Município de Rio Negrinho e indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

O questionário foi elaborado de acordo com os conceitos apresentados no capítulo de revisão teórica, apresentando perguntas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, desenvolvimento municipal sustentável, indicadores de desenvolvimento sustentável, cidade sustentáveis e desenvolvimento local e progresso econômico. Esses conceitos definiram as categorias utilizadas para a elaboração das perguntas relacionadas ao questionário. No anexo B é possível visualizar as perguntas feitas a cada respondente, definindo como perguntas técnicas ligadas às câmaras técnicas apenas perguntas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11.

Entrevistados como o Prefeito/Presidente DEL, Vice-Presidente DEL, Ex-Vice-Presidente DEL, Presidente da Câmara de Vereadores, Secretário de Desenvolvimento Econômico responderam todas as perguntas, já correlacionando com Quadro 1, que apresenta os indicadores de desenvolvimento sustentável e suas categorias de relevância para o município.

As entrevistas aconteceram com o Prefeito sr. Julio Cesar Ronconi, com o Vice-prefeito o sr. Roberto Albuquerque, assim como com alguns dos secretários das pastas que compõem a gestão pública municipal, além dos responsáveis pelo Programa DEL. O método utilizado é conhecido no meio acadêmico como bola de neve, pois o pesquisador seleciona as primeiras pessoas que atendem ao critério inicial proposto pela pesquisa, e os próprios entrevistados elencam os demais entrevistados, levando em consideração as demais pessoas com envolvimento direto ou capacidade decisória no processo estudado (BHATTACHERJEE, 2012; SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009).

Em trabalhos baseados em estudos de caso, quando a coleta de dados é feita por meio de entrevistas, elas podem ser do tipo lista de perguntas estruturadas, semiestruturadas ou até mesmo abertas, desde que o pesquisador não abra mão da premissa de que todo o processo de entrevista de ser conduzido de maneira lógica, rigorosa e imparcial (BHATTACHERJEE, 2012).

Da mesma maneira que a transparência nos processos de avaliação dos dados coletados, bem como na confecção dos relatórios obtidos, de modo a expor o nível de compromisso real dos entrevistados e da instituição para com a sociedade na qual está inserida e sua sustentabilidade (WAHEED et al., 2011; CARLETON-HUG; HUG, 2010; WAAS *et al.*, 2012).

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Como resultado das quinze entrevistas realizadas, o pesquisador teve como objeto de análise grande volume de dados subjetivos, pois os mesmos estão diretamente ligados a percepções, valores, ações, pensamentos e atitudes dos entrevistados no processo, sendo parte do processo o pesquisador realizar a análise destes dados a fim de realizar sua interpretação dando sentido a este aglomerado de dados (CRESWELL, 2007).

Ainda sobre isso, para Yin (2010) um dos maiores desafios em um processo de pesquisa qualitativa está no fato de que ela é um compêndio de narrativas dos participantes, por se tratarem de grandes volumes textuais em vez de tabulações numéricas, que podem de maneira muito simples ser expostos em arranjos ou quadros e matrizes.

Com o objetivo de organizar e compilar todos dados obtidos no processo de coleta, dando início ao processo de transformá-los em informação relevante, o mesmo foi feito em concordância com os princípios de Bardin (2011), separando o processo em três etapas: pré-análise; exploração do material ou codificação; e o tratamento e a interpretação dos resultados.

Com base na técnica escolhida, a ilustração abaixo (Figura 8) expõe como será realizada a análise do conteúdo segundo a técnica de Bardin (2011).

Figura 9 – Análise de Conteúdo



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

A imagem acima demonstra as etapas e os meios utilizados para o desenvolvimento, coleta, exploração e o tratamento dos dados, permitindo uma orientação para abranger o melhor de todo o processo, analisando as condições dos dados e de todo o material explorado, correlacionando a teoria e os dados coletados.

4 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE

O município de Rio Negrinho foi nomeado como forma de homenagem ao rio que a corta, passando então seus munícipes a se chamarem de rio-negrinhenses, tem como colonização predominante a ascendência polonesa e alemã, atualmente sua densidade demográfica atinge a marca de 46,6 habitantes por km², e suas coordenadas geográficas são respectivamente Latitude: 26° 15' 18" Sul, Longitude: 49° 31' 9" Oeste. (PDITS Rio Negrinho, 2017).

Foi no ano de 1951 que atracou no porto de São Francisco do Sul o primeiro navio com os imigrantes europeus, que ao se instalarem deram início à colônia Dona Francisca, atualmente conhecida como cidade de Joinville. Dado seu rápido desenvolvimento, num curto espaço de tempo não havia mais lotes à disposição na região (PDITS Rio Negrinho, 2017).

No ano de 1973, o fluxo migratório para a região ainda continuava intenso, devido às condições favoráveis da topografia local e da grande fertilidade encontrada às margens do Rio São Bento. No entanto, tornava-se cada vez mais difícil a acomodação de novos imigrantes tendo em vista o volume de pessoas ali já instaladas, foi quando, no mesmo ano, um grupo de colonos partiu da região em uma marcha em direção à Serra Geral. Após pernoitarem reunidos no acampamento, foram contemplados com 64 lotes já previamente demarcados. Com esse ato, deu-se oficialmente a fundação da Colônia de São Bento, onde, anos mais tarde, 15 quilômetros a oeste, um novo povoamento seria criado, este povoamento é no presente a cidade de Rio Negrinho (PDITS Rio Negrinho, 2017).

Como consequência da expansão de São Bento, as estradas que levavam até a localidade também sofreram expansões, uma delas em especial é a estrada Dona Francisca que passa por Rio Negrinho, e sua construção teve início por volta de 1880, sendo está concluída em 1892 (PDITS Rio Negrinho, 2017).

Entre 1911 e 1913 a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande construiu um novo ramal entre São Francisco do Sul e Porto União. Juntamente foi construída também a Estação de Rio Negrinho, e todo este novo fluxo deu origem a uma Vila, que começou a se desenvolver e ganhar grande impulso, pois graças à estrada de ferro foi nítido o aumento significativo do comércio de erva-mate, lenha, madeira serrada, nó de pinho, toras e dormentes (PDITS Rio Negrinho, 2017).

Em 1925 é fundada a empresa Zipperer & Cia que, na década de 40, ficou conhecida como “Cia Industrial de Móveis”, posteriormente nomeada como Móveis Cimo, e durante sua existência chegou a ser considerada uma das maiores indústrias de móveis da América Latina.

Sendo um dos maiores alicerces da vida econômica do município durante décadas, gerando influências inclusive nos rumos sociais e políticos da cidade, vindo a encerrar suas atividades no final da década de 1970. No mesmo ano de 1925 foi criado o Distrito de Rio Negrinho, que no ano de 1953 passou a ganhar status de município e em 1974 é transformado em Comarca (Site: <https://www.rionegrinho.sc.gov.br/>, 2020).

Rio Negrinho passa a ser reconhecida pela fabricação de móveis devido à indústria CIMO, considerada na época a maior indústria moveleira da América Latina, que contribuiu para o crescimento econômico e proporcionou que a cidade se tornasse base e referência no Estado com relação à indústria moveleira. No município também é presente organizações nos ramos de atividade: tinta e verniz, cerâmica, papelão e papel, confecções e demais organizações que contribuem com o crescimento da cidade (Site: <https://www.rionegrinho.sc.gov.br/>, 2020).

O município de Rio Negrinho está situado no Planalto Norte, posicionada estrategicamente entre duas importantes rodovias federais, BR-116 (Mafra-SC) e BR-101(Joinville), e com relação ao interior da cidade interliga-se com a rodovia BR-470, localizada a 266km de Florianópolis, capital do Estado e próxima de dois centros urbanos representativos, Joinville e Curitiba. Localizada no Planalto Norte do Estado, seu perímetro urbano é cortado pela rodovia BR-280, permitindo acesso aos portos de São Francisco e Itajaí (IBGE, 2017).

A Prefeitura de Rio Negrinho possui aproximadamente 350km de tubulações, contudo, devido ao crescimento vertical observado na cidade, melhorias e modernizações na rede foram implementadas. O resultado desse investimento é um fornecimento de água com mais qualidade para a população, pois, de acordo com os últimos estudos realizados pelo IBGE (2020), o município abriga uma população de 42.302 habitantes, estando distribuídos na seguinte proporção: 91% alocados em perímetro urbano e 9% alocados em perímetro rural. Analisando os dados fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente, pode-se observar que em números absolutos mais de 98,53% da população total do município conta com o serviço, e analisando o perímetro urbano conta com o número sobe para 99,52% (IBGE, 2017).

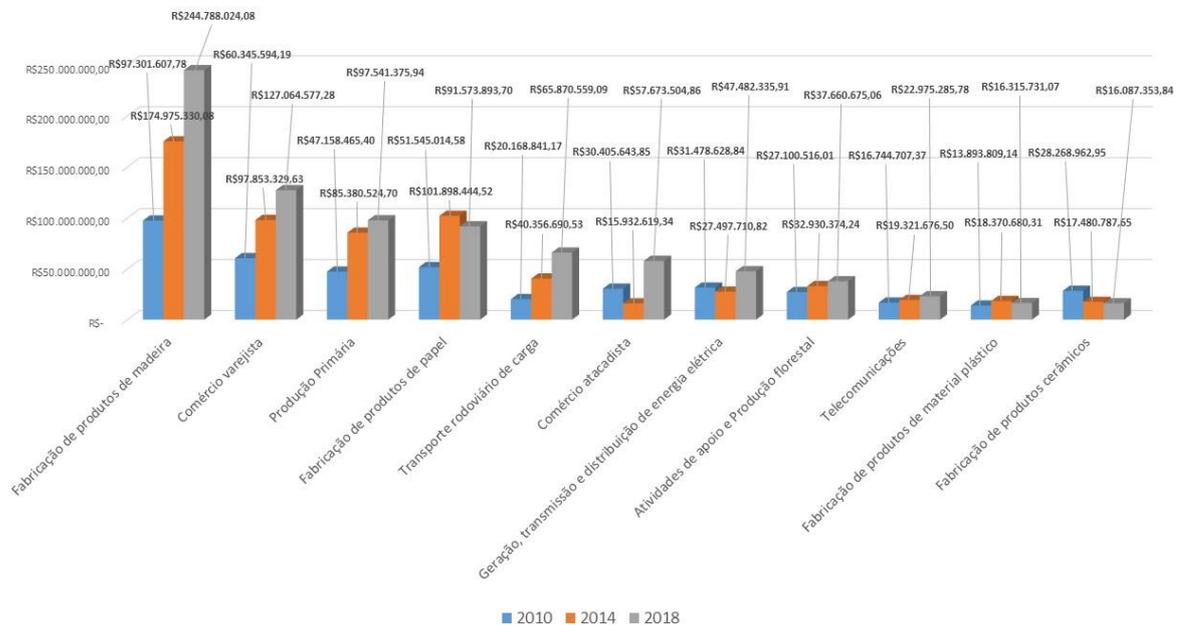
Complementando com as questões climáticas, Rio Negrinho possui clima Mesotérmico Úmido, estações definidas, sem secas e com chuvas adequadas para suprir a necessidade das situações, sem períodos de seca e com temperaturas médias em torno de 18°, invernos com temperaturas baixas e verão com temperaturas agradáveis (PDITS Rio Negrinho, 2017).

O município de Rio Negrinho, segundo o IBGE 2017, foi o 32º município dos 295 do Estado com maior arrecadação de receitas, e na esfera federal ficou na posição 589 de 5.570

municípios. Somando o ano de 2017, o montante arrecadado foi de R\$ 147.154.200,00 em receitas, resultando em um PIB per capita de R\$ 25.989,31, colocando-os neste indicador na posição 175 do Estado e 1.508 no Brasil.

Para melhor entendimento dos setores que movimentam a economia do município de Rio Negrinho, abaixo será apresentado um gráfico com a compilação completa dos dados apurados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Figura 10 – Setores econômicos de Rio Negrinho



Fonte: Dados internos da Prefeitura.

Rio Negrinho tem uma economia bastante ativa e próspera. Com base no levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2020), percebe-se que os três principais setores geradores de renda na cidade em ordem decrescente são: fabricação de produtos em madeira, comércio varejista e produção primária. Considerando somente estes três setores da economia rio-negrinhense, em 2018 foram responsáveis por gerar uma receita superior a R\$ 469.393.977,30, com todos os três setores apresentando incremento de receita em relação à apuração anterior realizada no ano de 2014.

Além dos três setores elencados anteriormente, com base no estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o município tem sua economia movida principalmente por onze setores, sendo eles os seguintes: Atividade de apoio e produção

florestal; Comércio atacadista; Comércio varejista; Fabricação de produtos cerâmicos; Fabricação de produtos de material plástico; Fabricação de produtos em madeira; Geração, transmissão e distribuição elétrica; Produção primária; Telecomunicações; Transporte rodoviário de carga. Totalizando uma receita total no ano de 2010 de R\$ 424.411.791,28, sendo que estes mesmos setores conseguiram atingir uma receita total apurada em 2018 de R\$ 824.933.316,61 o que significou um incremento de 94,37% em relação a 2010.

Para atingir estes números, o município conta com 66,8% de receitas externas, contudo, o município é economicamente ativo, sendo referência na região na indústria moveleira. Segundo RAIS 2018, o município possui 1.259 empresas ativas e 11.886 empregos formais, bem como o Portal do Empreendedor 2018 registra 1.287 MEI's ativos e pelo IBGE 2017 o município conta com 824 propriedades rurais.

De acordo com as instituições, UDESC-CAV/ACR (2019), em Santa Catarina 26% de sua área total plantada está concentrada em apenas 10 municípios, que representa uma área de 177 mil hectares de Pinus e 16 mil hectares de Eucalyptus, onde Rio Negrinho ocupa o quinto lugar com Floresta Plantada de Pinos e Eucalyptus no Estado. É de suma importância destacar que o setor florestal brasileiro possui uma área aproximada de 7,84 hectares de reflorestamento, 91% das madeiras produzidas são para fins comerciais, garantindo matéria-prima, que permite viabilizar os processos industriais, pois a madeira produzida representa 6,2 do PIB industrial do país. É importante destacar a preocupação com o plantio de árvores para garantir e evitar o desmatamento de habitats naturais, ressaltando que florestas reduzem gases de efeito estufa, estoque natural de carbono, são fontes de energia renovável, solo renovável e nascentes de rios (IBA, 2016, 2017).

A evolução populacional cresce gradativamente, atualmente estimada pelo IBGE (2020) em 42.237, tendo como expectativa de vida 71,4 anos, crescimento médio da população 4,5% ao ano, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,738 (IBGE, 2010), abastecimento de água 99%, abastecimento de energia elétrica 96%, coleta de esgoto 6%. Outros dados representativos referentes ao município estão relacionados ao número de empresas, sendo representada por 1.259 empresas (RAIS – TEM - 2018), gerando uma média de 11.886 empregos (RAIS – TEM - 2018), 1.287 empreendedores MEI's (Fonte: Portal do Empreendedor - 2018) e 824 propriedades rurais (IBGE - 2017).

Quanto à estrutura educacional atual, o município tem alcançado o percentual de 97,9% de sua população entre 6 e 14 anos de idade engajados com o ensino. E para desempenhar tal tarefa, atualmente o município possui 19 unidades de ensino fundamental e mais 4 unidades de ensino médio, nas quais lecionam 259 professores nas unidades de

ensino fundamental e 100 docentes nas unidades de ensino médio (IBGE, 2018). Demandando estes recursos, conforme IBGE 2018, o município possui 5.359 matrículas na rede fundamental de ensino e 1.563 no ensino médio.

O quadro a seguir demonstra a origem das receitas recebidas pelo município, repasses da União e os repasses realizados pelo Estado. Desta forma, é possível visualizar a porcentagem referente aos repasses recebidos.

Quadro 3 – Porcentagens recebidas pela União e pelo Estado

RECEITAS PRÓPRIAS	REPASSES DA UNIÃO	REPASSES DO ESTADO
IPTU	IR na Fonte	IPVA (50%)
ISS	CIDE (6,25%)	ICMS (25%)
ITBI	FPM (24,5% do IPI e IR)	FUNDEB
ITR	ITR (50%)	
Taxas	IOF (ouro) 70%	
C. Melhoria/CIP/C. Soc.	FUNDEB	

Fonte: DEL (2020).

Quando o assunto é recreação e pontos turísticos, a cidade conta com uma vasta lista de opções, divididas em duas categorias: os atrativos culturais e os atrativos naturais. Destaca-se como as principais atrações naturais o Parque das Araucárias e a Represa Volta Grande, bem como o Roteiro dos Móveis que, além de apresentar belezas naturais, ainda evoca o aspecto econômico do turismo. No tocante a questões florestais renováveis, Rio Negrinho possui a quinta maior floresta renovável do Estado de Santa Catarina. Há inúmeras atrações culturais, dentre elas o próprio edifício da Prefeitura Municipal que se localiza no antigo imóvel da Industria Cimo, a Vila do Artesanato, a Roda d'água e Serraria, a Praça do Avião T6 Na44, o Museu Municipal Carlos Lampe, a Estação Ferroviária & Maria Fumaça, assim como as igrejas, ateliers e demais atrações (PDITS Rio Negrinho, 2017).

Ainda sobre os motivos que levam turistas à cidade, o município de Rio Negrinho possui uma cultura gastronômica diversificada, mais ao mesmo tempo possui sua essência local, permitindo destaque para embutidos produzidos na região, e seus empreendimentos locais que visam à comercialização desses produtos, permitindo assim, o crescimento local e econômico da região, pois pessoas de outras cidades e regiões se deslocam até o município para comprar especificamente esses produtos (PDITS Rio Negrinho, 2017).

4.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (DEL)

A FACISC, para criar o DEL, buscou referências nacionais e internacionais, seguindo como referência Consenso de Essen na Alemanha e do Programa para o Desenvolvimento Local de Maringá, no Paraná, definindo assim o objetivo e pilares para desenvolver o programa. O programa DEL segue os pilares que podem ser comparados aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal. Dentre os princípios é possível destacar o desenvolvimento sustentável, protagonismo dos atores locais, política de produtos, permanência, diversificação (Manual DEL, 2017).

O programa DEL é desenvolvido por um composto de sete etapas, sendo elas: inicialização, formalização, análise situacional, institucionalização do DEL, políticas de desenvolvimento, gestão do plano de desenvolvimento e, por último, seminário DEL, crescidas inicialmente no prazo de 12 meses, desta forma a imagem demonstra as etapas para o melhor entendimento (Manual DEL, 2016).

O programa, até o momento, está sendo implantado em 30 cidades, representando 4 estados brasileiros. No Estado de Santa Catarina as cidades que utilizam o programa são: Fraiburgo, Quilombo, Itá, Iporã D'Oeste, Salto Veloso, Seara, Campos Novos, São Carlos, Braço do Norte, Taió, Curitibanos, Cunha Porã, Tijucas, Schroeder, Arroio Trinta, Rio Negrinho, Penha, Imbituba, Agrolândia, Gaspar, São Lourenço D'Oeste, Forquilha, Orleans. No Rio Grande do Sul: Getúlio Vargas, Rolante, Cangaçu. No Estado de São Paulo: Leme; e no Rio Grande do Norte: São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul e Parnamirim (FACISC, 2020).

De acordo com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Santa Catarina (FACISC), o programa permite aumentar a competitividade local, crescimento econômico que consente identificar através desses dois fatores a transformação do município, permitindo mensurar seu potencial econômico. O DEL é um programa de Desenvolvimento Econômico Local, que em Rio Negrinho possui 8 câmaras técnicas, destacando parceria com 30 organizações locais e sociedade civil, somando mais de 100 voluntários que realizam

reuniões mensalmente para executar e planejar projetos que permitirão auxiliar o desenvolvimento local e econômico da cidade até o ano de 2037 (Manual DEL, 2016).

A FACISC, além de orientar e acompanhar todas as etapas para a implementação e desenvolvimento do programa, fornece material de apoio para as reuniões estratégicas para esclarecimentos técnicos, abordando e destacando sempre os seguintes aspectos: objetivo do Programa DEL, origem metodológica; motivação da FACISC; benefícios do programa para a Associação Comercial e Empresarial, a prefeitura e o município; funcionamento do Programa, papel dos parceiros; cases de sucessos. A FACISC afirma que é de suma importância os seguintes pontos: O DEL é aplicado somente em municípios que possuem participação ativa da Associação Comercial e Empresarial, a participação da prefeitura é obrigatória, a FACISC auxilia nos custos de deslocamento da equipe técnica e destaca que os maiores custos são de responsabilidade dos parceiros locais, e os convênios devem estar devidamente assinados e, dependendo da necessidade, podem ser alterados (Manual DEL, 2017).

Destacando a responsabilidade dos parceiros para a implementação do DEL, a FACISC afirma que todos os custos de implementação, estruturação e consultoria do DEL é de responsabilidade da prefeitura, garantindo a ininterrupção dos serviços à comunidade. A responsabilidade da Associação Comercial Empresarial é identificar instalação física para atender às necessidades do programa, seja para uma reunião, estrutura de equipamentos e eventos para câmaras técnicas, comunidade ou gestores públicos desenvolver e influir logos em materiais digitais para a divulgação de projetos e atividades conjuntas relacionadas ao programa, mensurar necessidade e viabilizar condições necessárias para o desenvolvimento dos projetos e, por fim, efetuar os repasses financeiros quando necessários (Manual DEL, 2016).

Na imagem abaixo é possível, de forma objetiva, ter o entendimento que o DEL complementa e organiza as ações para o desenvolvimento local do município, organizando e permitindo que a sociedade, empresas de diversos setores e órgãos públicos pensem de forma conjunta do desenvolvimento social, econômico, ambiental e político.

Quadro 4 – Aspectos importantes do Programa DEL

Item	Aspectos Importantes
1	O Programa DEL é uma forma moderna de promover o desenvolvimento econômico local.
2	A gestão participativa e profissional do Programa otimiza o uso dos recursos públicos e aumenta a aceitação das políticas municipais relativas à economia local na comunidade.
3	Para muitas prefeituras é uma excelente oportunidade de promover, pela primeira vez, o desenvolvimento econômico local, área que não faz obrigatoriamente parte da sua atuação.

4	A Prefeitura não perde poder pela implementação do Programa DEL no município. Não é objetivo do Programa criar com o Conselho de Desenvolvimento um poder paralelo no município. O objetivo do Programa é apoiar o município e a Prefeitura na implementação de uma política de desenvolvimento.
5	Normalmente a Prefeitura é o principal financiador para a implementação do Programa DEL no município e ela deve ter consciência desta obrigação.
6	A existência de um Conselho de Desenvolvimento ativo e competente pode servir de estímulo para outros Conselhos.

Fonte: Manual DEL (2016), adaptado pela autora.

O programa destaca a importância e preocupação conexa ao desenvolvimento sustentável, o compromisso com as futuras gerações, com relação às necessidades dos recursos para garantir o futuro, permitindo então uma conexão local, sociocultural, econômica e ambiental, pensando também nas relações institucionais e políticas, eficientes e com qualidade. O DEL tem como um de seus princípios instrumentos relacionados a dimensões de qualidade, que fortalece e contribui para o crescimento econômico local, para inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais e inclusão social (Manual DEL, 2016).

O DEL está desenvolvido de acordo com cinco princípios básicos:

1. Princípio-Protagonismo dos atores locais: tem como seu principal objetivo antever modelo de gestão que permita a participação e mobilização de soluções participativas entre estado, sociedade civil e comércio.
2. Princípio-Sustentabilidade: satisfazer as necessidades atuais da sociedade como um todo, não comprometendo recursos e os meios para as necessidades futuras, permitindo um equilíbrio entre as questões econômicas, socioculturais, ambientais, para melhor qualidade de vida e uma boa governança. O DEL define oito características para uma boa governança: Estado de direito; Transparência; Responsabilidade; Orientação por consenso; Igualdade; Inclusividade; Efetividade e eficiência e Prestação de contas.
3. Princípio-Diversificação: destaca a importância da variedade econômica, criação de emprego, empresas secundárias e terciárias, criando diversidade, prevalecendo as características endógenas e, ao mesmo tempo, indicando a competitividade entre o comércio local.
4. Princípio-Permanência: afirma que o desenvolvimento econômico precisa ser permanente, contínuo, assegurando que não acontece resultados a curto prazo, e

independentemente das modificações que acontecem no município, é necessário estrutura organizacional e governamental para a qualidade econômica.

5. Princípio-Política de produto: diferenciação é a palavra que define a concorrência e agrega o comércio, criando atrativos, recursos, trazendo soluções para as pessoas e empresas (HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DEL, 2020-01-17).

Figura 11 – Etapas de implantação DEL



Fonte: Histórico e Funcionamento do Programa DEL, 2020-01-17.

Na inicialização da implantação do DEL, é feita a identificação do objeto e, a partir desta identificação, é feita a escolha dos líderes empresais, governamentais e pessoas envolvidas com a comunidade para esclarecer os autores envolvidos no processo. Além da identificação técnica, é avaliada a capacidade técnica da equipe para o gerenciamento do programa, dos projetos e processos internos para o seu desenvolvimento, e reuniões devem acontecer com os líderes e representantes empresariais e da comunidade. O prefeito do município deve acompanhar os gestores envolvidos e estabelecer amarrações para o desenvolvimento econômico local da região, a sociedade deve ter conhecimento do trabalho desenvolvido, desta forma, órgãos responsáveis devem criar meios de comunicação entre a sociedade e as câmaras técnicas responsáveis (Manual DEL, 2016).

Na formalização do programa, a prefeitura, a comunidade local e as associações comerciais e empresariais identificam as parcerias para o desenvolvimento do projeto, com a assinatura de um convênio entre a prefeitura e a Associação comercial e empresarial do município, destacando a responsabilidade de ambas perante o projeto. Assinatura também do termo de cooperação técnica entre a FACISC, Associação Comercial e Empresarial, assegurando os requisitos técnicos e condições técnicas para que aconteça o desenvolvimento do projeto atendendo as necessidades da comunidade e permitindo, então, o progresso do desenvolvimento econômico do município em questão. A FACISC auxilia gerenciando e apoiando os parceiros do programa, fornecendo modelos de proposta técnica que auxiliam tanto na definição do escopo do projeto, quanto na identificação de meios para recursos financeiros e equipe necessária para o desenvolvimento do cronograma para êxito do projeto (Manual DEL, 2016).

Na análise situacional da economia local é feita uma busca de pontos de vista específicos, em forma de entrevistas junto a empresários, terceiro setor e líderes governamentais, garantindo informações coletivas sobre o progresso econômico, social e local do município, identificando os potenciais e os reais desafios para a implementação do Programa. Após a coleta dos dados é feita uma análise dos resultados das entrevistas e comparados com os dados estatísticos do município, sobre a economia e as questões do desenvolvimento local, e apresentado para os representantes escolhidos — esta etapa é desenvolvida em aproximadamente uma semana (Manual DEL, 2016).

A institucionalização do DEL define os aspectos legais para a implementação do Programa, portanto, o conselho de desenvolvimento do município é o corresponsável pelo direcionamento das ações do Programa. A legalidade do Programa permite a definição da composição do conselho, a criação das câmaras técnicas e os demais meios para a implementação do sistema. O Fundo Municipal de Desenvolvimento tem como sua responsabilidade administrar os recursos financeiros do Programa (Manual DEL, 2016).

A política municipal de desenvolvimento econômico consente que o Conselho de Desenvolvimento desenvolva os artifícios, as políticas para o desenvolvimento específico do Plano de Desenvolvimento Econômico do município, seguindo os seguintes aspectos conduzidos pela FACISC, que direciona, apoia, desenvolvendo materiais em conjunto para a organização dos dados: criação de missão, visão de futuro e valores do conselho, desenvolvimento da estratégia para o crescimento econômico, funcionamento do conselho e das câmaras técnicas e definição das primeiras câmaras técnicas a serem instituídas (Manual DEL, 2016).

A gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico permite mensurar meios para satisfazer as expectativas das partes interessadas e envolvidas no Programa, stakeholders. A gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico tem por foco 3 áreas: sistema de monitoramento e avaliação, comunicação interna, gestão da rotina.

O Seminário DEL é desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento e pelas Câmaras Técnicas, apresentado à comunidade e interessados as consequências, os resultados da aplicação do programa. A FACISC apoia o evento e auxilia no desenvolvimento de material, escolha dos palestrantes e apresentação dos resultados. (Manual DEL, 2016).

A implementação do DEL segue um cronograma aproximado de 12 meses, conforme demonstrado na imagem abaixo.

Quadro 5 – Implementação DEL

	Etapa	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
I	Inicialização	■												
II	Formalização	■												
III	Análise situacional		■											
IV	Institucionalização		■	■										
V	Plataforma de diálogo				■	■	■							
VI	Plano municipal					■	■	■	■	■				
VII	Implementação do plano						■	■	■	■	■	■	■	■
VIII	Seminário DEL													■

Fonte: Manual DEL (2016).

De acordo com as dimensões e princípios, o DEL auxilia no fortalecimento e crescimento da economia local, garantindo, desta forma, melhoria em cinco dimensões: fortalecimento e diversificação da economia local, inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e uso racional de recursos naturais e inclusão social (Manual DEL, 2016).

As câmaras técnicas auxiliam no desenvolvimento dos interesses estratégicos dos projetos, normalmente especialistas dos temas ou convidados com conhecimento técnico, direcionam, fundamentam, legalizam o projeto de acordo com o Regimento Interno do Conselho do Desenvolvimento. As câmaras técnicas podem ser organizadas de diferentes formas, seja por setor ou segmentos, região, temas, subáreas. Nas secretarias dos municípios, é

possível encontrar assiduamente secretarias que fazem parte de algumas câmaras técnicas do DEL: captação de recursos, saúde, educação, infraestrutura, indústria e comércio, entre outros. (Manual DEL, 2016).

Para apoio no desenvolvendo das etapas dos projetos, além das câmaras técnicas, o Del conta com os Agentes de Articulação, que devem auxiliar no desenvolvimento, implementação dos processos, auxiliar na continuidade das atividades, monitoramento e articulação necessária para que todos os projetos cumpram as etapas desde seu início à conclusão. Os Agentes de Articulação possuem rotinas e funções administrativas, como redigir atas, preparar pautas, descrever resoluções e documentos, moderar as reuniões, assessorar os presidentes, verificar e fomentar recursos para o desenvolvimento e execução dos projetos, dentre outras (Manual DEL, 2017).

Após a implementação do DEL, as melhorias esperadas para o desenvolvimento local e econômico do município, implantado de acordo com o Histórico e Funcionamento do DEL 2020-01-17, são: fortalecimento e a diversificação da economia local, inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e uso racional de recursos naturais e inclusão social (HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DEL, 2020-01-17).

A imagem abaixo demonstra todas as ações que devem estar definidas após o primeiro ano de implantação do Programa.

Figura 12 – Resultado após o primeiro ano de implantação do Programa DEL.



Entregas após 1 ano

- Análise situacional e levantamento do perfil da economia local;
- Conselho de Desenvolvimento capacitado e estruturado;
- Diretrizes do Conselho de Desenvolvimento definidas;
- Câmaras técnicas atuantes;
- Agente de articulação capacitado;
- Mapa estratégico e projetos definidos;
- Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal em operação.

Fonte: Adaptado pela autora (HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DEL, 2020-01-17).

O DEL atua em diversas áreas para o desenvolvimento local do município, um dos projetos que pode ser destacado é o produtoreslocais.com.br, que tem como slogan: “Comprando da vizinhança eu ~~me sinto~~ fico em casa”, o projeto tem como objetivo identificar e aproximar o comércio do consumidor final, produtos dos mais diferentes contextos, proporcionando e garantindo a venda do produto de forma ágil e eficiente, afirmando que esse é o caminho para desenvolver o comércio local, fortalecer os negócios, pois além da concorrência local, hoje qualquer produto pode ser adquirido independente da sua localização mundial. O produtoreslocais.com.br, é uma ferramenta gratuita, com o objetivo de cadastrar e buscar produtos, permitindo maior visualização e comercialização do produto final. O sistema foi desenvolvido por uma startup, e esse projeto é do DEL do município de Gaspar em parceria com a Fundação Bunge, que passou a ser utilizado recentemente, em março de 2020, sendo uma oportunidade aumentar a receita e identificar novos clientes (FACISC, 2020).

Dentre outros cases de sucesso, o DEL está presente em 23 municípios do Estado de Santa Catarina, com diversos projetos desenvolvidos em diferentes áreas de atuação, buscando desenvolver a economia local com o envolvimento da sociedade, órgãos públicos, associações e o comércio (FACISC, 2020). A prefeitura de Rio Negrinho tem como exemplo de bons frutos com a implantação do sistema DEL os vinte e três municípios que já conseguiram transformar essa ferramenta de auxílio à gestão em benefícios para sua população.

A seguir, alguns bons exemplos, onde diversos municípios já colhem frutos, de projetos colocados em prática, como no caso de Itá que desfruta de dezenove projetos já executados, ou Taió com quatorze projetos implementados, que envolvem as mais diversas áreas possíveis, como o projeto de na área da Educação. Assim, como o projeto de implantação de pregão eletrônico, realizado no município de Braço do Norte ou o projeto de transparência de desburocratização envolvendo a prefeitura de Campos Novos.

Também podemos elencar projetos voltados para infraestrutura como o projeto de revitalização de rodovias, ou o projeto de implantação da coleta seletiva de lixo do município de Cunha Porã, o projeto de implantação de energia renovável na agricultura do município de São Carlos, o projeto do hospital de referência do município de Seara. O projeto de energia renovável ou o projeto de pesquisa sobre o potencial hídrico do município de Iporã do Oeste, o projeto de preservação do patrimônio arquitetônico ou de implantação da coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos do município de Itá. É possível demonstrar também o projeto que analisa o impacto na mobilidade urbana da cidade durante as ocorrências de enchentes implantado no município de Taió.

Da mesma forma que projetos envolvendo o turismo e a cultura não poderiam ser esquecidos, como o projeto de mapeamento turístico do município de Salto Veloso, o projeto de hidroginástica para a população ou ainda o projeto de criação de uma prova de Rally de regularidade na cidade, projetos do município de Taió, ou ainda o projeto de implementação do empreendedorismo nas escolas do município de Curitibaanos (FACISC, 2020). Todos estes e muitos outros apresentados na tabela que consta no presente trabalho (apêndice) são bons exemplos para Rio Negrinho que, com uma ferramenta eficiente e gestores técnicos se engajando em causas em prol da comunidade, é a prova de que muito se pode fazer pela população, e com o sistema DEL melhorias podem ser implementadas, sejam projetos de curto e longo prazo, mas todos têm um único objetivo: melhorar e facilitar a vida dos munícipes.

No quadro 6, será demonstrado alguns dos projetos que estão em desenvolvimento no município de Rio Negrinho.

Quadro 6 – Projetos em desenvolvimento no município de Rio Negrinho

Câmara Técnica	Projeto	Situação do projeto
Agronegócio	Feira do Agronegócio	Em estudos preliminares pela CT - Festa do Colono
	Pirólise	Projeto em análise pela CT
	Ponto de Comercialização do Agronegócio	Projeto em análise pela CT
	Legislação de ocupação de terra	Será discutido no Plano Diretor e Plano Rural de Desenvolvimento Sustentável
	Nomeação e colocação de placas nas estradas municipais	Projeto em execução pela CT - Levantamento dos pontos onde as placas são necessárias com apoio da Secretaria de Planejamento
	Crédito Carbono	Em estudos preliminares pela CT
	Implantação de Cerealista	SDET está avaliando a atração de empresas
	Escola Agrícola	Em estudo de qual o melhor modelo. Prefeitura criou o Horto Municipal onde ocorrem aulas de agricultura. Palestra
Desburocratização	Cartórios	Concluído – em monitoramento

	Prefeitura – processo de abertura de empresas	Projeto em execução pela CT, e SC bem mais simples – SDET
	Cemitério	Em análise na Secretaria de Administração
	Delegacia/Bombeiros/Polícia Militar	
Educação	Implantar Censo Municipal	Em análise na Secretaria de Educação
	Melhorar desempenho do IDEB	Reforço nas áreas de Matemática e Português Aumento de escolas em tempo integral Implantação da Escola da Inteligência Emocional
	Gestão Participativa	Escolha de Diretores por meio de eleição
	Corpo Docente de Referência	Capacitação contínua dos professores pela Secretaria de Educação Melhoria do Plano de Cargos e Salários Premiação de Boas Práticas
Saúde	Implantar Agência Transfusional	Projeto aprovado – secretaria de saúde - Ação em implantação pela Fundação de Saúde e Fundação Hospitalar
	Atualização técnica para profissional da saúde	Em estudos preliminares pela CT – já existe planejamento na Secretaria de Saúde
	Controle e monitoramento dos gastos efetivos com saúde	Solicitado para o próximo concurso um contador e um advogado específicos para a Secretaria de Saúde
	Programa continuado de educação em saúde básica para crianças	Em estudos preliminares pela CT - Programa Saúde na Escola
	Rede Unificada	CT de Saúde está avaliando junto à Secretaria de Saúde
	UTI com laboratório	Projeto em análise

Turismo	Acessibilidade nos Equipamentos Turísticos e de Apoio ao Turismo	SEPLAN está desenvolvendo ação
	Implantar o Aeródromo Municipal	Aeroporto reativado e manutenção elaborada pela prefeitura
	Elaboração de roteiros	SDET e CT de Turismo analisando o projeto
	Reestruturação do Complexo da Estação Ferroviária	Projeto em análise
	Microcircuitos de Cicloturismo	Projeto iniciado pela CT em parceria com a ARNOCICLO
	Prato Típico	Projeto em análise
	Criação de site do Turismo	Ação em desenvolvimento pela Coordenadoria de Turismo
	Projeto “Rio Negrinho: a Capital da Maria Fumaça”	Projeto em estudos preliminares pela CT. Documentação necessária levantada
Cultura	Reestruturação das Leis Aplicadas à Cultura e Revisão e Regulamentação da Lei de Tombamento Patrimonial Histórico	Discussão dentro do Plano Diretor
	Natal Encantado como um evento turístico e cultural de destaque estadual	Em estudos preliminares pela CT e em andamento pela Fundação de Cultura, SDET, ACIRNE, CDL e Gabinete
	Imersão cultural nos bairros	Em Implantação - Museu Carlos Lampe nos Bairros
	Elaborar um inventário do patrimônio cultural material e imaterial	Em análise pela Fundação de Cultura
	Potencializar e enaltecer a história local e regional	Em andamento - Associações de Artesãos
	Circuito do Caminhante	Em análise
	Centro cultural e natural	Em análise
	Construção do teatro municipal	Em estudo para verificação de local
	Incentivar manifestações culturais e artísticas locais	Em andamento - Associações de Artesãos
Indústria e Comércio	Implantar mão de obra qualificada	Em Estudo com Secretaria de Educação e FIESC
	Implantar Instituto de Pesquisa e Inovação	SDET e Incubadora e Tecnológica estão

		viabilizando um Centro de Inovação
	Implantar 05 Indústrias com Valor Agregado Tecnológico	Já em andamento
	Criar um novo distrito industrial	Em andamento - São Pedro, Klaus Schumacher e Batistella
	Criar um espaço de hospedagem e eventos	Projeto em execução pela CT
	Implantar um projeto de geração de energia renováveis	Em análise
	Elaborar um calendário com eventos de desenvolvimento empreendedor	Em andamento pela Secretaria de Desenvolvimento
	Implantar um projeto de melhoria contínua da competitividade e melhoria da longevidade do comércio local	Em andamento
	Cadeia produtiva da Madeira	Criação da Câmara Técnica da Madeira
Conselho	Elaborar Perfil Socioeconômico do Município	Atualização do Perfil Socioeconômico pela SDET - 2019
	Elaborar alternativas para o trânsito local	SEPLAN já está realizando estudos
	Curso de elaboração de projetos	Em estudo
	Marketing do DEL	Em andamento

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

De acordo com o quadro acima, é possível verificar diversos projetos em desenvolvimento no município, envolvendo todas as câmaras técnicas, auxiliando o desenvolvimento social, sustentável e econômico do município.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: A PERSPECTIVA DE GESTORES, EMPRESÁRIOS E VOLUNTÁRIOS

Nesta seção será apresentada a análise das quinze entrevistas realizadas, sendo possível compreender a percepção e visão das pessoas envolvidas na implementação do programa DEL. A análise das entrevistas permitiu compreender um alinhamento sobre a importância da implementação do DEL e sua ligação com o desenvolvimento econômico e sustentável para a cidade de Rio Negrinho.

5.1 QUAL A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO?

De acordo com o Entrevistado 5, “o município de Rio Negrinho tem buscado cada vez mais valorizar e incentivar a mobilização e resposta à sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável”, o entrevistado ressalta a importância de promover ações ligadas ao desenvolvimento sustentável para enfatizar as questões sociais, ambientais e econômicas na cidade, demonstra preocupação também com os recursos naturais do município com relação a gerações futuras. De modo semelhante, o Presidente da Câmara de Vereadores, Entrevistado 4, afirma que, o “município continua com o seu desenvolvimento sem esgotar as reservas naturais para que no futuro as pessoas consigam viver com qualidade de vida”, afirmando que o município criou leis específicas para o incentivo socioeconômico e garantias ambientais a longo prazo.

Observando o relatório de Brundtland, vimos que elencou diversos aspectos relacionados à sustentabilidade ecológica a longo prazo, todos voltados ao objetivo de melhoria da qualidade de vida, e o quanto a participação pública está diretamente relacionada ao escopo da preservação do meio ambiente. E, para facilitar o entendimento, ele ainda separou em quatro as dimensões primárias que dizem respeito às obrigações humanas e em quatro dimensões secundárias relacionadas ao desenvolvimento sustentável e valores da natureza (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014).

Conforme Daht (1997) o desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado ao conjunto de crenças e princípios éticos que envolvem uma determinada sociedade. Aprofundando o assunto, o relatório de Brundtland (1987) acrescenta que na realidade desenvolvimento sustentável é quando uma sociedade consegue atingir um ponto de maturidade tal que supre as necessidades da geração atual sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

Já o entrevistado 1 afirma que, no seu plano de governo, “o desenvolvimento sustentável é de fundamental importância para qualquer cidade e que para Rio Negrinho não é diferente, pois é possível identificar a correlação das áreas através e seu desenvolvimento. A entrevistado 3, Ex-Vice-Presidente DEL, ressalta que o desenvolvimento sustentável para Rio Negrinho é de fundamental importância para fortalecer o comércio local, através de ações sustentáveis que permitem que empresas cresçam contribuindo positivamente com o desenvolvimento da sociedade, preocupando-se com ações de prevenção ao meio ambiente, questões sociais e econômicas.

O entrevistado 1 destaca a preocupação em garantir e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem no município, observa que o município tem 99% de água tratada e encanada, coleta e separação do lixo, destaca a criação de leis que defendem as questões sócias e ambientais, e um dos principais objetivos do seu mandato é pensar na qualidade de vida e bem-estar dos munícipes. Já o entrevistado 2 afirma que “uma cidade que não se preocupa com o desenvolvimento sustentável está fadada a não ter sucesso na construção socioeconômica do município, por isso o DEL, é de extrema importância no planejamento estratégico da nossa cidade”.

O desenvolvimento sustentável recentemente passou a ser considerado uma meta global, pois anteriormente era considerado uma preocupação exclusiva ou meta para países em desenvolvimento, assim sendo, em nível global os governos têm voltados seus interesses para as necessidades humanas, como qualidade de vida de suas populações (UNITED NATIONS, 2018a, BOND; MORRISON-SAUNDERS, 2011).

O quadro abaixo demonstra, de forma simplificada, a visão dos entrevistados de acordo com a importância do desenvolvimento sustentável para o Município de Rio Negrinho.

Quadro 7 – Qual a importância do desenvolvimento sustentável para o Município de Rio Negrinho?

Visão Entrevistados Pergunta 1	Autores	DEL	Revisão Teórica
Os entrevistados destacam a importância de promover o desenvolvimento sustentável relacionado à: <ul style="list-style-type: none"> • Preocupações Sociais, ambientais e econômicas; • Preocupação relacionada às reservas naturais; • Promover a qualidade de vida; • Correlação com as áreas 	<ul style="list-style-type: none"> • Daht (1997) • United Nations, (2018a) • Bond; Morrison-Saunders (2011) • Sachs (2012) • Barbosa (2008) • Fernandez (2011) • Nunes e Martins (2018) 	O DEL é baseado em 5 princípios, dentre eles o princípio do desenvolvimento sustentável, que tem por objetivo a preocupação com os recursos necessários para as futuras gerações, sendo um compromisso em suprir suas necessidades, promovendo a qualidade de vida, garantias sociais e um sistema econômico equilibrado.	De acordo com a revisão de literatura, os indicadores de desenvolvimento sustentável auxiliam diretamente na tomada de decisão, oferecendo informações úteis aos gestores públicos municipais, com o objetivo de melhorar e promover a qualidade de vida de seus munícipes.

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Os dezessete objetivos em prol do desenvolvimento sustentável, estão todos relacionados à criação de medidas urgentes para a solução do problema em questão. E dentre elas encontramos medidas relacionadas à preservação do planeta, garantia de sobrevivência das futuras gerações, aspectos políticos, aspectos econômicos, políticas ambientais, estabelecimento de parcerias internacionais com nações com objetivos em comum em relação à sustentabilidade, focando em melhorar a qualidade de vida da população ao menor custo ambiental possível, sem esquecer do combate contínuo da redução da desigualdade social (UNITED NATIONS, 2018; SACHS, 2012; AKINSEMOLU, 2018; BIGGS et al., 2015).

5.2 NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS PRÁTICAS RELACIONADAS AOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MUNICIPAL APLICADAS PELA PREFEITURA DE RIO NEGRINHO?

Considerando a compreensão do entrevistado 1 referente às práticas relacionadas aos indicadores do desenvolvimento sustentável, este relata que “Todos os indicadores devem andar juntos”, e completa que os indicadores se complementam, como exemplo cita a área da assistência social que está conexa diretamente com todas as outras, educação, saúde, economia, segurança pública, habitação, gestão de risco, demografia, finanças públicas e meio ambiente. Afirma que “os indicadores auxiliam unindo os setores e permitem melhor assertividade na tomada de decisão, sendo possível solucionar vários problemas com ações coordenadas”. Em alinhamento com o entrevistado 1, o entrevistado 4 complementa que “a Assistência Social trabalha de forma integrada a outras secretarias, como saúde, educação e habitação”.

Segundo Frainer; Souza; Reis Neto e Castelão (2017), a função primordial dos indicadores é servir como um instrumento na tomada de decisões, frente à quantidade de demandas e a escassez de recursos. Utilizando as informações extraídas dos indicadores, os gestores conseguem, de maneira mais assertiva, direcionar novas políticas públicas alinhadas com o desenvolvimento sustentável e podem melhor beneficiar a população.

Corroborando com o entrevistado 1, o entrevistado 4 destaca que: “o desenvolvimento sustentável vem sendo praticado, através de maior rigor na fiscalização, incentivo à educação ambiental nas escolas e a projetos de reutilização de material, e também para transformar Rio Negrinho ainda mais em uma cidade sustentável até 2037”. Destaca também que “o município conta com o CONDEMA, que é o Conselho do Meio Ambiente, que cuida de todos os assuntos que envolvem o meio ambiente. São pessoas técnicas participantes de segmentos governamentais e não governamentais”.

O entrevistado 4 afirma a importância dos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal. Com relação à educação, ele destaca que, nas escolas, os professores trabalham a questão da preservação do meio ambiente, algumas escolas já instalaram cisternas para utilização da água da chuva para lavar calçadas e regar a horta escolar, entre outras ações. Com relação à saúde, ressalta que “o município de Rio Negrinho cuida da saúde dos munícipes a partir da gestação”. Com relação à economia, destaca que “para que uma indústria venha a se instalar no município, deve apresentar o EIA/RIMA. Existe também legislação específica para a movimentação de terra no município, de forma a inibir a prática de aterrar áreas de escape dos rios”.

Observando a fala dos entrevistados, segundo Andrade et al. (2017), o desenvolvimento das cidades sustentáveis não se resume ao aspecto ambiental, pois deve ser considerado uma interconexão entre indicadores e políticas visando a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Corroborando com o assunto, para Pittman (2019) as cidades sustentáveis devem buscar encontrar um equilíbrio quando o assunto em questão é o desenvolvimento de seus indicadores, sejam eles culturais, sociais, ambientais ou econômicos.

Ainda neste sentido, o entrevistado 5 complementa que: “o desenvolvimento sustentável vem sendo praticado através de maior rigor na fiscalização, incentivo à educação ambiental nas escolas e a projetos de reutilização de material”. Assim, as falas do entrevistado 1, entrevistado 4 e 5, defendem as questões legais aplicadas no município com relação ao desenvolvimento sustentável. O entrevistado 4 corrobora afirmando que, além das leis desenvolvidas, a prefeitura possui uma Secretaria de Finanças Públicas, destacando que “dentro da Administração Pública existem leis que já limitam os gastos de forma sustentável” e essa Secretaria auxilia na fiscalização e na tomada de decisão, auxiliando no direcionamento dos recursos.

De acordo com Leite Filho e Santiago (2015), o desenvolvimento dos municípios está diretamente ligado ao controle orçamentário, sendo assim, desenvolvimento sustentável municipal só tem como acontecer se houver um controle rígido com o nível de endividamento do município atrelado à gestão de programas que visam à melhoria na qualidade de vida daquela comunidade, pois, caso esse trabalho não seja bem realizado, os déficits orçamentários comprometerão consideravelmente a condição de vida da população.

Para o Entrevistado 4, com relação à segurança pública, ele destaca a importância do trabalho da polícia ambiental que tem agido fortemente no combate à pesca predatória, desassoreamento dos rios e desmatamento. Explica que, com relação à habitação, Rio Negrinho tem “coleta pública de esgoto, que após coletado é enviado à ETE. E hoje, toda construção nova de residência deve ter no projeto a instalação do esgoto sanitário na rede pública. Outra situação

que ocorre no município é realocar famílias que invadiram áreas de proteção ambiental”. Complementa que a prefeitura possui uma Secretaria de Controle justamente com o objetivo de cuidar para que os recursos públicos não sejam utilizados de forma irresponsável.

Para o entrevistado 2, a gestão vem principalmente criando ações com relação à educação, estendendo ensino integral, o que possibilita melhor aprendizado e uma grade diferenciada construindo assim cidadãos preparados “não só para as dificuldades de trabalho e mercado, bem como para as dificuldades impostas pela vida, ficando melhor preparados para superação de obstáculos e raciocínio lógico”. A Prefeitura está trabalhando em parceria com entidades da cidade e consultorias para preservação do meio ambiente com o comprometimento de se desenvolver como cidade sustentável “planejando ações que diminuam o impacto causado pelas cheias no município, sendo assim o planejamento do plano de risco é de extrema importância para o sucesso deste desafio”. Através do programa DEL “é possível, observar alguns indicadores que possibilita melhor visão do que precisa ser melhorado e está sendo trabalhado, a importância de construir um plano de desenvolvimento econômico que brinde mais indicadores”. O entrevistado destacou a importância de aplicar os recursos onde realmente é necessário “e não onde achamos que é”.

Complementando o IBGE (2010), indicadores são na realidade ferramentas, que permitem que a tomada de decisões na gestão pública seja mais assertiva, apresentando de forma clara as variáveis a serem ponderadas e auxiliando a mensurar as melhores políticas a serem colocadas em prática no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Chehmehzangi (2016) afirma que, tão importante quanto os governos voltarem seus interesses para o desenvolvimento urbano e econômico, é o fato deles voltarem suas atenções para a preservação da vastidão apresentada pela natureza das cidades sustentáveis, da mesma forma que é imprescindível o cuidado com a qualidade de vida de sua população.

Na visão do entrevistado 3, “a leitura que tenho de fora da administração pública é que o poder público vem se esforçando em unir forças com entidades, programas como DEL e comunidade em geral para planejar ações para melhorar os indicadores e ter resultado a longo prazo” tendo como objetivo melhores resultados para o município, aprimorando qualidade de vida da população. É possível perceber avanços em diversas áreas, porém a “falta de dados para indicadores ainda é um problema que deve ser resolvido para ações mais assertivas”. Uma das principais ações que implicam em um indicador é gestão de risco que implica diretamente na vida das pessoas, “uma série de ações foram tomadas para que as enchentes não causassem mais problemas e até o momento as ações vem surtindo efeito positivo, assim como tratamento de esgoto quase todo tratado que influencia diretamente na saúde e gasto com saúde no município”.

A imagem 13 demonstra a visão dos entrevistados, referente à aplicação dos indicadores do papel do desenvolvimento sustentável municipal e retorno positivo desses indicadores para a sociedade.

Figura 13 – Papel do desenvolvimento sustentável municipal na visão dos entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

O entrevistado 2 ressalta a importância do indicador demográfico, por ser uma região bastante rica e possuir diversidade na fauna e flora nos possibilita prospectar a “exploração do turismo, turismo rural e ciclo turismo, áreas quem vêm ganhando espaço e crescendo a cada dia”. Complementando sobre a questão demográfica, o entrevistado 4 afirma que “as modificações na densidade demográfica ocorrem naturalmente no município, tendo o cuidado de que novas residências que são construídas estejam sempre dentro das leis”.

De acordo com a FECAM e CNM, os municípios demonstram maior preocupação com relação a questões sustentáveis, sociais e econômicas, e, através dos indicadores, é possível uma melhor assertividade nas tomadas de decisão, pois através dessas informações os municípios conseguem elementos necessárias para desenvolver uma gestão eficaz e eficiente, pensando na qualidade de vida de seus munícipes, e em uma gestão sustentável e com desenvolvimento econômico.

O quadro a seguir demonstra, de forma simplificada, a visão dos entrevistados de acordo com as práticas relacionadas aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal aplicada pela Prefeitura de Rio Negrinho.

Quadro 8 – Na sua opinião, quais as práticas relacionadas aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal aplicada pela Prefeitura de Rio Negrinho?

Visão Entrevistados Pergunta 2	Autores	DEL	Revisão Teórica
<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores devem estar interligados; • Os indicadores devem auxiliar na tomada de decisão; • Rigor na fiscalização ambiental; • Projetos Sustentáveis; • Os indicadores devem suprir a falta de dados ; • Desenvolvimento tecnológico; • Mudanças culturais, sociais e econômicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frainer; Souza; Reis Neto e Castelão (2017) • FECAM (2018) • Ayda e Figueiredo Neto (2019) • Reus (2012) • Rezende e Fagundes (2016) 	<p>A aplicação do DEL permite o município correlacionar e aplicar os resultados mensurados com os indicadores nos projetos desenvolvidos pelas câmaras técnicas.</p>	<p>Os indicadores auxiliam diretamente nas ações realizadas pela gestão em exercício, melhorando a assertividade e a eficácia dos resultados, atuando diretamente em aspectos ambientais, econômicos ou sociais. Os indicadores atuantes nos municípios do Estado de Santa Catarina são: educação, saúde, economia, segurança pública, habitação, assistência social, gestão de risco, demografia, finanças públicas e meio ambiente.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Conforme GRI (2006) descreve, uma organização pode contribuir com a sociedade ou almejar fazê-lo por intermédio de inúmeras formas, sendo as medidas regionais ou globais e atuando em aspectos ambientais, econômicos ou sociais. Complementando o tema, Callado e Fensterseifer (2009) descrevem que são por intermédio destes indicadores que se consegue determinar o quanto que uma organização tem se preparado para atingir o mínimo esperado para contribuir com qualquer um dos indicadores, seja ele ambiental, social ou econômico.

5.3 QUAIS AS AÇÕES RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE DESENVOLVIDA PELO MUNICÍPIO?

O entrevistado 1 afirma que, em seu mandato, busca fazer uma gestão sustentável, focada em otimizar processos por meio da tecnologia e reduzindo o uso de recursos naturais. Uma das ações é a implantação de sistema digital nos processos, “foi reduzindo o uso do papel”. Destaca ter projetos para implantação de energia solar nos prédios públicos, além de criar sistemas de reaproveitamento da água da chuva.

De acordo com Barreto (2004), o desenvolvimento sustentável é um processo que envolve a coletividade em um exercício de utilização prudente dos recursos naturais e humanos, voltado a permitir que não somente a atual geração tenha acesso aos recursos necessários, concedendo o direito de que as próximas também tenham acesso aos mesmos recursos. Assim como também defende que esse processo não pode deixar de considerar a melhora contínua nas condições de saúde, redução da desigualdade, acesso ao emprego e riqueza em um processo contínuo e duradouro.

Para o entrevistado 4, a sustentabilidade está sendo desenvolvida no município através do “tratamento de esgoto, resíduos sólidos descartados em aterro sanitário, educação ambiental nas escolas e exigência de EIA/RIMA por parte das empresas”.

Na visão do entrevistado 5, é de suma importância destacar que “ maior fiscalização e incentivo à educação ambiental, pode ser o caminho para desenvolver ações sustentáveis de qualidade”. Complementa que, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, as questões sustentáveis são estimuladas através da Sala do Empreendedor e da Incubadora Tecnológica, com a criação de produtos e formas de produção, “de maneira mais limpa e menos prejudicial, desenvolvendo parcerias e com entidades locais com o intuito de buscar mais alternativas para o desenvolvimento econômico e sustentável, cito e destaco aqui o programa a importância do programa DEL”.

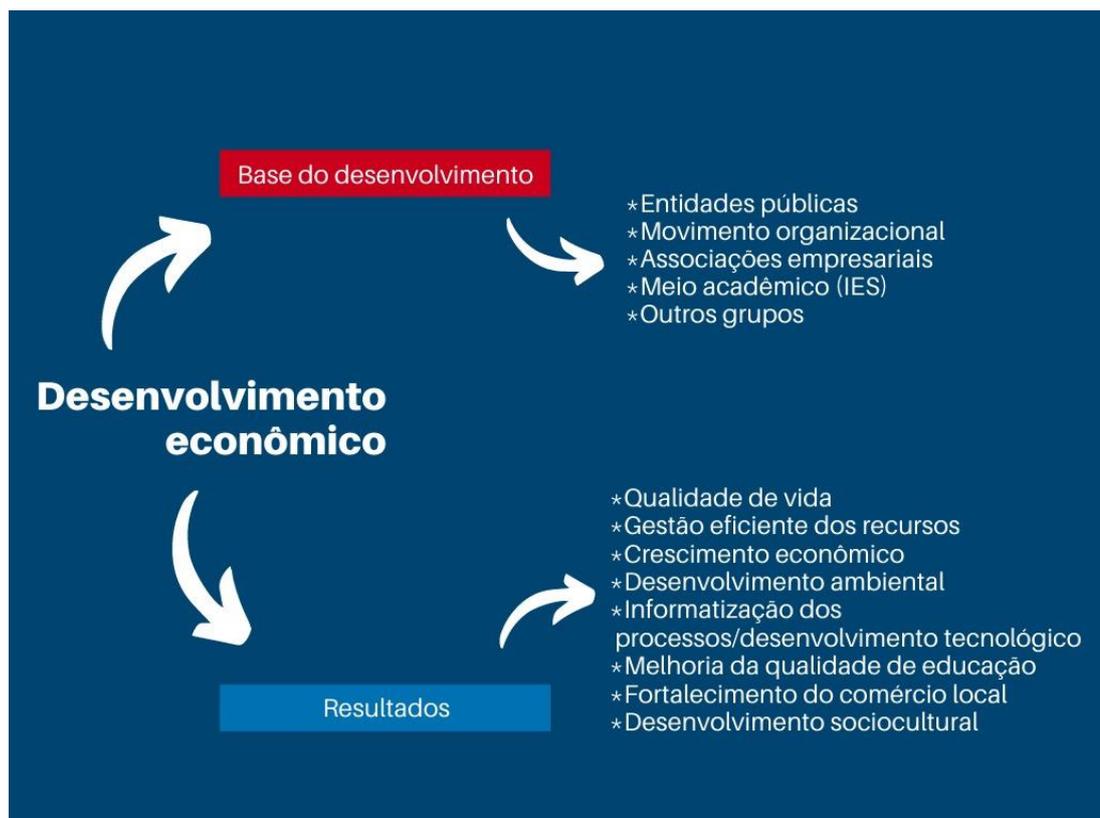
Para Leite Filho e Santiago (2015), o desenvolvimento dos municípios está relacionado à gestão dos recursos públicos, permitindo com que a tomada de decisão esteja de acordo com a avaliação de diversos indicadores, admitindo melhor administração dos recursos públicos para garantir qualidade de vida para a população em geral. Desta forma, os indicadores permitem auxílio nas despesas e receitas dos municípios, permitindo a geração de projetos e programas com qualidade que visem à administração dos recursos públicos de forma eficaz, eficiente e principalmente sustentável.

Para o entrevistado 2, todas as ações do DEL são construídas pelas câmaras técnicas, pessoas que possuem habilidades e experiências específicas em cada área, passando em seguida pela avaliação do conselho que decide colocar em prática ou não. Sendo assim, as ações são pensadas de forma conjunta para que o município tenha desenvolvimento econômico positivo e, ao mesmo tempo, preocupado com a sustentabilidade.

Segundo o ponto de vista de Sachs (2004), todos os países possuem características próprias, o que significa que cada qual vivencia uma realidade diferente, obrigando que cada um idealize um plano de desenvolvimento econômico contemplando suas respectivas carências, implementando um projeto que se adeque perfeitamente às suas especificidades, contudo que não destoe dos planos de desenvolvimento em nível global.

A partir da análise das entrevistas, a figura 14 ilustra como o desenvolvimento econômico e local acontece no município de Rio Negrinho.

Figura 14 – Base e resultados do desenvolvimento econômico de Rio Negrinho



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Na visão do entrevistado 2, as ações como lei de incentivos e programa Marca da Cidade são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do município, pois há a Lei 3345/2020 discutida em parceria do programa DEL, poder público e legislativo. A Lei 3345/2020 discorre

sobre os incentivos econômicos e isenções fiscais para empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços que se estabelecerem ou se estabelecidas que ampliem sua capacidade produtiva ou transferirem suas instalações no município. Afirma que fortalecem o desenvolvimento local e atraem investidores que contribuiriam para crescimento da cidade, bem como para o desenvolvimento humano e sustentável. Na visão do entrevistado, a marca da cidade propicia fortalecimento do comércio local bem como lança Rio Negrinho para um novo patamar. As empresas e comércios que aderirem ao programa estarão levando o nome da cidade para outras cidades, estados e até países, mostrando Rio Negrinho como município de desenvolvimento, porém preocupado com a sustentabilidade.

De acordo com entrevistado 3, o DEL, em parceria do poder público, demonstra preocupação com a sustentabilidade do município, cria ações diretas para a melhoria do desenvolvimento econômico e harmonia do meio ambiente. Através da limpeza dos rios diminuiu o número de enchentes provocadas pelas cheias que são um grande problema não somente para empresas e comércios, mais para população em geral que sofre com perdas materiais. Rio Negrinho é exemplo a nível nacional no quesito reflorestamento, mostrando preocupação com desmatamento desacerbado pela lucratividade na produção da madeira. Além de possuir potencial enorme moveleiro, ainda somos exemplo em florestas renováveis. Rio Negrinho demonstra comprometimento com saneamento básico, tendo mais de 90% de esgoto tratado, o que contribui para saúde e melhor qualidade de vida das pessoas.

O quadro abaixo demonstra, de forma simplificada, a visão dos entrevistados de acordo com as ações relacionadas à sustentabilidade desenvolvida pelo município.

Quadro 9 – Quais as ações relacionadas à sustentabilidade são desenvolvidas pelo município?

Visão Entrevistados Pergunta 3	Autores	DEL	Revisão Teórica
<ul style="list-style-type: none"> • Ações de prevenção dos desastres naturais; • Redução de uso do papel nos órgãos públicos; • Tratamento de esgoto; • Educação ambiental nas escolas; • Aumento da fiscalização ambiental; • Preocupação no desenvolvimento de produtos, pensando na sustentabilidade; • Projetos específicos voltados às câmaras técnicas; • Desenvolvimento da marca sustentável para os produtos do município 	<ul style="list-style-type: none"> • Leite Filho e Santiago (2015) • Sachs (2004) • Rezende e Fagundes (2016) 	<p>A FACISC, para criar o DEL, buscou referências nacionais e internacionais, seguindo como referência Consenso de Essen na Alemanha e do Programa para o Desenvolvimento Local de Maringá, no Paraná, definindo assim o objetivo e pilares para desenvolver o programa. O programa DEL segue os pilares que podem ser comparados aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal. Dentre os princípios é possível destacar o desenvolvimento sustentável, protagonismo dos atores locais, política de produtos, permanência, diversificação (Manual DEL, 2017).</p>	<p>Bulegon et al. (2018), o IDMS enquanto ferramenta pode auxiliar os gestores públicos municipais na avaliação do desenvolvimento sustentável e definir prioridades de investimentos, de acordo com os dados obtidos. Além disso, pode ajudar a definir cenários possíveis e desejáveis, visando à sustentabilidade e ao bem-estar social, levando-se em conta as dimensões avaliadas que são: sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

O desenvolvimento sustentável municipal, segundo Rezende e Fagundes (2016), atua diretamente em quatro eixos, sendo eles: econômico, sociocultural, ambiental e político institucional. O objetivo desses eixos é proporcionar à população qualidade de vida e segurança, defender as características ambientais para o desenvolvimento sustentável com qualidade, permitindo então, condições para a tomada de decisão analisando os melhores recursos, para propiciar uma gestão eficaz e eficiente.

5.4 O QUE INCENTIVOU A IMPLANTAR O DEL EM RIO NEGRINHO?

Na visão da entrevistada 7, “o Programa DEL Rio Negrinho foi uma iniciativa da ACIRNE. A escolha da metodologia DEL (oferecida pela FACISC a partir de um modelo alemão) se deu após a realização de estudos preliminares de viabilidade”. A entrevistada 7 complementa que foi em 2016 que a proposta começou então a ser articulada com o poder público, apoiada pelo Prefeito Julio Ronconi, que tem o objetivo de desenvolver o comércio local, econômico, aplicando as leis de desenvolvimento sustentável para melhorar a qualidade de vida de seus munícipes. Destaca que “o Programa DEL Rio Negrinho foi institucionalizado em 2017 através da Lei Municipal nº 2971/2017”. Complementado o entrevistado 5, em seu discurso, fala que “a implantação do DEL visa buscar maiores alternativas de ferramentas capazes de gerar um efetivo crescimento econômico do município”.

O programa DEL tem como particularidade o envolvimento da comunidade, órgãos públicos, entidades privadas, associações de classes, e a ideia é que todos pensem e trabalhem juntos, buscando soluções para os problemas apresentados, criando um conselho de desenvolvimento. Quando o município planeja a implementação do DEL, os resultados passam a ser mensurados a médio e longo prazo, a região normalmente se desenvolve e os resultados econômicos começam a ser mensurados (FACISC, 2020).

Corroborando, o entrevistado 4 afirma, seguindo o contexto de entendimento, “que uma iniciativa foi da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, juntamente com a Associação Comercial e Industrial de Rio Negrinho e ACIRNE”. O entrevistado 14, de modo semelhante, destaca que: “também acredito que a implantação ocorreu porque o setor público, propriamente falando, o Prefeito, Júlio Ronconi, e Acirne “abraçaram a ideia” e colocaram em prática”. Para o entrevistado 10, “o DEL é implantado em cidades em crescimento, Rio Negrinho foi escolhida, e houve o engajamento de algumas pessoas para que o projeto fosse idealizado”.

O Programa de Desenvolvimento Econômico Local, conhecido com DEL, foi criado pela FACISC que trouxe o programa da Alemanha e adaptou a metodologia para realidade dos municípios do Brasil que buscam crescimento, está intrínseco ao programa DEL, facilitar e auxiliar o desenvolvimento sustentável através de uma metodologia específica baseada no cooperativismo dos munícipes que opinam na implantação do programa DEL, consequentemente melhorando a qualidade de vida de seus munícipes (FACISC, 2020).

Para o entrevistado 8, o que incentivou a implementação do DEL foi “a necessidade de criar um ambiente positivo voltado ao cooperativismo foi o principal fator para buscar uma

ferramenta de planejamento da cidade”. No programa DEL foram encontradas essas características para transformar o município em uma cidade sustentável e desenvolver o crescimento local e econômico. Complementando, o entrevistado 14 destaca que a implementação do DEL foi feita para melhorar a qualidade de vida das pessoas e trazer resultados positivos, envolvendo os setores empresariais, setor público e os não governamentais, para um diálogo mais aproximado e um trabalho em conjunto. Complementando, o entrevistado 2 afirma que o DEL “é uma ferramenta de planejamento que tem como objetivo colocar a comunidade como protagonista para discussão dos potenciais que precisam ser organizados, basicamente descobrindo o estado atual e o estado desejado”.

Complementando, os entrevistados 2, 9, 11, 12, 13 e 15 afirmam o potencial extraordinário de Rio Negrinho para se desenvolver e se tornar uma referência em Desenvolvimento Econômico no Estado. Afirma que “não havia um planejamento de curto, médio e longo prazo que apontasse para este desenvolvimento, a FACISC apresentou para cidade através da ACIRNE, que procurou o poder público para conhecer o DEL”. Para o entrevistado 3, “a implantação começou com reflexões feitas em reuniões entre a ACIRNE, enquanto eu era o presidente, a CDL e o SINDICOM”. O entrevistado destaca que essas três entidades começaram a se reunir para tentar entender quais as ações que estariam no alcance do município e do poder público iniciar novos projetos, “assim buscamos plataformas estruturadas para tanto e dentre várias analisadas chegamos ao DEL”.

O entrevistado 1 ressalta: “já conhecíamos o programa DEL e víamos que ele dava certo em outras cidades. Assim que assumimos, esta foi uma das primeiras medidas que tomamos, com o objetivo de envolver o máximo de pessoas por meio de câmaras técnicas” tendo como objetivo desenvolver e pensar Rio Negrinho para os próximos 20 anos, “a necessidade de desenvolver o município para termos mais desenvolvimento e também diversificar os ramos de atividade em nossa cidade”, corrobora o entrevistado 11.

De acordo com o entrevistado 6, a necessidade de crescimento econômico sustentável e social estava abaixo do esperado no índice do FIRJAM, e havia a necessidade de buscar algo diferente para que município retomasse o crescimento econômico. ACIRNE (Associação Empresarial de Rio Negrinho), através de parcerias com FACISC, descobriu a metodologia trazida pela FACISC da Alemanha que prontamente foi implementada pela Prefeitura de Rio Negrinho junto à ACIRNE, com objetivo de planejar Rio Negrinho em todos os campos de competência para 2037. Complementando, o entrevistado 8 afirma a “necessidade de criar um ambiente positivo voltado ao cooperativismo foi o principal fator para buscar uma ferramenta de planejamento da cidade. No programa DEL foram encontradas essas características”.

O DEL tem a ideia simplificada de reunir todos os atores envolvidos no desenvolvimento sustentável do município, como poder público em todos os seus setores, entidades públicas e privadas, clubes de serviços, meio acadêmico, associações de classes, movimentos organizados entre outros, utilizando plataforma de diálogo coordenadas pelas Associações em parceria do poder público (FACISC,2020).

O quadro abaixo demonstra, de forma simplificada, a visão dos entrevistados do que incentivou a implantação do DEL em Rio Negrinho.

Quadro 10 – O que incentivou a implantar o DEL em Rio Negrinho?

Visão Entrevistados	Autores	DEL	Revisão Teórica
Pergunta 4			
<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa da ACIRNE; • Metodologia FACISC, modelo alemão; • Lei 2971/2017; • Desenvolver o comércio local; • Metodologia de cooperativismo; • Índice FIRJAM; • Planejamento do município; • Preocupação da prefeitura com o desenvolvimento sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • FACISC (2020) 	<p>O DEL é um programa de Desenvolvimento Econômico Local, que em Rio Negrinho possui 8 câmaras técnicas, destacando parceria com 30 organizações locais e sociedade civil, somando mais de 100 voluntários que realizam reuniões mensalmente para executar e planejar projetos que permitirão auxiliar o desenvolvimento local e econômico da cidade até o ano de 2037 (Manual DEL, 2016).</p>	<p>Para que haja um desenvolvimento local é necessário existir a elaboração de estratégias localizadas conforme a realidade específica, pois se observa que as realidades de cada região ou município diferem umas das outras, necessitando valorizar as particularidades e aspectos locais, na medida em que tais aspectos têm validade basicamente num território específico (Macedo e Candido, 2011).</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

A metodologia do programa cria o Conselho deliberativo responsável por discutir e avaliar as ações, projetos e propostas criadas pelas câmaras técnicas. As câmaras técnicas podem ser criadas por segmentos, necessidades específicas ou range de mercado que se deseja atingir ou planejar (FACISC,2020).

5.5 QUAIS AS DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO DEL?

Na visão do entrevistado 4, “a implementação do DEL em Rio Negrinho não apresentou grandes dificuldades, pois com a participação do poder público houve um aporte financeiro para subsidiar o programa, e a sociedade aceitou a ideia com grande participação”. O entrevistado 11 destaca que a burocracia, o engajamento da população em assimilar a necessidade de crescimento da cidade, e a formação das câmeras técnicas foram as maiores dificuldades encontradas.

O entrevistado 1 ressalta que uma das maiores dificuldades encontradas é “a participação das pessoas. Muitos ainda acreditam que o DEL é uma iniciativa da Prefeitura, quando na verdade é justamente o contrário. É uma ação do Município que visa balizar a Prefeitura em suas ações” e, na visão do mesmo, o DEL permite criar um planejamento estratégico para a cidade visando seu desenvolvimento em curto, médio e longo prazo, indiferente de qual prefeito ocupe o cargo. O entrevistado 13 complementa que “a maior dificuldade foi primeiro em convencer as pessoas da importância do programa e em seguida veio a situação da participação voluntária do pessoal nos estudos e projetos”.

Para o entrevistado 15, “a principal dificuldade foi sensibilizar a comunidade, em especial a classe empresarial e política, não tanto da importância da ideia, mas sim do que por ventura estaria por trás disso, tais como vaidades pessoais, pretensões políticas e etc.”, e complementa que em sua visão o projeto no momento de inicial e “por sensibilização não foi para frente por esses medos”.

O processo de desenvolvimento local é descrito por Martinez e Oliveira (2013) como sendo uma reformulação do modelo de gestão política local vigente, porém, de nada valerá o processo se não for incorporado nessa reformulação o comportamento social dos habitantes daquela comunidade.

Para o entrevistado 8, a maior dificuldade apresentada foi “a participação ativa dos membros das câmaras técnicas e o engajamento de atores relevantes dentro da sociedade. Corroborando com o entrevistado 8, o entrevistado 5 afirma que “por se tratar de um grupo de trabalho amplo, as dificuldades variam desde a análise da realidade econômica e social do município até a definição de metas próprias e grupos de trabalhos específicos”, ambos os entrevistados ressaltam que manter o programa em movimento durante a pandemia também está sendo uma dificuldade encontrada pelo município. Para tanto, o entrevistado 10 reafirma que o comprometimento das pessoas é a principal dificuldade encontrada, afirmando que para “o DEL a participação da sociedade é essencial, sem ela não funciona, e não é possível melhorar

a qualidade de vida”. Com relação a desenvolvimento social, Barreto (2004) afirma que pode-se considerar que a expressão trata da satisfação de um conjunto de necessidades humanas básicas, que permitiram aquela sociedade desfrutarem de certo nível de qualidade de vida.

Na visão do entrevistado 14, “o momento mais difícil, acredito que foi a de colocar em funcionamento, quando as estratégias de DEL, programas governamentais e organizações de apoio concentram sua atenção para ajudar”, complementando o entrevistado 9 e 10 afirmam que as pessoas envolvidas deverão saber o objetivo e o propósito proposto na implementação no DEL, destaca essa se a maior dificuldade encontrada em sua visão. De acordo com o Manual do DEL (2017), o principal objetivo do programa é desenvolver o município de pequeno porte e transformá-lo em município de médio porte, desenvolvendo sua capacidade e competitividade local de acordo com cinco princípios: desenvolvimento sustentável, protagonismo dos atores locais, políticas de produto, permanência e diversificação.

Já o entrevistado 6 destaca que criar o engajamento da população bem como os membros envolvidos no DEL para realização de ações planejadas para desenvolvimento da cidade é o maior desafio. Complementa que “o trabalho com voluntariado nunca é uma missão fácil, pois encontrar disponibilidades de horários entre todos os membros e pessoas que trabalhem em equipe sem pensar em suas próprias necessidade é moroso e difícil de gerenciar no início do programa”.

Para a entrevistada 7, a dificuldade encontrada era organizar as reuniões mensais, onde era necessário o apoio do conselho e a participação das 8 câmaras técnicas, envolvendo aproximadamente 100 pessoas voluntárias. Para a entrevistada, o DEL não tinha uma direção relacionada, a missão e a visão eram limitados, e não direcionavam os trabalhos do Conselho e das Câmaras. Ressalta que o DEL pode atuar em demandas sociais, contudo ele é para o desenvolvimento econômico, tendo como objetivo “focar em projetos e ações que trariam resultados efetivos para a cidade”.

Complementando o raciocínio, Sachs (2014) afirma que sem um plano eficiente, não se consegue atingir os objetivos de desenvolvimento de maneira ágil e assertiva, sendo assim, é obrigação dos gestores governamentais fomentarem políticas nacionais voltadas para o desenvolvimento interno, melhorando a qualidade de vida das pessoas. O autor acrescenta que a implantação de um plano de desenvolvimento local personalizado, voltado a atender principalmente as maiores demandas locais, só tem sentido se as políticas públicas priorizarem o bem-estar da população. E a forma de se atingir tal resultado é direcionar os serviços públicos e seus investimentos direcionados a áreas como saúde, saneamento básico, programas de

moradia, educação ou qualquer outro tipo de programa social que venha a elevar a condição de vida da população local (Sachs, 2014).

O entrevistado 3 alega que as reuniões do conselho começaram a gerar uma expectativa na cidade, entretanto “faltou paciência e perseverança de alguns atores envolvidos devido ao imediatismo em alguns momentos e outros pela demora de alguns resultados, o que também no meu ponto de vista prejudicou esta implementação foi a troca de articulador”.

O quadro a seguir demonstra, de forma simplificada, as dificuldades na implementação do DEL.

Quadro 11 – Quais as dificuldades na implementação do DEL?

Visão Entrevistados Pergunta 5	Autores	DEL	Referencial Teórico
<ul style="list-style-type: none"> • Aporte financeiro para subsidiar o programa; • Participação e comprometimento das pessoas; • Sensibilização da comunidade; • Participação ativa das câmaras técnicas; • Entendimento do objetivo e propósito do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Martinez e Oliveira (2013) • Sachs (2014) • DEL • FACISC (2020) 	<p>A FACISC, para criar o DEL, buscou referências nacionais e internacionais, seguindo como referência Consenso de Essen na Alemanha e do Programa para o Desenvolvimento Local de Maringá, no Paraná, definindo assim o objetivo e pilares para desenvolver o programa. O programa DEL segue os pilares que podem ser comparados aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal. Dentre os princípios é possível destacar o desenvolvimento sustentável, protagonismo dos atores locais, política de produtos, permanência, diversificação (Manual DEL, 2017).</p> <p>O programa DEL é desenvolvido por um composto de sete etapas, sendo elas: inicialização, formalização, análise situacional, institucionalização do DEL, políticas de desenvolvimento, gestão do plano de desenvolvimento e, por último, seminário DEL, crescidas inicialmente no prazo de 12 meses, desta forma a imagem demonstra as etapas para o melhor entendimento (Manual DEL, 2016).</p>	<p>Martinez e Oliveira (2013) afirmam que o processo de desenvolvimento local pode ser entendido como uma construção política que requer modificações no modelo de gestão local atual, bem como na concepção e comportamento social próprios daquele local.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

5.6 NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL (DEL) PARA A SUA CÂMARA TÉCNICA?

Para o entrevistado 5, a aplicação do DEL agrega valor e conhecimento e, cada vez mais, faz-se necessária a parceria pública/privada, sendo fundamental para o crescimento dos pequenos municípios. Complementado, o entrevistado 8 afirma que fomentar a cooperação entre os setores público, privado e terceiro setor é de grande valia para o desenvolvimento local. O DEL proporciona essa união, e busca dar protagonismo aos participantes e às Câmaras Técnicas. Ele menciona o exemplo da Câmara Técnica de Turismo, que funciona em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo, o que facilita a tomada de decisão e as discussões relativas ao tema.

Em se tratando do conceito de desenvolvimento local, pode ser definido como a busca pelo fortalecimento dos recursos locais, sejam eles imateriais ou materiais, com o propósito de impulsionar a qualidade de vida da população da comunidade em questão (DALLABRIDA; ZIMERMANN, 2009).

Entretanto, para o entrevistado 4, as câmaras técnicas são “as cabeças pensantes do DEL”, pois são delas que partem os projetos que posteriormente são apresentados e o poder público busca os recursos. O entrevistado 14 afirma que não faz parte de nenhuma câmara técnica, porém, o DEL “consegue aproximar as pessoas que tenham os mesmos interesses em determinado assunto, ajudando a nossa cidade a crescer e melhorar”. Segundo o entrevistado 10, as Câmaras Técnicas são pessoas técnicas em algumas áreas que tratam assuntos de seus conhecimentos e depois trazem ao grande grupo para suas apreciações, “pois no grande grupo a maioria não é técnico”.

A câmara técnica é composta por pessoas com habilidades e experiências específicas e todos os membros passam pela aprovação do conselho. A câmara técnica tem objetivo claro de planejar ordenadamente ações que contribuam positivamente para desenvolvimento sustentável, bem como a qualidade de vida dos munícipes. Com a estrutura citada acima funcionando de acordo com a metodologia, a implantação do programa DEL começa a mostrar resultados positivos já nos primeiros meses, porém sua efetividade se dá a médio e principalmente a longo prazo (FACISC, 2020).

O entrevistado 6 ressalta ser de extrema importância, pois até a implantação do DEL, “não se ouvia falar em planejamento de ações para o futuro, o que é preocupante quando se fala em desenvolvimento econômico sustentável sem planejamento”. Complementando, o

entrevistado 7 diz que o DEL, quando trabalhado para o desenvolvimento econômico, “funciona muito bem. Quando encontrados os campos de competência da cidade, e traçada a estratégia para desenvolver estes potenciais econômicos locais, não vejo como dar errado”. Para o entrevistado 9, o DEL é importante por possibilitar que cada área seja debatida e repensada com conceitos de sustentabilidade e crescimento econômico.

De acordo com a FACISC (2020), o programa DEL consiste em melhorar e aumentar a competitividade e o desenvolvimento local e econômico, que admite afeiçoar por meio desses dois fatores a modificação do município, permitindo mensurar seus resultados econômicos.

Segundo a entrevistada 12, quando se pontua questões voltadas à Educação, que é a câmara técnica em que a mesma está diretamente envolvida, destaca a importância do desenvolvimento do DEL. “Visto que nenhum desenvolvimento, seja ele qual for, caminha sem pensar e analisar como e o que pode ser realizado por meio da Educação” destaca que a educação envolve o ser humano desde sua mais tenra idade e o que se coloca em pauta é seu desenvolvimento emocional, educacional e social articulado à cultura em que está inserido. Desta forma, o DEL por meio de um planejamento estratégico intersetorial, as demais câmaras propõem planejamento de diversificados projetos, os quais ajudarão para com o desenvolvimento da Educação dos municípios, com vistas no presente, remetendo-se ao passado e com olhar atento ao que o futuro emerge perante as necessidades humanas.

De acordo com a visão do entrevistado 1 e 13, as câmaras técnicas são os pilares de sustentação do DEL, pois em cada câmara técnica existem pessoas com habilidades específicas, com movimento de cooperação, criando e executando ações que contribuem positivamente para crescimento socioeconômico de Rio Negrinho. O entrevistado 15 contempla a importância de todas as câmaras técnicas, e que elas foram definidas pelos conselheiros do DEL, “entendo que cada uma cumpre seu importante papel de pensar o futuro da cidade em seus respectivos segmentos”. Segundo o entrevistado 3, o DEL é de suma importância, é a oportunidade de a comunidade participar de forma ativa da construção do futuro da cidade, porém, “o programa precisa do envolvimento da sociedade sem o viés político partidário, através das câmaras técnicas podemos alinhar as demandas e estas se tornarem projetos relevantes”.

O programa DEL trabalha de forma colaborativa e possui câmaras técnicas que auxiliam no desenvolvimento dos projetos, as câmaras técnicas são compostas por especialistas técnicos, ou seja, pessoas que possuem conhecimento específico nas áreas em que sua câmara técnica atua, entre as funções dos membros está o estudo, fundamentação teórica e legalização do projeto ou ação de acordo com o Regimento Interno do Conselho do Desenvolvimento (FACISC, 2020).

O entrevistado 10 afirma que “do ano passado para cá conseguimos ter novos projetos, tendo várias ações com práticas no nosso município, como por exemplo a criação da marca da cidade para reconhecimento local, porém tem câmaras técnicas desmotivadas, é a realidade dentro do DEL”. Complementa que na produção de madeira, tem a câmara técnica florestal, pessoas técnicas na área, porém está parado, o entrevistado destaca que a câmara técnica do turismo está sempre em ação, e ter resultados aparentes referentes à aplicação do DEL, “já outros há muitos debates mas falta a implantação”. Destaca o trabalho socioeconômico com relação da marca da cidade para valorizar produtos locais, a câmara técnica de turismo está viabilizando consultorias e intercâmbios com os projetos, tendo duas parcerias de Rio Grande do Norte para auxílio de produtos turísticos, projetos de gastronomia local, para estimular a culinária. Conclui que “nas outras camadas técnicas não tem um coordenador, por ser um trabalho voluntário, às vezes a falta de tempo designa ao acúmulo de compromisso, que demanda bastante estudo”.

O quadro abaixo demonstra, de forma simplificada, qual a importância do programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) para a sua câmara técnica.

Quadro 12 – Qual a importância do programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) para a sua câmara técnica?

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Visão Entrevistados	Autores	DEL	Revisão Teórica
<p>Pergunta 6</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agrega valor e conhecimento; • Proporciona parcerias e união; • As câmaras técnicas são as cabeças pensantes do DEL; • Aproxima as pessoas com interesse em comum; • Ações e planejamento futuro; • Competitividade e desenvolvimento local e econômico; • Permite mensurar os resultados das ações desenvolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • FACISC (2020) • Dallabrida e Zimmermann (2009) 	<p>Foram criadas 8 (oito) Câmaras Técnicas Temáticas, sendo elas: agronegócio, desburocratização, educação, saúde, turismo, indústria e comércio, inovação e cultura. Essas câmaras técnicas existem para sugerir, propor soluções referentes a todo e qualquer impacto perante a sociedade.</p>	<p>De acordo com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Santa Catarina (FACISC), o programa permite aumentar a competitividade local, crescimento econômico que consente identificar através desses dois fatores a transformação do município, permitindo mensurar seu potencial econômico.</p>

As câmaras técnicas podem ser organizadas de diferentes formas, seja por setores ou segmentos, região, temas, subáreas entre outras necessidades específicas do município. Tanto no conselho deliberativo quanto nas câmaras técnicas encontramos funcionários públicos das pastas de cada departamento ligados à câmara técnica, assim além das ações planejadas serem criadas dentro das possibilidades públicas e jurídicas, também tem sua implementação mais rápida e eficiente. É necessário que o articulador do programa DEL esteja sempre avaliando e interagindo com as câmaras técnicas para que as mesmas não percam o foco e o interesse, acabando a câmara técnica ficando com poucos membros ativos para as reuniões e trabalho. (FACISC, 2020).

5.7 NA SUA OPINIÃO, QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO DEL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO?

Para o entrevistado 5, o DEL, através de suas câmaras técnicas, traz informações e questionamentos importantes, engajando a sociedade civil com o poder público. Complementando, o entrevistado 8 destaca que a principal contribuição é a articulação entre os participantes de todos os segmentos da sociedade, em prol do desenvolvimento local como um todo, e não somente o desenvolvimento setorializado. Já na visão dos entrevistados 4, 10, 14, o DEL pode, através das câmaras técnicas, apresentar projetos que vão de encontro a questões voltadas a atividades que promovam o desenvolvimento do município, sem comprometer os recursos naturais para as gerações futuras.

Já o entrevistado 6 e 9 afirmam que o DEL é a principal ferramenta do desenvolvimento sustentável do município, pois possibilita que pessoas técnicas e a aproximação dos agentes de cada área criem ações e realizem o planejamento de Rio Negrinho para 2037, algo inédito no município, pois, segundo o entrevistado, as ações sempre vinham da administração pública, e com o funcionamento do DEL elas vêm sendo modificadas, quebrando paradigmas e instalando um novo modelo de gestão de cidade.

Na visão do entrevistado 7, no Brasil ainda não se tem essa mentalidade, mas na palavra desenvolvimento está implícito o conceito de sustentável, pois é a busca por um crescimento econômico, equilibrando os impactos e benefícios sociais e ambientais, complementa, que “os pilares do programa DEL buscam este equilíbrio”. Para o entrevistado 12, a sustentabilidade proporciona condições para que se possa manter e alavancar novas intenções que sejam necessárias para o desenvolvimento, não só das cidades como também do país e do mundo.

Complementando a visão dos entrevistados, segundo os estudos de Rodrigues (2009), estimular o crescimento econômico é uma condição básica para que ocorra o desenvolvimento de uma região, no entanto o contexto de progresso é bem mais vasto que o contexto econômico, assim como o fato de haver um crescimento exponencial do PIB de uma região que a mesma abriga uma sociedade bem assistida e desenvolvida.

O entrevistado 12 afirma que se tornar um município autossustentável requer planejamento, ideias criativas e análise profunda perante o que já se tem e o que pode ser feito. Frente ao município de Rio Negrinho – SC, muitas ações já foram implementadas, tais como: “o Plano Municipal da Educação; Saúde; Assistência Social; Cultura e Turismo”, os quais emergem em estratégias e ações que possibilitam o desenvolvimento e acompanhamento, bem como projetos mais específicos, tais como: “O próprio DEL – Desenvolvimento Econômico Local; Natal Encantado; Ação Educação em Movimento; Incubadora; Meicker Tecnologia e demais que contribuem com as diversas propostas para com o que se almeja a esta cidade encantadora e amada”. Para o entrevistado, tornar-se uma cidade autossustentável colocará Rio Negrinho – SC em destaque em diferentes frentes, o que amplia a oferta de trabalho e dá condições para uma qualidade de vida acerca do que todo ser humano almeja.

Vasconcelos (2011) distingue como desenvolvimento aspectos relacionados a avanços no campo da ciência e tecnologia, enquanto o crescimento estaria relacionado com as circunstâncias envolvidas na satisfação do ser humano, como saúde e educação, dentre outras.

O entrevistado 11 ressalta as contribuições para o desenvolvimento do município, desde a análise dos objetivos, dos meios e os fins até a formação de pessoas voluntárias e envolvidas, saber o que é necessário, e o que pode ser feito para este desenvolvimento com um objetivo em comum, independente da política. O entrevistado 1 menciona que o DEL permite a elaboração de projetos de curto, médio e longo prazo para a cidade, desvinculando da Prefeitura e tornando as ações ferramentas públicas, que deixam de ter o desejo político e passam a ser o desejo de toda a sociedade envolvida.

De acordo com a visão do entrevistado 13, com a contribuição do DEL e relacionar com o desenvolvimento sustentável é um dos principais direcionamentos do programa, portanto, todos os projetos levam em conta as questões relacionadas à sustentabilidade. Para o entrevistado 2, a integração das oito câmaras técnicas pensando pela comunidade é fundamental para pensar em uma cidade sustentável, onde os projetos são pensados de acordo com as leis, plano diretor e econômico, avaliando sempre as questões sociais, econômicas e culturais.

O entrevistado 15 afirma que, para ser uma cidade ser sustentável economicamente, socialmente e ambientalmente, a longo prazo, é necessário ter um programa de criação, análises

e estudos de projetos nos mais diferentes segmentos. De acordo com o entrevistado 3, as atitudes para a cidade devem ser pensadas a longo prazo através de um planejamento sustentável, ressalta a importância dos recursos sustentáveis para as futuras gerações, e afirma que o Programa DEL apresenta essa preocupação com a sociedade.

O quadro a seguir demonstra, de forma simplificada, qual a contribuição do DEL para a promoção Desenvolvimento Sustentável no município de Rio Negrinho.

Quadro 13 – Qual a contribuição do DEL para a promoção Desenvolvimento Sustentável no município de Rio Negrinho?

Visão Entrevistados Pergunta 7	Autores	DEL	Revisão Teórica
<ul style="list-style-type: none"> • Através das câmaras técnicas é apresentado projetos para o desenvolvimento local e econômico do município; • É a principal ferramenta sendo utilizada pelo município para ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável; • Permite: crescimento econômico; • Auxilia em ações para equilíbrio dos impactos sociais e ambientais; • Permite o desenvolvimento de ideias criativas; • Sustentabilidade é um dos princípios do DEL. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vasconcelos (2011) • Haddad (1999) • Rodrigues (2009) 	<p>O programa destaca a importância e preocupação conexa ao desenvolvimento sustentável, o compromisso com as futuras gerações, com relação às necessidades dos recursos para garantir o futuro, permitindo então uma conexão local, sociocultural, econômica e ambiental, pensando também nas relações institucionais e políticas, eficientes e com qualidade. O DEL tem como um de seus princípios instrumentos relacionados a dimensões de qualidade, que fortalece e contribui para o crescimento econômico local, para inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais e inclusão social (Manual DEL, 2016).</p>	<p>O desenvolvimento sustentável dos municípios em seus quatro eixos (sociocultural, econômico, ambiental e político-institucional) deve ser visto como prioridade pelos gestores públicos e, para que um município seja considerado sustentável, suas políticas públicas devem visar medidas que integrem toda essas dimensões, além de propiciar a participação da população. Além disso, afirmam Rezende e Fagundes (2016), o município deve propiciar aos habitantes um ambiente saudável e seguro, onde todos devem evitar a degradação do meio ambiente e reduzir as desigualdades sociais.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Haddad (1999) defende que, para que aconteça o desenvolvimento de determinada localidade de modo a alcançar o desenvolvimento econômico, a presença de alguns fatores são

determinantes, como a conquista de autonomia para tomada de decisões em nível local, a elevação da capacidade de absorver investimento e, conseqüentemente, a capacidade de reinvestir o excedente gerado, um processo bem construído de inclusão social e, não menos importante, o desenvolvimento de um processo perene de preservação e conservação do ecossistema local.

5.8 NA SUA OPINIÃO, QUAL A MAIOR DIFICULDADE QUE ESTÁ SENDO ENCONTRADA NA IMPLEMENTAÇÃO DO DEL?

De acordo com o entrevistado 5, todo trabalho tem seus desafios, e buscar formas de fortalecer a economia e a sociedade é algo que demanda tempo e comprometimento. Ressalta que a atual dificuldade é fazer com que as ideias saiam do campo teórico e sejam aplicadas realmente na prática. O entrevistado 8 complementa que a participação ativa dos membros das câmaras técnicas e o engajamento de atores relevantes dentro da sociedade são as principais dificuldades encontradas por ele.

Para o entrevistado 4, para que alguns projetos sejam implementados, afirma que se faz necessário obter recursos financeiros, o que hoje, em Rio Negrinho, “está muito escasso”. O entrevistado 14 destaca que, no seu ponto de vista, acredita que a maior dificuldade agora seja a implantação dos projetos “que são muito bem pensados nas câmaras técnicas, mas muitas vezes com custos elevados e também a burocratização, a criatividade pode ser sufocada pela padronização da burocracia organizacional”.

O entrevistado 10 afirma que, por ser um projeto a longo prazo, os munícipes não estão acostumados a implementar e estudar algo que dará resultado a longo prazo, pois a maioria das pessoas busca resultados imediatos. Os entrevistados 6 e 9 apresentam como a maior dificuldade na implementação do projeto a organização do trabalho do voluntariado das câmaras técnicas, destaca ser difícil manter as pessoas proativas e participando regularmente das atividades.

De acordo com a FACISC (2020), o DEL foi desenvolvido e pensado para que o cooperativismo entre os três poderes, entidades privadas e comunidade, desenvolva e crie projetos, ações planejadas, permitindo, a partir dessas ações, proporcionar o crescimento econômico, desta forma as câmaras técnicas auxiliam de forma positiva, criando projetos técnicos em prol da comunidade, melhorando a qualidade de vida dos munícipes.

Na visão do entrevistado 12, todo trabalho perpassa por dificuldades para que seja implementado, e afirma que com o DEL não é diferente, destaca o envolvimento com os demais

setores ao mesmo tempo sendo de extrema relevância, porém, necessita de disponibilidade e efetividade para que sejam discutidas as diferentes necessidades e ajustes. Assim, por todos os envolvidos terem suas diferentes funções, dificulta a participação mais efetiva na necessidade que o projeto requer, contudo, a não possibilidade de mais encontros não inviabiliza a aplicabilidade do que se é proposto a desenvolver via o DEL. O entrevistado 11 completa “acredito que o DEL já está implementado e as grandes dificuldades já foram superadas, agora é questão de nos organizarmos e colocar em prática os projetos que já foram aprovados e logicamente continuar com os estudos de novos projetos”.

Para o entrevistado 1, a implantação do programa em Rio Negrinho encontra dificuldades na questão, de pessoas e trabalho, ou seja, como o programa ainda está no início o engajamento é a dificuldade encontrada na implantação, já quanto a custos não encontra dificuldade pois a parceria entre entidades pública e privada cobre todas as despesas desse processo. O entrevistado 13 complementa e afirma que “a maior dificuldade é em conscientizar as pessoas a trabalhar visando o bem comum (no coletivo) ”.

O DEL permite a interconectividade entre as áreas, dentre as câmaras técnicas, comunidade, garantindo a agilidade nas informações e coleta dos dados, facilitando a implementação dos projetos e processos internos. A FACISC promove a sustentabilidade através do DEL, realizando eventos, workshops, criando eventos para troca de experiências e aplicabilidade entre os municípios. A FACISC presta consultorias específicas para cada município, otimizando os campos de competência e garantindo o desenvolvimento do município em implantação (FACISC, 2020). O entrevistado 2 destaca o comprometimento das pessoas, a conscientização da importância do projeto a comunidade como um todo, que a carência de informação é nítida, “não temos nem o PIB detalhado e sua evolução da cidade, os sistemas não são integrados por esse motivo não conseguimos as informações”. O entrevistado 15 afirma que é “um problema cultural. O Brasileiro não tem como base do seu pensar a ideia de associativismo e ou cooperativismo. Infelizmente somos uma sociedade mais voltada ao assistencialismo e extrativismo do que à cooperação mútua. Talvez pelas características de nossa colonização”.

Quadro 14 – Qual a maior dificuldade que está sendo encontrada na implementação do DEL?

Visão Entrevistados Pergunta 8	Autores	DEL	Revisão Teórica
<ul style="list-style-type: none"> • Limitações de Recursos financeiros; • Os envolvidos não estão acostumados com projetos a longo prazo, buscam resultados imediatos; • Disponibilidade, engajamento e comprometimento das pessoas envolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • FACISC (2020) • Barreto (2004) • HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, (2014) 	<p>A FACISC, afirma que o DEL é uma ferramenta eficiente, que auxilia os gestores técnicos se engajarem em causas em prol da comunidade, é a prova de que muito se pode fazer pela população, e com o sistema DEL melhorias podem ser implementadas, sejam projetos de curto e longo prazo, mas todos têm um único objetivo: melhorar e facilitar a vida dos munícipes.</p>	<p>O relatório de Brundtland elencou diversos aspectos relacionados à sustentabilidade ecológica a longo prazo, todas voltadas ao objetivo de melhoria da qualidade de vida e o quanto a participação pública está diretamente relacionado ao escopo da preservação do meio ambiente, e para facilitar o entendimento ele ainda separou em quatro dimensões primárias que dizem respeito às obrigações humanas e quatro dimensões secundárias relacionadas ao desenvolvimento sustentável e valores da natureza (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014).</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Barreto (2004) defende uma linha de pensamento que afirma que a elevação do PIB de uma nação não significa necessariamente que haverá melhora na condição de bem-estar social daquela comunidade, ele argumenta que o PIB não reflete todas as facetas da economia de uma nação. Este indicador mensura a riqueza de maneira quantitativa, não analisando de que modo esta riqueza gerada está sendo gasta nem tão pouco a forma como é distribuída entre a sociedade, podendo gerar discrepâncias enormes devido à possível existência concentrações de riqueza.

5.9 O MUNICÍPIO JÁ CONSEGUIE IDENTIFICAR MELHORIAS E RETORNO ECONÔMICO COM AS ETAPAS JÁ IMPLANTADAS?

De acordo com o entrevistado 5 e 8, 9, é possível ver a melhorias, principalmente as ações feitas pela Câmara Técnica de Turismo, é a que mais avançou, afirmam que as parcerias

com outros municípios através da Rede DEL Turismo, projeto desenvolvido em conjunto com a FACISC, e outros 05 municípios, permitiu desenvolver projetos com retorno econômico para ambas as cidades.

Para o entrevistado 4 e 10, o DEL em Rio Negrinho foi implantado em 2017. Muitos projetos (ideias) são a curto e longo prazo; o entrevistado ressalta que quando se fala em curto prazo, fala-se de 5 anos pelo menos.

Segundo o entrevistado 12, mesmo que tímidas, é possível identificar essas melhorias pois o programa uniu 30 entidades e já criou ações importantes para desenvolvimento do município. Dentre essas ações é possível mencionar: 1º Seminário DEL Rio Negrinho | Conselho DEL; Visita Ulrich Meier e Harald Buscher (Consenso de Essen - Alemanha) | Conselho DEL; Aprimoramento institucional do Programa (Lei do DEL, Regimento Interno e Eleições) | Conselho DEL; Consultoria Desenvolvimento de Destinos Turísticos com Hans Peter-Sattler | CT-Turismo; Concurso Marca-Cidade | CT-Turismo; capacitação "Curso de Atendimento e Apoio ao Turista" | CT-Turismo; Consultoria Renaturalização de Rios e Lagos como atrativo turístico | CT-Turismo; Consultoria para Planos de Marketing | CT-Turismo; Intercâmbio "Estruturação de Roteiros e Gastronomia Local" | CT-Turismo, Oficina participativa do Pano Diretor | Conselho DEL; Consultoria e Palestra Andreas Dohle | Conselho DEL e Câmaras Técnicas; Estudo sobre Campos de Competência | Conselho DEL e FACISC.

Para o entrevistado 7, o primeiro campo identificado que trouxe retorno econômico foi o turismo, onde surgiu a oportunidade de Rio Negrinho se tornar a Capital da Maria Fumaça, e o segundo campo foi a madeira, devido ao grande número de indústrias, comércios e prestadores de serviços com atividades econômicas relacionadas ao plantio e transformação deste insumo.

Para o entrevistado 1, ainda é muito cedo para observar mudanças significativas no município, pois o programa foi implantado há 3 anos e é normal que agora comece a demonstrar resultados, no entanto, “percebo mesmo que timidamente uma parcela da população empreendedora já pensa de modo diferente e algumas ações do DEL corroboram para sucesso de alguns empreendimentos e qualidade de vida dos munícipes”. Entretanto, para Santos, Santos e Sehnem (2016) e a FASCIS (2020), é possível destacar na fala dos entrevistados indicadores que referenciam a responsabilidade social, desenvolvimento econômico e sustentável, mesmo com a aplicação de projetos a logo prazo, sendo uma das iniciativas para apresentar resultados para os munícipes com a aplicação do DEL.

O entrevistado 15 reafirma que boa parte das ações iniciadas é de longo prazo, e na sua opinião o ganho mais importante até o momento, na sua opinião, é que pela primeira vez na

história de Rio Negrinho, tantos formadores de opinião sentaram para conversar de forma organizada sobre o nosso futuro.

Para o entrevistado 3, de acordo com sua opinião, só o fato da sociedade sentar para pensar no planejamento econômico, já é uma grande melhoria, reafirma que as grandes melhorias já identificadas estão relacionadas à câmara do turismo, que de acordo com os projetos já apresentados está apresentando retornos econômicos consideráveis para o município.

Rio Negrinho possui diversos projetos em andamento de acordo com a metodologia do DEL, com o desenvolvimento dos projetos já aplicados no município, é possível identificar crescimento econômico, preocupação sustentável e social, desenvolvimento local regional. A tabela abaixo demonstra alguns dos projetos que estão sendo desenvolvido na região.

Quadro 15 – Projetos Rio Negrinho

PROJETO	DESAFIO	ATIVIDADE	PRAZO
Implantar o projeto de melhoria contínua da competitividade e melhoria da longevidade do comércio local.	Capacitar os empresários e colaboradores do comércio local.	Elaborar um calendário anual de capacitações (CDL). Buscar parceiros (SESC, SEBRAE).	2020
Seminário de Empreendedorismo & Gestão de Negócios para MEI.	Necessidades Técnicas	O seminário funciona como uma extensão ao serviço de abertura de empresas oferecido pela Sala do Empreendedor, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SDET. Num formato intensivo, com um dia de duração, os participantes terão acesso a conceitos básicos de práticas empresariais com foco na realidade de Rio Negrinho, através de 6 palestras de capacitação gratuitas voltadas para a organização e o gerenciamento de novos empreendimentos.	2020
Realizamos pesquisa de demanda por comércio e serviços nos bairros.	Identificar a demanda por comércio e serviços estratificada por bairros e /ou regiões.	Elaborar a pesquisa de mercado. Implementar com parceria junto à UnC.	2020
Criação de um espaço de hospedagem/eventos.	Mobilizar os empresários.	Realizar estudo de viabilidade.	30/10/2020

Implantar mão de obra qualificada. Moveleiro. Lojistas. Automação industrial.	Qualificar a mão de obra nos segmentos já existentes.	1 - Trazer curso de qualificação; 2 - Implantar laboratório; 3 - Empresas aptas a cederam espaço para treinamento; 4 - Buscar parceria com instituições aptas; 5 - Capacitar e conscientizar os empresários.	30/11/2020
Criação de um novo distrito industrial.	Aquisição de área.	- Reunião com prefeito e secretário de desenvolvimento econômico e planejamento até dez/2018; - Cobrar o Book de divulgação do Município até dez/2018.	2023
Implantar o instituto de pesquisa e inovação em parceria com a universidade.	Buscar interessados em implantar.	Reunião com a câmara técnica de inovação e educação até 30/dez/18. Definir a instalação local ou parceria com município próximo.	2025
Implantação de projeto de geração de energia renováveis.	Implantar.	Estudo de viabilidade de quais os tipos de geração de energia mais adequadas para a implantação (solar, biomassa, eólica, hidráulica ...) até dez/2019.	2025
Fazer um calendário com eventos de desenvolvimento empreendedor.	Montar o calendário.	Colocar Rio Negrinho no calendário nacional de eventos de inovação e empreendedorismo.	2025
Implantar 5 indústrias com valor agregado tecnológico.	Mobilizar empresas do setor que queiram vir a Rio Negrinho.	- Reunião com gov. local e estadual até jun/2019; - Criar ambiente favorável; - Ter a mão de obra qualificada.	2037

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O crescimento econômico, na visão de Troster e Mochón (2002), é um processo longo e contínuo, onde a capacidade da atividade econômica de uma região se eleva constantemente. Complementando o ponto de vista, Vasconcellos e Garcia (1998) expõem que o crescimento econômico tem que ser um movimento contínuo, onde se percebe a elevação da renda per capita com o decorrer do tempo, isso quer dizer que neste contexto, a quantidade de bens e serviços gerados de forma geral em uma determinada região deverá seguir uma tendência tão rapidamente quanto ou até mais que a própria região.

O quadro a seguir demonstra, de forma simplificada, o que o município já consegue identificar de melhorias e retorno econômico com as etapas já implantadas do DEL.

Quadro 16 – O município já consegue identificar melhorias e retorno econômico com as etapas já implantadas?

Visão Entrevistados Pergunta 9	Autores	DEL	Revisão Teórica
<ul style="list-style-type: none"> • Ações com destaque na câmara técnica do turismo; • Projeto de médio e longo prazo; • Melhor qualidade e agilidade na tomada de decisão; • Melhorias sociais, sustentáveis e econômicas; • Diversos projetos implantados; • O comércio já identifica pequenos resultados; • Formação de diversos tomadores de opinião. 	<ul style="list-style-type: none"> • Troster e Mochón (2002) • FACISC (2020) • Santos, Santos e Sehnem (2016) • Histórico e funcionamento do programa DEL, 2020-01-17 • Macedo e Candido (2011) 	<p>Após a implementação do DEL, as melhorias esperadas para o desenvolvimento local e econômico do município, implantado de acordo com o Histórico e Funcionamento do DEL 2020-01-17, são: fortalecimento e a diversificação da economia local, inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e uso racional de recursos naturais e inclusão social (HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DEL, 2020-01-17).</p>	<p>Macedo e Candido (2011) asseveram que há a necessidade de conhecimento nas relações de interdependência das dimensões e indicadores da sustentabilidade, auxiliando no processo de tomada de decisões dos gestores públicos e privados, com vistas às demandas atuais e futuras da sociedade.</p>

. Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A FACISC (2020) complementa que, com a implementação do DEL, as estratégias utilizadas nos projetos, permitem melhor qualidade na tomada de decisão, garantindo então melhorias: sociais, sustentáveis e econômicas, contudo, a implementação do programa permite, alcançar resultados notórios praticamente desde a sua implementação. A FACISC afirma que os projetos costumam ser de médio a longo prazo, porém prospectam melhorias significativas em prol da comunidade e região a sua volta, garantindo planejamento estratégico, crescimento econômico e progresso sustentável.

5.10 QUAIS OS PRINCIPAIS PROJETOS JÁ IMPLANTADOS PELO DEL?

Para os entrevistados 2,3,5,7 e 10, a “Marca-cidade de Rio Negrinho”, é o principal projeto já implantado, desenvolvido pela câmara técnica do turismo, a qual irá fomentar a divulgação de produtos e serviços produzidos ou prestados por empresas do município. Para o entrevistado 8, além da marca da cidade, que com certeza, trará retorno econômico para o município, e ajuda a identificar os produtos desenvolvidos na cidade, o projeto da Rede DEL Turismo e o Compre daqui, também possuem destaque nos projetos desenvolvidos. O entrevistado 4 complementa que o Selo Marca da Cidade, passou por um concurso e agora está sendo criada uma lei que regulamentará a utilização deste selo, que será aplicado aos produtos desenvolvidos e produzidos no município.

A FACISC (2020) afirma que através do desenvolvimento de projetos é possível satisfazer as necessidades da comunidade, desenvolver o crescimento econômico, e garantir melhor qualidade de vida, através de ações ordenadas e específicas para cada setor socioeconômico do município. No entanto, o objetivo de melhorar o município de acordo com a metodologia necessita do trabalho gratuito, colaborativo dos munícipes. O programa DEL demonstra que, com planejamento e estratégia, é possível criar um município estruturado, sustentável e com a possibilidade de planejamento a longo prazo.

O entrevistado 14 ressalta que, para ele, o principal projeto desenvolvido é o Campanha Compre Daqui – Rio Negrinho Merece a Preferência, onde começou a aumentar a questão do desenvolvimento econômico local do município, destaca também a questão Marca de Rio Negrinho, e a questão Gastronomia À La Rio Negrinho.

Já o entrevistado 6 afirma que o principal projeto está sendo implantado este ano, que é o plano de desenvolvimento econômico e sustentável, este plano possui uma série de estudos relacionados à situação econômica, social e sustentável de Rio Negrinho, facilitando a criação de ações mais incisivas e pontuais para o crescimento e desenvolvimento econômico do município e não trabalhando com base em achismo como estava sendo feito.

Bresser Pereira (2014) defende que crescimento econômico e desenvolvimento são coisas distintas, pois enquanto o conceito de crescimento econômico está voltado para o aumento da capacidade de produção, elevação de força de trabalho, incremento de produtividade, elevação do PIB e aumento das receitas, o desenvolvimento econômico foca mais no aspecto da qualidade de vida da população em questão, considerando os indicadores mensurados pelo IDH.

Para o entrevistado 9, o projeto com maior destaque é o Branding e valorização do comércio local, ressalta que é fã e torce muito para a implantação com sucesso de todas as propostas para Desburocratização, afirma em sua fala que houve proposta de a Câmara Técnica de Educação juntar forças com o projeto do Grupo Tech denominado Tecnologia+Empreendedorismo, o qual prevê a criação de disciplina na grade do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio Inovador para o ensino de tecnologia, programação e empreendedorismo. A entrevistada 12 destaca que, referente à Educação, houve muitas discussões e planejamento para as possíveis necessidades do município para daqui a 30 anos.

O entrevistado 11 afirma que a maioria dos projetos estão sendo implantados ou são projetos que foram implantados para um determinado fim a ser alcançado, como por exemplo a marca da cidade, e os investimentos que devem ser feitos para trazer novas indústrias.

O entrevistado 1 destaca vários projetos, dentre eles: Pesquisa de qualidade em cartórios | CT-Desburocratização; Agência Transfusional | CT - Saúde; 1º Seminário DEL Rio Negrinho | Conselho DEL; Visita Ulrich Meier e Harald Buscher (Consenso de Essen - Alemanha) | Conselho DEL; Aprimoramento institucional do Programa (Lei do DEL, Regimento Interno e Eleições) | Conselho DEL; Consultoria Desenvolvimento de Destinos Turísticos com Hans Peter-Sattler | CT-Turismo; Concurso Marca-Cidade | CT-Turismo; Capacitação "Curso de Atendimento e Apoio ao Turista" | CT-Turismo; Consultoria Renaturalização de Rios e Lagos como atrativo turístico | CT-Turismo; Consultoria para Planos de Marketing | CT-Turismo; Intercâmbio "Estruturação de Roteiros e Gastronomia Local" | CT-Turismo; Oficina participativa do Pano Diretor | Conselho DEL; Consultoria e Palestra Andreas Dohle | Conselho DEL e CTs; Estudo sobre Campos de Competência | Conselho DEL e FACISC; afirma ter outras ações que estão em fase inicial onde gostaria de citar a principal que transforma Rio Negrinho na Capital da Maria fumaça, possibilitando a exploração do turismo, atraindo novos investidores e empreendimentos para o município.

O quadro a seguir demonstra, de forma simplificada, os principais projetos já implantados pelo DEL, no município de Rio Negrinho.

Quadro 17 – Quais os principais projetos já implantados pelo DEL?

Visão Entrevistados Pergunta 10	Autores	DEL	Revisão Teórica
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da marca sustentável para os produtos do município; • Compre daqui Rio Negrinho merece a preferência; • Cartórios, CT-Desburocratização; • Agência Transfusional, Câmara Técnica Saúde; • 1º Seminário DEL Rio Negrinho, Conselho DEL; • Visita Ulrich Meier e Harald Buscher (Consenso de Essen - Alemanha), Conselho DEL; • Aprimoramento institucional do Programa (Lei do DEL, Regimento Interno e Eleições), Conselho DEL; • Consultoria Desenvolvimento de Destinos Turísticos com Hans Peter-Sattler, Câmara Técnica Turismo; • Consultoria Renaturalização de Rios e Lagos como atrativo turístico, CT-Turismo; • Consultoria para Planos de Marketing, Câmara Técnica Turismo; • Intercâmbio "Estruturação de Roteiros e Gastronomia Local" Câmara Técnica Turismo; • Oficina participativa do Pano Diretor, Conselho DEL; • Consultoria e Palestra Andreas Dohle, Conselho DEL e CTs; • Estudo sobre Campos de Competência, Conselho DEL e FACISC. 	<ul style="list-style-type: none"> • FACISC (2020) • Bresses Pereira (2014) • Vasconcelos (2011) • Bibri (2018) • DEL, (2017) 	<p>Para apoio no desenvolvendo das etapas dos projetos, além das câmeras técnicas, o Del conta com os Agentes de Articulação, que devem auxiliar no desenvolvimento, implementação dos processos, auxiliar na continuidade das atividades, monitoramento e articulação necessária para que todos os projetos cumpram as etapas desde seu início à conclusão. Os Agentes de Articulação possuem rotinas e funções administrativas, como redigir atas, preparar pautas, descrever resoluções e documentos, moderar as reuniões, assessorar os presidentes, verificar e fomentar recursos para o desenvolvimento e execução dos projetos, dentre outras (Manual DEL, 2017).</p>	<p>Bibri (2018) estabelece que se pode compreender como cidades sustentáveis o conjunto de práticas envolvendo o conhecimento de sustentabilidade urbana e tecnologias correlacionadas a este tema, aplicadas na prática em projetos de cidades ou distritos já existentes ou totalmente novos. Para a sua implantação, deve-se identificar inicialmente as principais categorias a serem aplicadas, pois desta forma pode-se criar uma abordagem sistêmica que tornará esta cidade com um planejamento urbano mais eficaz e sustentável.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para fortalecer o ponto dos entrevistados, o autor acrescenta que somente a partir do momento em que ficar nítido a distinção entre os conceitos desenvolvimento e crescimento que novas discussões poderão ser traçadas, pois de acordo com este ponto de vista, há uma necessidade latente que mudanças sejam concebidas nas teorias e políticas de desenvolvimento,

estimulando a necessidade de se pensar em desenvolvimento sustentável. Assim como a concepção de crescimento econômico também passaria a ser analisada com mais diligência, possibilitando a aparição de novos debates sobre a modernização do conceito de desenvolvimento sustentável (VASCONCELOS, 2011).

5.11 NA SUA OPINIÃO, QUAL O IMPACTO DO DEL PARA O COMÉRCIO LOCAL NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO?

O entrevistado 5 afirma que conseguiu identificar retornos muito positivos, vide a visibilidade trazida por ações como a “Marca-cidade de Rio Negrinho”, destacando as ações do DEL Turismo que ajudam a movimentar o comércio, já que os visitantes que circulam pela cidade podem ser considerados como clientes em potencial. A “Campanha Compre Daqui: Rio Negrinho Merece a Preferência” foi lançada com o objetivo, de justamente incentivar o consumo consciente e fortalecer a economia local. O entrevistado 4 completa que a Campanha “Compre Daqui: Rio Negrinho Merece a Preferência”, é uma campanha que incentiva o Município a fazer suas compras no comércio local, movimentando a economia.

Corroborando com o tema, Albuquerque e Zapata (2010) entendem que o desenvolvimento local nada mais é do que a nível local o aperfeiçoamento interno de um território, de modo a impactar de maneira positiva os aspectos humanos ou sociais encontrados na localidade em questão, como, por exemplo, aspectos econômicos, culturais, humanos e ambientais. E o reflexo obtido com este processo é a geração de riqueza e conseqüentemente o fomento do progresso econômico da comunidade e regiões adjacentes.

O entrevistado 10 destaca que se for seguido alguns dos objetivos do DEL para atrair pessoas para a cidade, alguns itens já se têm, porém, ainda não é explorado da maneira que deveria ser, todos do município vão ganhar, cita como exemplo a Maria Fumaça, que já foi tratado várias vezes pelos idealizadores do DEL, na Alemanha.

De acordo com os entrevistados 6 e 13, o DEL é de extrema importância para comércio local, pois além de análises de mercado, permite o planejamento e execução das ações para o fortalecimento do comércio, bem como modificações físicas e estruturais e leis que beneficiam o desenvolvimento econômico local. Os entrevistados 7 e 9 ressaltam que a longo prazo, o aumento do poder aquisitivo dos habitantes do município, com certeza, aumentará o consumo no comércio local.

Para o entrevistado 12, quando se fala em desenvolvimento econômico, se quer a implementação de algo se torne rentável, com expectativas econômicas significativas. O DEL,

enquanto impacto de desenvolvimento local, estará contribuindo para que seja pensada a cidade de Rio Negrinho – SC de forma planejada, na execução de diversificadas propostas, o que contribuirá com o comércio e no crescimento econômico local.

Desenvolvimento local. Segundo Dallabrida e Zimmermann (2009), pode ser definido como o desenvolvimento dos capitais ou recursos, sejam eles imateriais ou materiais encontrados em uma determinada localidade, com o propósito de impulsioná-la no aspecto socioeconômico promovendo, como consequência, melhora na qualidade de vida de sua população.

O entrevistado 11 corrobora afirmando que a longo prazo vê com muito entusiasmo, pois acredita que com os projetos de ampliação do turismo, o município terá um aumento considerável de pessoas circulando pela cidade, destaca que com o comércio local em crescimento, e novas empresas surgindo, conseqüentemente aumentará o consumo na cidade, e as pessoas terão poder aquisitivo maior.

O entrevistado 1 destaca que o DEL é de extrema importância, porque idealiza ações diretas que influenciam o desenvolvimento do comércio local, além de planejar a cidade em cada campo de competência otimizando, assim, o funcionamento do comércio bem como desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, o entrevistado 2 manifesta sua opinião acreditando que seja possível identificar ações com o novo projeto do Del, que faz com que as pessoas comprem os produtos produzidos no município, “temos que fazer com que o dinheiro fique aqui no município e não fora dele, na campanha que foi feita de fazer suas compras aqui no município”. O entrevistado 15 acredita que já teve pequenos incrementos no turismo e os conseqüentes reflexos nas vendas de produtos e serviços que se relacionam com esta área.

O quadro a seguir demonstra, de forma simplificada, qual o impacto do DEL para o comércio local no município de Rio Negrinho.

Quadro 18 – Qual o impacto do DEL para o comércio local no município de Rio Negrinho?

Visão Entrevistados	Autores	DEL	Revisão Teórica
Pergunta 11			
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo e fortalecimento do comércio local; • Geração de riquezas; • Leis que beneficiam o comércio local; • Aumento do Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Albuquerque e Zapata (2010) • Dallabrida e Zimmermann (2009) • Farias (2014) • Macedo e Candido (2011) • FACISC (2020) • 	Após a implementação do DEL, as melhorias esperadas para o desenvolvimento local e econômico do município, implantado de acordo com o Histórico e Funcionamento do DEL 2020-01-17, são: fortalecimento e a diversificação da economia local, inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e uso racional de recursos naturais e inclusão social (HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DEL, 2020-01-17).	Desenvolvimento local está relacionado à capacidade do desenvolvimento endógeno, localidade e território, acrescido das soluções humanas, ambientais, culturais, humanas e principalmente econômicas, gerando riqueza para a população, permitindo o progresso econômico da região (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Farias (2014) salienta que um dos atores que mais desenvolve projetos de desenvolvimento local é o Estado, na forma de suas políticas públicas, estabelecendo estratégias para o desenvolvimento local. Contudo, ao fomentar o desenvolvimento local um detalhe muito importante tem de ser observado para que os resultados obtidos sejam eficazes, ao elaborar as estratégias, o foco sempre tem que estar voltado para as realidades e especificidades da comunidade em questão, pois cada localidade apresenta suas demandas, valores, aspectos e recursos únicos. Quanto mais essas características e carências forem mapeadas, maior é a probabilidade do processo de desenvolvimento local surtir um impacto positivo (MACEDO e CANDIDO, 2011).

5.12 VISÃO ENTREVISTADOS COMPILADA

De acordo com os dados coletados nas entrevistas realizadas, o quadro abaixo representa a compilação dos dados analisados, facilitando a visualização e entendimento sobre os temas

abordados nas perguntas realizadas nas entrevistas, com foco em sustentabilidade, desenvolvimento local e progresso econômico e o programa DEL.

Quadro 19 – Visão entrevistados

Visão Entrevistados	Autores	DEL	Revisão Teórica
<p>Os entrevistados destacam a importância de promover o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e progresso econômico, desta forma, em suas entrevistas, afirmam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preocupações Sociais, ambientais e econômicas; • Preocupação relacionada às reservas naturais; • Promover a qualidade de vida; • Correlação com as áreas • Indicadores devem estar interligados; • Os indicadores devem auxiliar na tomada de decisão; • Rigor na fiscalização ambiental; • Projetos Sustentáveis; • Os indicadores devem suprir a falta de dados; • Desenvolvimento tecnológico; • Mudanças culturais, sociais e econômicas. • Ações de prevenção dos desastres naturais; • Redução de uso do papel nos órgãos públicos; • Tratamento de esgoto; 	<ul style="list-style-type: none"> • Daht (1997) • United Nations, (2018a) • Bond; Morrison-Saunders (2011) • Sachs (2012) • Barbosa (2008) • Fernandez (2011) • Nunes e Martins (2018) • Frainer; Souza; Reis Neto e Castelão (2017) • FECAM (2018) • Ayda e Figueiredo Neto (2019) • Reus (2012) • Rezende e Fagundes (2016) • Leite Filho e Santiago (2015) • Sachs (2004) 	<p>A FACISC, para criar o DEL, buscou referências nacionais e internacionais, seguindo como referência Consenso de Essen na Alemanha e do Programa para o Desenvolvimento Local de Maringá, no Paraná, definindo assim o objetivo e pilares para desenvolver o programa. O programa DEL segue os pilares que podem ser comparados aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal. Dentre os princípios é possível destacar o desenvolvimento sustentável, protagonismo dos atores locais, política de produtos, permanência, diversificação (Manual DEL, 2017). O DEL é um programa de Desenvolvimento Econômico Local, que em Rio Negrinho possui 8 câmaras técnicas, destacando parceria com 30 organizações locais e sociedade civil, somando mais de 100 voluntários que realizam reuniões mensalmente para executar e planejar projetos que permitirão auxiliar o desenvolvimento local e econômico da cidade até o ano de 2037 (Manual DEL, 2016).</p>	<p>De acordo com a revisão de literatura, os indicadores de desenvolvimento sustentável auxiliam diretamente na tomada de decisão, oferecendo informações úteis aos gestores públicos municipais, com o objetivo de melhorar e promover a qualidade de vida de seus munícipes. O relatório de Brundtland elencou diversos aspectos relacionados à sustentabilidade ecológica a longo prazo, todas voltadas ao objetivo de melhoria da qualidade de vida e o quanto a participação pública está diretamente relacionado ao escopo da preservação do meio ambiente, e para facilitar o entendimento ele ainda separou em quatro dimensões primárias que dizem respeito às obrigações humanas e quatro dimensões secundárias relacionadas ao desenvolvimento sustentável e valores da natureza (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2014). Bulegon et al. (2018), o IDMS enquanto ferramenta pode auxiliar os gestores públicos municipais na avaliação do desenvolvimento sustentável e definir prioridades de</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Educação ambiental nas escolas; • Aumento da fiscalização ambiental; • Preocupação no desenvolvimento de produtos, pensando na sustentabilidade; • Projetos específicos voltados às câmaras técnicas; • Desenvolvimento da marca sustentável para os produtos do município • Iniciativa da ACIRNE; • Metodologia FACISC, modelo alemão; • Lei 2971/2017; • Desenvolver o comércio local; • Metodologia de cooperativismo; • Índice FIRJAM; • Planejamento do município; • Preocupação da prefeitura com o desenvolvimento sustentável. • Aporte financeiro para subsidiar o programa; • Participação e comprometimento das pessoas; • Sensibilização da comunidade; • Participação ativa das câmaras técnicas; • Entendimento do objetivo e propósito do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • FACISC (2020) • Martinez e Oliveira (2013) • Sachs (2014) • Haddad (1999) • Rodrigues (2009) • Barreto (2004) • Troster e Mochón (2002) • Santos, Santos e Sehnem (2016) • Histórico e funcionamento do programa DEL, 2020-01-17 • Bresses Pereira (2014) • Vasconcelos (2011) • Bibri (2018) • DEL, (2017) • Albuquerque e Zapata (2010) • Dallabrida e Zimmermann (2009) • Farias (2014) • Macedo e Candido (2011) • FACISC (2020) 	<p>O programa destaca a importância e preocupação conexa ao desenvolvimento sustentável, o compromisso com as futuras gerações, com relação às necessidades dos recursos para garantir o futuro, permitindo então uma conexão local, sociocultural, econômica e ambiental, pensando também nas relações institucionais e políticas, eficientes e com qualidade. (Manual DEL, 2016). O programa DEL é desenvolvido por um composto de sete etapas, sendo elas: inicialização, formalização, análise situacional, institucionalização do DEL, políticas de desenvolvimento, gestão do plano de desenvolvimento e, por último, seminário DEL, crescidas inicialmente no prazo de 12 meses, desta forma a imagem demonstra as etapas para o melhor entendimento (Manual DEL, 2016). O DEL é baseado em 5 princípios, dentre eles o princípio do desenvolvimento sustentável, que tem por objetivo a preocupação com os recursos necessários para as futuras gerações, sendo um compromisso em suprir suas necessidades, promovendo a</p>	<p>investimentos, de acordo com os dados obtidos. Além disso, pode ajudar a definir cenários possíveis e desejáveis, visando à sustentabilidade e ao bem-estar social, levando-se em conta as dimensões avaliadas que são: sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional</p> <p>Os indicadores auxiliam diretamente nas ações realizadas pela gestão em exercício, melhorando a assertividade e a eficácia dos resultados, atuando diretamente em aspectos ambientais, econômicos ou sociais. Os indicadores atuantes nos municípios do Estado de Santa Catarina são: educação, saúde, economia, segurança pública, habitação, assistência social, gestão de risco, demografia, finanças públicas e meio ambiente.</p> <p>Para que haja um desenvolvimento local é necessário existir a elaboração de estratégias localizadas conforme a realidade específica, pois se observa que as realidades de cada região ou município diferem umas das outras, necessitando valorizar as particularidades e aspectos locais,</p>
---	---	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Agrega valor e conhecimento; • Proporciona parcerias e união; • As câmaras técnicas são as cabeças pensantes do DEL; • Aproxima as pessoas com interesse em comum; • Ações e planejamento futuro; • Competitividade e desenvolvimento local e econômico; • Permite mensurar os resultados das ações desenvolvidas. • Através das câmaras técnicas é apresentado projetos para o desenvolvimento local e econômico do município; • É a principal ferramenta sendo utilizada pelo município para ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável; • Permite: crescimento econômico; • Auxilia em ações para equilíbrio dos impactos sociais e ambientais; • Permite o desenvolvimento de ideias criativas; • Sustentabilidade é um dos princípios do DEL. • Os envolvidos não estão acostumados com projetos a longo prazo, buscam resultados imediatos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico e funcionamento do programa DEL, 2020-01-17 	<p>qualidade de vida, garantias sociais e um sistema econômico equilibrado.</p> <p>A FACISC, afirma que o DEL é uma ferramenta eficiente, que auxilia os gestores técnicos se engajarem em causas em prol da comunidade, é a prova de que muito se pode fazer pela população, e com o sistema DEL melhorias podem ser implementadas, sejam projetos de curto e longo prazo, mas todos têm um único objetivo: melhorar e facilitar a vida dos munícipes.</p> <p>A aplicação do DEL permite o município correlacionar e aplicar os resultados mensurados com os indicadores nos projetos desenvolvidos pelas câmaras técnicas.</p> <p>Foram criadas 8 (oito) Câmaras Técnicas Temáticas, sendo elas: agronegócio, desburocratização, educação, saúde, turismo, indústria e comércio, inovação e cultura. Essas câmaras técnicas existem para sugerir, propor soluções referentes a todo e qualquer impacto perante a sociedade.</p> <p>Após a implementação do DEL, as melhorias esperadas para o desenvolvimento local e econômico</p>	<p>na medida em que tais aspectos têm validade basicamente num território específico (Macedo e Candido, 2011).</p> <p>Martinez e Oliveira (2013) afirmam que o processo de desenvolvimento local pode ser entendido como uma construção política que requer modificações no modelo de gestão local atual, bem como na concepção e comportamento social próprios daquele local.</p> <p>De acordo com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Santa Catarina (FACISC), o programa permite aumentar a competitividade local, crescimento econômico que consente identificar através desses dois fatores a transformação do município, permitindo mensurar seu potencial econômico.</p> <p>O desenvolvimento sustentável dos municípios em seus quatro eixos (sociocultural, econômico, ambiental e político-institucional) deve ser visto como prioridade pelos gestores públicos e, para que um município seja considerado sustentável, suas políticas públicas devem visar medidas que integrem toda essas dimensões, além de</p>
---	---	---	---

<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade, engajamento e comprometimento das pessoas envolvidas. • Ações com destaque na câmara técnica do turismo; • Projeto de médio e longo prazo; • Melhor qualidade e agilidade na tomada de decisão; • Melhorias sociais, sustentáveis e econômicas; • Diversos projetos implantados; • O comércio já identifica pequenos resultados; • Formação de diversos tomadores de opinião. • Projetos Desenvolvidos: Desenvolvimento da marca sustentável para os produtos do município; Compre aqui Rio Negrinho merece a preferência; Cartórios, CT-Desburocratização; Agência Transfusional, Câmara Técnica Saúde; 1º Seminário DEL Rio Negrinho, Conselho DEL; Visita Ulrich Meier e Harald Buscher (Consenso de Essen - Alemanha), Conselho DEL; Aprimoramento institucional do Programa (Lei do DEL, Regimento Interno e Eleições), Conselho DEL; Consultoria Desenvolvimento de Destinos 		<p>do município, implantado de acordo com o Histórico e Funcionamento do DEL 2020-01-17, são: fortalecimento e a diversificação da economia local, inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e uso racional de recursos naturais e inclusão social (HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DEL, 2020-01-17). Para apoio no desenvolvendo das etapas dos projetos, além das câmeras técnicas, o Del conta com os Agentes de Articulação, que devem auxiliar no desenvolvimento, implementação dos processos, auxiliar na continuidade das atividades, monitoramento e articulação necessária para que todos os projetos cumpram as etapas desde seu início à conclusão. Os Agentes de Articulação possuem rotinas e funções administrativas, como redigir atas, preparar pautas, descrever resoluções e documentos, moderar as reuniões, assessorar os presidentes, verificar e fomentar recursos para o desenvolvimento e execução dos projetos, dentre outras (Manual DEL, 2017).</p>	<p>propiciar a participação da população. Além disso, afirmam Rezende e Fagundes (2016), o município deve propiciar aos habitantes um ambiente saudável e seguro, onde todos devem evitar a degradação do meio ambiente e reduzir as desigualdades sociais. Macedo e Candido (2011) asseveram que há a necessidade de conhecimento nas relações de interdependência das dimensões e indicadores da sustentabilidade, auxiliando no processo de tomada de decisões dos gestores públicos e privados, com vistas às demandas atuais e futuras da sociedade. Bibri (2018) estabelece que se pode compreender como cidades sustentáveis o conjunto de práticas envolvendo o conhecimento de sustentabilidade urbana e tecnologias correlacionadas a este tema, aplicadas na prática em projetos de cidades ou distritos já existentes ou totalmente novos. Para a sua implantação, deve-se identificar inicialmente as principais categorias a serem aplicadas, pois desta forma pode-se criar uma abordagem sistêmica que tornará esta cidade com um</p>
---	--	--	---

<p>Turísticos com Hans Peter-Sattler, Câmara Técnica Turismo; Consultoria Renaturalização de Rios e Lagos como atrativo turístico, CT-Turismo; Consultoria para Planos de Marketing, Câmara Técnica Turismo; Intercâmbio "Estruturação de Roteiros e Gastronomia Local" Câmara Técnica Turismo; Oficina participativa do Pano Diretor, Conselho DEL; Consultoria e Palestra Andreas Dohle, Conselho DEL e CTs; Estudo sobre Campos de Competência, Conselho DEL e FACISC.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo e fortalecimento do comércio local; • Geração de riquezas; • Leis que beneficiam o comércio local; • Aumento do Turismo. 		<p>Após a implementação do DEL, as melhorias esperadas para o desenvolvimento local e econômico do município, implantado de acordo com o Histórico e Funcionamento do DEL 2020-01-17, são: fortalecimento e a diversificação da economia local, inovação na gestão pública, mobilização social, proteção ambiental e uso racional de recursos naturais e inclusão social (HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DEL, 2020-01-17).</p>	<p>planejamento urbano mais eficaz e sustentável.</p> <p>Desenvolvimento local está relacionado à capacidade do desenvolvimento endógeno, localidade e território, acrescido das soluções humanas, ambientais, culturais, humanas e principalmente econômicas, gerando riqueza para a população, permitindo o progresso econômico da região (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).</p>
---	--	---	--

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

6 RECOMENDAÇÕES

De acordo com a análise dos dados coletados e revisão teórica científica, é possível identificar, meios de melhorias nos processos na aplicação do programa DEL, e seu aproveitamento dentro do município. Portanto, através dessa sessão, é possível, por meio das dificuldades encontradas e análise de campo, propor propostas de ações para aplicação no município, com o objetivo de superar algumas das dificuldades encontradas para o desenvolvimento desta dissertação.

Entretanto, vale ressaltar, que as recomendações são propostas dentro da busca pelo desenvolvimento da qualidade de municipal, desenvolvimento social, econômico e, principalmente, destacando as questões sustentáveis.

6.1 PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O MUNICÍPIO

6.1.1 Recomendações aplicação DEL

Recomendação 1: Mudar Indicador Índice FIRJAN (Incompleto): Índice FIRJAN não atende todas as necessidades de avaliação do Município, é necessário buscar nova referência, para que todas as áreas sejam contempladas e esses índices sejam atualizados periodicamente, desta forma, indico a utilização do IDMS.

Recomendação 2: Estabelecer metas com câmaras técnicas e conselho: É necessário estabelecer metas a serem cumpridas pelos colaboradores, a fim de aproveitar o máximo a habilidade específica de cada indivíduo, mantendo as câmaras técnicas e conselho trabalhando ativamente, empenhada em busca de um resultado comum para a comunidade.

Recomendação 3: Estabelecer metodologia padrão para escrever ações: O estabelecimento de uma metodologia padrão, deve auxiliar na descrição de cada ação ou projeto, pois a padronização dos processos, possibilita a interpretação de erros de projeto, além de observar as melhorias nas práticas da construção de ações. É de extrema importância a padronização de documentos para facilitar a leitura, aplicação e sua implantação.

Recomendação 4: Avaliar cada resultado das ações: A avaliação é uma prática que possibilita medir o sucesso da ação ou projeto; sendo assim, os resultados são de extrema importância para avaliar a eficácia do resultado.

Recomendação 5: Implantar equipe de pesquisa, para obter situações e dados para criação de ações: A equipe de pesquisa possibilita a captação de dados socioeconômicos, importante para o município e ajudará na criação de planejamento, ações e tomada de decisões. (Essa equipe pode ser formada por estudantes universitários).

Recomendação 6: Criar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável: A criação do plano permite o planejamento do desenvolvimento sustentável do município; pensar em ações que apresente resultado permite criar com impacto direto e assertivo na solução e tomada de decisão; com o desenvolvimento do plano é possível pensar em planejamento para nortear as ações apresentando resultado será positivo.

Recomendação 7: Criar Plano de Gestão de Risco: Em face do problema eminente das cheias e desmoronamentos, o plano de gestão de risco possibilita a prevenção de forma mais eficiente e eficaz; o plano deve contemplar medidas e ações capazes de diminuir prejuízos ao município.

Recomendação 8: Utilizar ferramentas como Websites e sistemas para gerenciamento do Del e planejamento estratégico para troca de informações a fim de que todas as pessoas e comunidade conheçam as ações: Essas ferramentas facilitam na gestão de projetos, na interação de colaboradores das câmaras técnicas e conselho, além de dar visibilidade ao programa DEL e sua contribuição socioeconômica para o município.

Recomendação 9: Reestruturar câmaras técnica com pessoal e metodologias: É necessária a capacitação pessoal e metodológica periodicamente para manter a câmara técnica motivada e produtiva, visto que seu principal escopo é o colaborativismo.

Recomendação 10: Eficiência sustentável: Desenvolver e estabelecer como compromisso projetos visando o planejamento sustentável, agregando conceitos e práticas sustentáveis na missão e visão dos projetos.

Quadro 20 – Recomendações para a promoção do DEL

Recomendações para a promoção do DEL	Autores	Suporte as recomendações
<ul style="list-style-type: none"> • Mudar Indicador Índice FIRJAN (Incompleto). 	<ul style="list-style-type: none"> • Rezende e Fagundes (2016) 	<p>As recomendações podem permitir com que o município crie ferramentas e documentos, para quantificar, divulgar e qualificar suas ações através da aplicação do DEL. Desta forma, desenvolvendo indicadores mensurando as ações para as questões: sociais, econômicas e sustentáveis, permitindo com que o município identifique os meios mais adequados para aplicar as recomendações. O DEL, pode auxiliar no processo, monitorando e desenvolvendo projetos empreendidos para proporcionar resultados eficiente para a gestão pública em prol da comunidade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer metas com câmaras técnicas e conselho. 	<ul style="list-style-type: none"> • FECAM (2020) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer metodologia padrão para escrever ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manual DEL, 2016 	
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar cada resultado das ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Van Bellen (2004) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Implantar equipe de pesquisa, para obter situações e dados para criação de ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Leite Filho e Santiago (2015) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bibri Krogstie , (2017) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar Plano de Gestão de Risco. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bai et al., 2016 	
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar ferramentas como Websites e sistemas para gerenciamento do Del e planejamento estratégico para troca de informações a fim de que todas as pessoas e comunidade conheçam as ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustainable Cities Internacional, 2012. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar câmaras técnica com pessoal e metodologias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Guerra et al., 2016, FACISC (2020) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência sustentável. 		

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

6.1.2 Recomendações para a Prefeitura

Recomendação 1: Aproximar a prefeitura nos bairros: Facilitar o acesso da comunidade dos bairros ao poder público, a fim de conhecer a demanda específica de cada bairro, objetivando soluções dos problemas com mais rapidez e eficiência.

Recomendação 2: Criar equipe composta por membros de entidades públicas, privadas e afins, para retomada econômica da pandemia: Com a pandemia de COVID19 o município sofreu queda de empregos, comércio e indústrias, sendo assim é necessário criar um comitê de retomada, para realizar estudos e criar ações planejadas para minimizar as causas do vírus na economia do município.

Recomendação 3: Buscar parcerias com os ensinos técnico e superior:

Investimentos em ensino técnico e superior eleva nível de conhecimento da população, conseqüentemente contribui diretamente para qualidade de vida e desenvolvimento econômico do município.

Recomendação 4: Investir em tecnologia “como cidade inteligente” e energia renováveis:

Tecnologia possibilita otimizar processos burocráticos e morosos, oferecendo serviços relacionados a qualquer setor, melhor qualidade e eficiência a comunidade. Investir em energias renováveis tem se mostrado uma opção inteligente, econômica e ambiental que cresce cada vez mais em todo o Brasil.

Recomendação 5: Investir na incubadora tecnológica, a fim de criar ecossistema economicamente sustentável:

As incubadoras de empresas vêm se mostrando uma ótima ferramenta para o desenvolvimento econômico dos municípios, pois possibilita que inúmeras empresas nasçam e obtenham sucesso no mercado, criando um ambiente competitivo, sendo que o sucesso dessas empresas gera empregos, renda e crescimento do desenvolvimento sustentável do município.

Recomendação 6: Estruturar a LEI de incentivos e fundo desenvolvimento econômico o FADERN:

Estruturar a nova LEI N° 3.345/2020 do município de Rio Negrinho para que empresas locais e possíveis investidores sejam atraídos e desenvolvam seus negócios na cidade, contribuindo positivamente para o crescimento econômico da cidade.

Recomendação 7: Intensificar ações e medidas preventivas com relação a cheias (Enchentes):

As cheias têm se mostrado prejudiciais para a economia do município, e intensificar as ações preventivas pode auxiliar o poder público a minimizar as perdas econômicas para o município.

Recomendação 8: Utilizar sistema Integrado na saúde (Postos bairros, atendimento central e hospital):

Rio Negrinho ainda não possui sistema integrado entre centro de atendimentos dos bairros e hospital, isso dificulta o controle de atendimento causando alguns transtornos, facilmente corrigidos com sistema integrado.

Recomendação 9: Criar ações para retirar as pessoas das áreas de risco de cheias e desmoronamentos: Investimentos na área habitacional se faz necessário para retirada das famílias de baixa renda que estão nas áreas de risco e sofrem com perdas anualmente com as cheias, sem condições financeiras para retomar suas vidas nem sair do local para área indicada.

Recomendação 10: Intensificar a fiscalização nas áreas de risco de cheias e deslizamentos: Fiscalização tem função de extremamente importante, pois algumas famílias insistem em voltar ou construir em áreas de risco, criando impactos negativos para o desenvolvimento sustentável, e cometendo várias infrações degradando o meio ambiente.

Recomendação 11: Avaliação de práticas e resultado de ações: É necessário criar uma metodologia de avaliação de resultado, com a intenção de avaliar cada ação ou projeto, esse indicador permite qualidade no planejamento estratégico e tomada de decisão.

Recomendação 12: Realizar pesquisas de informações em todas as áreas e campos de competência para obter mais assertividade nas tomadas de decisões: É importante ter informações em relação a todas áreas dos municípios, pois através dos índices e indicadores é possível planejar, ganhando efetividade nas ações tomadas, melhorando realmente o que é necessário, refletindo positivamente na qualidade de vida e crescimento sustentável econômico e social dos municípios.

Quadro 21 – Recomendações para a gestão municipal

Recomendações para Gestão Municipal	Autores	Suporte às recomendações
<ul style="list-style-type: none"> • Aproximar a prefeitura nos bairros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manual DEL, 2016 	As recomendações direcionadas para a gestão pública permitem destacar a necessidade de melhorias relacionadas aos processos e serviços ofertados de responsabilidade pública a comunidade. Desta forma, desenvolver as recomendações propostas nesta dissertação, permite o município identificar ações e se desenvolver melhor economicamente, socialmente e sustentavelmente. Como destacado na caracterização do
<ul style="list-style-type: none"> • Criar equipe composta por membros de entidades públicas, privadas e afins, para retomada econômica da pandemia. 	<ul style="list-style-type: none"> • FACISC (2020) • FECAM (2020) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias com os ensinos técnico e superior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bibri (2018) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em tecnologia “como cidade inteligente” e energia renováveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ibrahim; El-Zaart; Adams, (2018) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Investir na incubadora tecnológica, a fim de criar 	<ul style="list-style-type: none"> • Pan et al., (2016) 	

ecossistema economicamente sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Canuto e Cherobim (2018) • Buarque, (1999) • Réus, 2012 	<p>município, “Rio Negrinho, segundo o IBGE 2017, foi o 32º município dos 295 do Estado com maior arrecadação de receitas, e na esfera federal ficou na posição 589 de 5.570 municípios”, tendo seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,738 (IBGE, 2010), destacando as ações relacionadas ao DEL, gestão municipal e programas sociais o município possui condições para desenvolver seu IDH, superior a 0,800, considerando então desenvolvimento humano alto. Rio Negrinho, tem condições de atingir o objetivo da atual gestão pública que é “estar entre os 200 municípios do Brasil com maior desenvolvimento local dos últimos 20 anos conforme proposto pelo DEL” com planejamento estratégico e gestão participativa.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar a LEI de incentivos e fundo desenvolvimento econômico o FADERN. 		
<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar ações e medidas preventivas com relação a cheias (Enchentes). 		
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar sistema Integrado na saúde (Postos bairros, atendimento central e hospital). 		
<ul style="list-style-type: none"> • Criar ações para retirar as pessoas das áreas de risco de cheias e desmoronamentos. 		
<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a fiscalização nas áreas de risco de cheias e deslizamentos. 		
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de práticas e resultado de ações. 		
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisas de informações em todas as áreas e campos de competência para obter mais assertividade nas tomadas de decisões. 		

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

6.1.3 Programas sociais

Recomendação 1: O poder público criar programas sociais: São importantes iniciativas destinadas a melhorar a qualidade de vida da comunidade, com objetivo de definir temas específicos voltados para questões sociais, sustentáveis e econômicas. .

Recomendação 2: Programas de conscientização ecológica: Criar programas de conscientização para crianças, jovens e adultos sobre sustentabilidade e a importância da preservação do meio ambiente, objetivando a preservação de fauna e flora rica na região do planalto norte.

Recomendação 3: Estabelecer sistema de recompensas: Promover eventos relacionados à sustentabilidade para promover ideias de novos projetos para a aplicação do desenvolvimento sustentável no município.

Recomendação 4: Desenvolver canal de comunicação: Para estabelecer votação e participação de ideias para debate com a comunidade interna e externa.

Recomendação 5: Grupos de desenvolvimento social, tecnológico e sustentável: Incentivar grupos de desenvolvimento de inovação social e sustentabilidade em prol da comunidade.

Recomendação 6: Gestão de resíduos: Criar programas sociais que auxiliam na redução da geração de resíduos, criando meios sustentáveis de reciclagem de matérias.

Recomendação 7: Incentivo Renovável e sustentável: Incentivo para construção ou reforma de casas e edifícios sustentáveis.

Recomendação 8: Promover eventos para a comunidade: Promover palestras, workshops, eventos educacionais promovendo a sustentabilidade, desenvolvimento econômico e crescimento social e local.

Quadro 22 – Recomendações para programas sociais

Recomendações para programas sociais	Autores	Suporte as recomendações
<ul style="list-style-type: none"> • O poder público criar programas sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Réus (2012) 	<p>As recomendações sociais podem ser atendidas de diferentes formas, através de ações relacionadas a gestão pública, DEL, ou até mesmo parcerias desenvolvidas. Essas ações podem permitir e desenvolver o comprometimento da comunidade com as questões: sociais, econômicas e sustentáveis. A partir desse entendimento, e aplicação de uma gestão participativa, é possível promover e entender o desenvolvimento social, econômico e sustentável, buscando</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Programas de conscientização ecológica 	<ul style="list-style-type: none"> • FACISC (2020) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer sistema de recompensas 	<ul style="list-style-type: none"> • FECAM (2020) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver canal de comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Manual DEL (2016) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de desenvolvimento social, tecnológico e sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Leite Filho e Santiago (2015) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Silva (2018) 	

<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo Renovável e sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Sachs (1993) 	<p>a igualdade de oportunidades, através das informações, desenvolvimento técnico e</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Promover eventos para a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Pittman et al., (2019). Andrade et al. (2017) 	<p>iniciativas locais, permitindo então a transformação social através de projetos e iniciativas públicas e privadas. É possível destacar que esses projetos podem e devem ser desenvolvidos pelas câmaras técnicas do DEL.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

De acordo com as recomendações apresentadas, e para sintetizar a análise dos resultados proporcionados com o desenvolvimento desta dissertação, e possível apresentar em forma ilustrativa as sugestões para o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento econômico local do município de Rio Negrinho. Para realizar as recomendações foram utilizados dados relacionados à revisão de literatura científica, dados das entrevistas realizadas, a figura 15, representa a prática realizada no município de acordo com a implementação do DEL, dados internos da prefeitura e questões sociais apontadas nas entrevistas realizadas.

Figura 15 – Recomendações e propostas de ações para o município



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo da dissertação, de identificar as preocupações relacionadas a necessidade do crescimento econômico, preocupações ambientais e sociais, destacando soluções através de dados coletados relacionados aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal e aplicação do DEL, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento econômico do município de Rio Negrinho. Desta forma, é possível compreender que o município busca pelo meio de suas ações, inovações e aplicação de projetos configurações para se desenvolver economicamente e sustentavelmente, destaca-se:

- Práticas voltadas a ações sustentáveis, com o objetivo de preservação ambiental, social e econômica, proporcionando melhor a qualidade de vida dos munícipes, garantindo recursos para as futuras gerações;
- Práticas de gestão, utilizando ferramentas que auxiliam na tomada de decisão, permitindo uma administração pública eficiente e eficaz, focando em transparência e conscientização pública;
- Práticas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e inovação dos processos, permitindo desenvolvimento e aplicação de novos conhecimentos;
- Práticas educacionais, buscando incentivar ações sociais, sustentáveis e econômicas dentro da rede de ensino, aplicando novas metodologias e garantindo foco na qualidade e desenvolvimento educacional.

Como primeiro objetivo, foi descrever o programa de desenvolvimento econômico local que está sendo aplicado no município de Rio Negrinho (Seção 4.1 à 4.2.11), corroborado na triangulação das entrevistas, indicando e apresentando as barreiras, vantagens e resultados da aplicação do programa. Entre as dificuldades apontadas pelos entrevistados está a falta de comprometimento com o trabalho voluntário para a aplicação do DEL, a sensibilização da comunidade e participação ativa das câmaras técnicas. Com relação ao retorno da aplicação do programa, vantagem de implementação, além do crescimento econômico identificado sutilmente no município, diversos projetos sociais e sustentáveis já foram implantados, dentre os mais importantes: Marca da cidade e o projeto Compre daqui.

Como segundo objetivo, a primeira ação desenvolvida foi coletar informações necessárias para desenvolvimento da caracterização da cidade, descrevendo questões históricas, econômicas, sociais e políticas do município de Rio Negrinho (Sessão, 4). Vale ressaltar que o município é referência no Estado com relação à indústria moveleira, segundo o IBGE 2017,

o município é o 32º município dos 295 do Estado com maior arrecadação de receitas, sendo os três principais setores com maior geração de recursos: a fabricação de produtos em madeira, comércio varejista e produção primária. O município conta com 66,8% de receitas externas, possui 1.259 empresas ativas, 11.886 empregos formais, e 1.287 MEI's ativos.

Como terceiro objetivo, indicar as dimensões com maior vulnerabilidade nos indicadores de desenvolvimento sustentável no município, foi possível observar que as câmaras técnicas criadas para atuarem no município estão diretamente relacionadas aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal. Os indicadores estão subdivididos em dez áreas de atuação, sendo elas: agropecuária, educação, assistência social, meio ambiente, segurança pública, economia, gestão pública, saúde, cultura e habitação. Já as câmaras técnicas são: educação, inovação, cultura, desburocratização, agronegócio, indústria e comércio, saúde e turismo.

Retomando os objetivos para o desenvolvimento da dissertação, após revisão de literatura desenvolvida, procedimentos metodológicos apresentados e o desenvolvimento do capítulo quatro onde foi apresentado o detalhamento dos objetivos da dissertação, é possível, a partir das informações coletadas, afirmar que o município de Rio Negrinho está buscando se desenvolver, utilizando ferramentas com suporte sustentável, social e econômico. O município tem desenvolvido diversos projetos buscando desenvolvimento social, sustentável e consequentemente econômico.

Contudo, é possível destacar, o tempo e recurso dedicado pelos agentes públicos em desenvolver ações e projetos sustentáveis, econômicos e sociais, se as medidas de conscientização da população não forem implementadas, uma vez que a participação da comunidade no processo é de fundamental importância, pois, sem que haja a conscientização e o engajamento dos munícipes as medidas implementadas não viabilizam o efeito a longo prazo. Em contrapartida, as ações desenvolvidas pelos agentes públicos engajados com a comunidade, dentro do contexto, contribuirão para o progresso do projeto, favorecendo a sua implantação, demonstrando o resultado natural desse engajamento, são projetos se tornando duradouros e sustentáveis, gerando impactos positivos por várias gerações.

Diante da atual situação pandêmica, Covid-19, que o mundo vem enfrentando, no decorrer deste ano, foi elaborada uma pesquisa com o objetivo de identificar e compreender, a extensão e os impactos causados nos municípios envolvidos no consorcio Quiriri, visando tomar medidas corretivas com o foco no desenvolvimento contínuo do município de Rio Negrinho.

Dentre os envolvidos, Rio Negrinho foi o segundo município com mais informações coletadas no decorrer da pesquisa, envolvendo 40 empreendimentos de diversos setores econômicos, como por exemplo, comércio, indústria, prestadores de serviço, alimentício, hospedagem e turismo.

Com base nos dados coletados, ficou nítido que os efeitos causados pela pandemia, originando uma crise que impactou todos os portes de empresas, contudo as maiores consequências foram percebidas por estabelecimentos compostos pelos Micro Empreendedores Individuais e as Micro Empresas, em especial os que atuam no comércio em geral ou na prestação de serviços.

Como desdobramento desse fenômeno, a pesquisa buscou entender o impacto econômico criado, constatando que 57% dos entrevistados, farão uso de alguma ferramenta, como redução da carga horária, linhas de crédito especial, suspensão de contratos de trabalho ou outros tipos de auxílios.

Foi verificado, que apenas 37% dos entrevistados não utilizou e nem pretende utilizar alguma linha de crédito especial, onde os demais já fizeram ou pretendem fazer uso de tais linhas com o objetivo de honrar pagamentos de fornecedores com 38,89%, cobrir gastos com folha de pagamento com 22,22%, com a mesma proporção de 22,22% investir para fortalecer o negócio e com menor intenção com apenas 16,67% buscam o recurso para composição de capital de giro para fluxo de caixa.

De modo geral, 25% dos estabelecimentos alegaram, ter sofrido uma redução de mais de 70% de seu faturamento se comparado ao ano anterior, sendo que ao separarmos por porte, 50% dos empresários que observaram tal redução são MEIs, e somente 5% dos entrevistados relatou incremento em suas vendas. Felizmente até a conclusão da presente pesquisa 55% dos entrevistados informou não ter optado por desligar seus colaboradores, já outros 22,5% dos entrevistados alegou a necessidade de desligar dois ou mais colaboradores.

Foi observado, que diversos entrevistados encontraram, como forma de contornar a situação ou melhorar suas condições de competitividade, implantando mudanças em suas organizações, destacando novas abordagens de venda, canais de oferta e distribuição, ou novas maneiras de entrega, redução em seus preços, destacado a participação de grupos de compra coletiva, todas estas ações tem o objetivo de aproximar a empresa dos clientes, reduzir custos operacionais e tornar seus produtos mais atrativos e mais acessíveis para o consumidor.

No capítulo, 5 a 5.1.3, após o desenvolvimento da revisão de literatura e a análise dos resultados propostos pelas entrevistas, foi possível ressaltar algumas recomendações para aplicação no município, dentre elas destacando questões sociais, aplicação do programa DEL,

e aspectos relacionados à prefeitura. O desenvolvimento e aplicações dessas recomendações vai permitir ao município resultados sustentáveis, comprometimento social e eficiência nos serviços desenvolvidos pela prefeitura, cumprindo o objetivo da aplicação do programa, que é proporcionar melhor qualidade de vida para a comunidade, evidenciando o comprometimento com as questões sustentáveis e econômicas.

Os procedimentos investigativos utilizados para o desenvolvimento da dissertação foi a abordagem qualitativa; como estratégia de pesquisa foi usado o estudo de caso; para a caracterização da pesquisa foi devolvida uma pesquisa bibliográfica e análise documental interna utilizando informações de diversos órgãos, dentre eles a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, documentos da FACISC, entre outros. Como objeto utilizado constituiu o Município de Rio Negrinho; a técnica de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada e, por fim, a técnica de análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo, triangulando as informações coletadas, facilitando a análise dos resultados propostos.

Dentre as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da dissertação, consistiu no problema de localizar as informações necessárias para desenvolver a caracterização no município, e descrever o programa de desenvolvimento econômico local aplicado no município. As informações não são centralizadas, os programas utilizados não são interligados, e as áreas não possuem informações interligadas, dificultando a coleta dos dados, porém, vale ressaltar, apesar das informações descentralizadas, todas as informações solicitadas foram atendidas.

Com base nas dificuldades, pode-se ressaltar que os processos não estão descritos, a falta de processos documental é perceptível. Com relação ao DEL, poucas câmaras técnicas possuem projetos detalhados, com os objetivos descritos e com estratégia de curto, médio e longo prazo. A dificuldade de informações centralizadas e a falta de documentos internos, acredito ser um dos maiores desafios para o desenvolvimento da gestão atual, pois a falta dessas informações pode, muitas vezes, atrasar a tomada de decisão. Outro resultado demonstrado é o desafio da gestão, perante a documentação dos projetos, o engajamento e o comprometimento das câmaras técnicas com os projetos.

Como recomendações, já mencionado (seção 5.1.2), propõe-se sistemas interligados, para facilitar o acesso às informações necessárias e eficácia na tomada de decisão, evitando desperdício de recursos, focando em resultados em prol da comunidade, proporcionando foco no desenvolvimento econômico, progressos sustentáveis e melhoria na qualidade de vida.

O desenvolvimento econômico local é um processo lento, e exige mudanças sociais, culturais e sustentáveis para a implementação, além do comprometimento da comunidade, apesar de todas as dificuldades encontradas o município de Rio Negrinho, já consegue identificar

avanços, mesmo que pequenos na implementação desses processos. O município apresenta grande capacidade de adaptação às mudanças, e uma gestão que se compromete com resultados e a sociedade. Nos próximos anos, de acordo com os projetos apresentados, Rio Negrinho tem condições de atingir seu objetivo de estar entre os 200 municípios do Brasil com maior desenvolvimento local dos últimos 20 anos conforme proposto pelo DEL.

REFERÊNCIAS

AIT-KADI, Mohamed. Water for Development and Development for Water: Realizing the Sustainable Development Goals (SDGs) Vision. *Aquatic Procedia*, [s.l.], v. 6, p.106-110, ago. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aqpro.2016.06.013>.

AKINSEMOLU, Adenike. The role of microorganisms in achieving the sustainable development goals. *Journal of Cleaner Production*, [s.l.], v. 182, p.139-155, maio 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.081>.

ALBUQUERQUE, F. ,ZAPATA, T. **Desenvolvimento local / territorial no Brasil**. Perseu Abramo, 2010.

ANDION, Carolina. Contribuições do debate sobre desenvolvimento territorial sustentável para a efetividade da gestão municipal. **Política & Sociedade**. Nº 14, abril de 2009, p. 181-209.

AYDA, Leonardo Recena; FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco. Índice bruto de sustentabilidade dos municípios de Mato Grosso do Sul. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 35-49 jan./mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1681>.

BAI, Xuemei et al. Defining and advancing a systems approach for sustainable cities. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, [s.l.], v. 23, p.69-78, dez. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2016.11.010>.

BAKLANOV, A. et al. From urban meteorology, climate and environment research to integrated city services. *Urban Climate*, [s.l.], v. 23, p.330-341, mar. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.uclim.2017.05.004>.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **Políticas públicas e o desenvolvimento rural sustentável no estado do Ceará**: Estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

BARROS, A. B.G., SILVA, N.L.O., SPINOLA, N.D. Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, a. 8, n.14, p.90-8,2006.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. Anais. Juiz de Fora: SOBER, 2003. 1 CD-ROM. <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/wcs-004.pdf>.

BECKER, D. F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F (org) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Org.). **Respostas regionais aos desafios da globalização.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

BETTENCOURT, L. M. A.; KAUR, J.. Evolution and structure of sustainability science. Proceedings of the National Academy of Sciences, [s.l.], v. 108, n. 49, p.19540- 19545, 23 nov. 2011. Proceedings of the National Academy of Sciences. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1102712108>.

BHATTACHERJEE, A. (2012). Social Science Research: Principles, Methods, and Practices. Textbooks Collection. Book 3.

BHATTACHERJEE, Anol. Social Science Research: Principles, Methods, and Practices. 2. ed. Florida: University Of South Florida, 2012. 159 p. Textbooks Collection. Book 3.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIBRI, Simon Elias; KROGSTIE, John. Smart sustainable cities of the future: An extensive interdisciplinary literature review. Sustainable Cities and Society, [s.l.], v. 31, p.183-212, maio 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scs.2017.02.016>.

BIBRI, Simon Elias. A foundational framework for smart sustainable city development: Theoretical, disciplinary, and discursive dimensions and their synergies. Sustainable Cities and Society, [s.l.], v. 38, p.758-794, abr. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scs.2017.12.032>.

BIGGS, Eloise M. et al. Sustainable development and the water–energy–food nexus: A perspective on livelihoods. **Environmental Science & Policy**, [s.l.], v. 54, p.389-397, dez. 2015.

BOISIER, Sérgio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa negra e o projeto político.** Caribe, Mimeo, 1995.

BOISIER, S. **Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial.** In

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.

BOND, Alan J.; MORRISON-SAUNDERS, Angus. Re-evaluating Sustainability Assessment: Aligning the vision and the practice. Environmental Impact Assessment Review, [s.l.], v. 31, n. 1, p.1-7, jan. 2011. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eiar.2010.01.007>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP. Texto para discussão 368, junho de 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11842/TD%20368%20->

%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 2.jun.2019.

BRUNDTLAN, Comissão. “**Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**”. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987. Disponível em: <http://eubios.info/BetCD/Bt14.doc>

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

BUCKINGHAM, Susan; KINA, Victoria J.. Sustainable Development and Social Work. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, [s.l.], p.817- 822, 2015. Elsevier. <http://dx.doi.org/10.1016/b978-0-08-097086-8.28095-1>.

BULEGON, Fabio; NARDI, Marcelo. DOMENICO, César Augusto Di; MORES, Giana de Vargas, SILVA, Givanildo. Análise do índice de desenvolvimento municipal sustentável no estado de Santa Catarina. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, V. 4, N. 2, jul-dez/2018, p. 36-52. ISSN online: 2446-8738.

CALLADO, A. L. C., & FENSTERSEIFER, J. E. Indicadores de sustentabilidade. In ALBUQUERQUE, J. L. (org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009.

CANUTO, Kleber Cuissi; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Fatores de competitividade dos municípios brasileiros: proposta de modelo de análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 52(6): 1194-1213, nov/dez. 2018.

CORIOLOANO, L.N. O turismo comunitário no contexto da globalização. IN: CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: EdUECE, 2012, p. 11-25.

COSTA, Marcio Jorge Porangaba; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Mensuração do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Trabalho apresentado no **VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – Eco. Eco**. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **A Ambiente & Sociedade** - Vol. V – nº 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003. P. 73-84.

DAHL, A. L. The big picture: comprehensive approach. In: MOLDAN, B., BILHARIZ, S. (eds). **Sustainability indicators: report of the Project on indicators of sustainable development**. Chichester. John Wiley & Sons Ltd, 1997.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ZIMERMANN, Viro José. Descentralização na gestão pública e estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios intermunicipais. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 5, n. 3, p. 3-28, set.- dez. 2009.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

DOERNELES, Filipe Mello; SILVA, Marielen Alines Costa da. Enoturismo e o desenvolvimento territorial sustentável: o caso do vale dos vinhedos. **V Simpósio da Ciência do Agronegócio**. Porto Alegre - RS, 26 e 27 de outubro de 2017. P. 374-381.

DURAN, Dan Cristian et al. The Objectives of Sustainable Development - Ways to Achieve Welfare. *Procedia Economics and Finance*, [s.l.], v. 26, p.812-817, 2015. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00852-7](http://dx.doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00852-7).

DUVIER, Caroline; ANAND, P.b.; OLTEAN-DUMBRAVA, Crina. Data quality and governance in a UK social housing initiative: Implications for smart sustainable cities. *Sustainable Cities and Society*, [s.l.], v. 39, p.358-365, maio 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scs.2018.02.015>.

EISENHARDT, K. M. Strategy as strategic decision making. **Sloan Management Review**, p. 65-72, 1999.

EMELIANOFF, Cyria e THEYS, Jacques. “Les Contradictions de La Ville Durable”. In: *Développement Durable Villes et Territoires*, nº 13, jan 2000, pp. 53-63.

FARIAS, Kassia Suelen da Silva. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 2, n. 2, p. 183-205, jul./dez. 2014. ISSN 2357-8211

FECAM. Federação Catarinense de Municípios. **Sistema de indicadores de desenvolvimento municipal sustentável**. 2018. Disponível em: <http://indicadores.fecam.org.br/>.

FERRANTI, Pasquale. The United Nations Sustainable Development Goals. **Reference Module in Food Science**, [s.l.], p.1-3, 2018.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011. Editora UFPR

FERREIRA, Amanda Estefânia De Melo; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Sustentabilidade urbana na região metropolitana de Santarém, Pará, Brasil nos anos 2000 e 2010. **Economía, Sociedad y Territorio**, Vol. XVIII, nº 58, 2018, 763-795. DOI: <http://dx.doi.org/10.22136/est20181238>.

FERREIRA, E. A. M.; FRANCO, L. S. **Metodologia para Elaboração do Projeto do Canteiro de Obras de Edifícios**. São Paulo, EPUSP, 1998. (BT/PCC/210).

FITCHETT, Joseph R; ATUN, Rifat. Sustainable development goals and country-specific targets. *The Lancet Global Health*, [s.l.], v. 2, n. 9, p.503-503, set. 2014. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s2214-109x\(14\)70282-7](http://dx.doi.org/10.1016/s2214-109x(14)70282-7).

FLEMING, Aysha et al. The sustainable development goals: A case study. *Marine Policy*, [s.l.], v. 86, p.94-103, dez. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2017.09.019>.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONTES, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável as implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade (Online)** Jul/dez./ 2003. n. 9, p.115-148. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SI53X20010009000007&Ing=pt&nrm=iso. ISSN 1414-753X.

FRAINER, Daniel Massen; SOUZA, Celso Correia de; REIS NETO, José Francisco; CASTELÃO, Raul Asseff. Uma aplicação do Índice de Desenvolvimento Sustentável aos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 145-156, abr./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i2.1524>.

GARDNER, Julia E.. Decision making for sustainable development: Selected approaches to environmental assessment and management. *Environmental Impact Assessment Review*, [s.l.], v. 9, n. 4, p.337-366, dez. 1989. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0195-9255\(89\)90028-0](http://dx.doi.org/10.1016/0195-9255(89)90028-0).

GEHRKE, Amanda Elisa Barros. **Indicadores de sustentabilidade como ferramenta de apoio a gestão pública de resíduos da construção civil em municípios de pequeno porte**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

GIRARDET, Herbert. *Cities, people, planet: liveable cities for a sustainable world*. Chichester: Wiley Academy, 2004.

GLAVIC, Peter; LUKMAN, Rebeka. Review of sustainability terms and their definitions. *Journal of Cleaner Production*, [s.l.], v. 15, n. 18, p.1875-1885, dez. 2007. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2006.12.006>.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2005.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOEDERT, A. R.; SANTOS, W.; ABREU, P. F. **Plano de gestão de logística sustentável: avaliação das IFES brasileiras**. In: XXI Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. 2018.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRI. GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Disponível em: http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855c490-A872-4934-9E0B8C2502622576/2725/G3_POBR_RG_Final_with_cover.pdf.

GUERRA, José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade et al. The adoption of strategies for sustainable cities: a comparative study between Newcastle and Florianópolis focused on urban mobility. *Journal of Cleaner Production*, [s.l.], v. 113, p.681-694, fev. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.07.135>.

HADDAD, P. R. A concepção do desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. (org) **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**. Estudo de Cluster. Brasília. CNPq, MCT e Ministério da Agricultura e Abastecimento, 1999.

HADDAD, C.F. & ABE, A.S., 1999. Anfíbios e répteis. In: CONSERVATION INTERNATIONAL, editor, Workshop Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação dos Biomas Floresta Atlântica e Campos Sulinos, São Paulo.

HOLDEN, Erling; LINNERUD, Kristin; BANISTER, David. Sustainable development: Our Common Future revisited. *Global Environmental Change*, [s.l.], v. 26, p.130-139, maio 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.04.006>.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm.

IBRAHIM, Maysoun; EL-ZAART, Ali; ADAMS, Carl. Smart sustainable cities roadmap: Readiness for transformation towards urban sustainability. *Sustainable Cities and Society*, [s.l.], v. 37, p.530-540, fev. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scs.2017.10.008>.

KANTER, David R. et al. Translating the Sustainable Development Goals into action: A participatory backcasting approach for developing national agricultural transformation pathways. *Global Food Security*, [s.l.], v. 10, p.71-79, set. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.gfs.2016.08.002>.

KLOPP, Jacqueline M; PETRETTA, Danielle L. The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. *Cities*, [s.l.], v. 63, p.92-97, mar. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2016.12.019>.

LAINE, Matias. Meanings of the term 'sustainable development' in Finnish corporate disclosures. *Accounting Forum*, [s.l.], v. 29, n. 4, p.395-413, dez. 2005. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2005.04.001>.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; SANTIAGO, Wagner de Paulo. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Indicadores de Desenvolvimento e de Responsabilidade Social dos Municípios do Estado de Minas Gerais. **RMC, Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 2, art. 2, p. 14-25, maio/ago. 2015. Disponível on-line em <http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc>.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; FERREIRA, Antonio Francisco Ritter; CÍPOLA, Fabricio Carvalho. Análise do nível de sustentabilidade das unidades federativas do Brasil e de suas capitais: um estudo sob as perspectivas econômica, social e ambiental **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 73-89, set./dez. 2011. ISSN: 1981-982X.

MACEDO, Nívea Marcela Marques Nascimento; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. Índice de Desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo

exploratório no município de Alagoa Grande – PB. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 18, n. 3, p. 619-632, 2011.

MARTINEZ, Renata de Souza; OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. Desenvolvimento regional e local fomentado pela participação e articulação de atores sociais. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, v.16, n.3 - p.301-312 - set/out/nov/dez 2013. ISSN 2316-3402.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): metodologia para análise e cálculo do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade, uma aplicação no Estado da Paraíba.** João Pessoa: Sebrae, 2008.

MARZALL, Kátia; ALMEIDA, Jalcione. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.17, n.1, p.41-59, 2000.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, conceitos e princípios. **Textos de Economia.** Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142,1993.

NAZARETH, Paula Alexandra. Planos diretores e instrumentos de gestão urbana e ambiental no Estado do Rio de Janeiro. **Rev. Serv. Público.** Brasília 69 (1) 211-240 jan/mar 2018.

NEUHAUS, Leandro. **Indicadores de desenvolvimento para o meio rural:** Uma proposta para o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios de Santa Catarina (SIDEMS da FECAM). Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Chapecó, 2016.

NUNES, Emanuely Rodrigues; MARTINS, Maria De Fátima. Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras–PB.**XX ENGEMA. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente.** ISSN: 2359-1048. Dezembro 2018.

OLIVEIRA, José Fábio de. **Proposição de um índice de sustentabilidade ambiental para cidade de Fortaleza/CE a partir de indicadores socioeconômicos e ambientais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

OMISORE, AkinloluG.. Attaining Sustainable Development Goals in sub-Saharan Africa; The need to address environmental challenges. *Environmental Development*, [s.l.], v. 25, p.138-145, mar. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.envdev.2017.09.002>.

PAN, Yunhe et al. Urban Big Data and the Development of City Intelligence. *Engineering*, [s.l.], v. 2, n. 2, p.171-178, jun. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eng.2016.02.003>.

PEDERSEN, Claus Stig. The UN Sustainable Development Goals (SDGs) are a Great Gift to Business! *Procedia Cirp*, [s.l.], v. 69, p.21-24, 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.procir.2018.01.003>.

PERSSON, Åsa; WEITZ, Nina; NILSSON, Måns. Follow-up and Review of the Sustainable Development Goals: Alignment vs. Internalization. *Review of European, Comparative &*

International Environmental Law, [s.l.], v. 25, n. 1, p.59-68, abr. 2016. Wiley.
<http://dx.doi.org/10.1111/reel.12150>.

PERSSON, Åsa; WEITZ, Nina; NILSSON, Måns. Follow-up and Review of the Sustainable Development Goals: Alignment vs. Internalization. **Review of European, Comparative & International Environmental Law**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.59-68, abr. 2016.

PICKETT, S.t.a. et al. Ecological science and transformation to the sustainable city. *Cities*, [s.l.], v. 32, p.10-20, jul. 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2013.02.008>.

RENZAHO, Andre M.n.; KAMARA, Joseph K.; TOOLE, Michael. Biofuel production and its impact on food security in low and middle income countries: Implications for the post-2015 sustainable development goals. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, [s.l.], v. 78, p.503-516, out. 2017.

RENZAHO, Andre M.n.; KAMARA, Joseph K.; TOOLE, Michael. Biofuel production and its impact on food security in low and middle income countries: Implications for the post- 165 2015 sustainable development goals. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, [s.l.], v. 78, p.503-516, out. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rser.2017.04.072>.

RÉUS, Iuana; ANDION, Carolina. Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável. Panorama dos Indicadores de Sustentabilidade nos Municípios Catarinenses. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí. ISSN 2237-6453 - Ano 16 - nº 45 - out./dez. - 2018, p. 97-117.

RÉUS, Iuana Silva. **Gestão municipal e desenvolvimento sustentável**: Um estudo de indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses. Dissertação – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Socioeconômicas e da Administração, Mestrado Profissional em Administração, Florianópolis, 2012.

REZENDE, Greyce Bernardes de Mello; FAGUNDES, Eliane Aparecida Antunes. Desenvolvimento sustentável e o uso de indicadores aplicados à gestão municipal: um estudo de caso no município de Primavera do Leste – MT. **CONASUM 2016 – IV Congresso de Administração do Sul do Mato Grosso**. Universidade Federal do Mato Grosso, 13 a 15 de dezembro de 2016, ISSN 2525-4561.

RIBEIRO, João Marcelo Pereira et al. The adoption of strategies for sustainable cities: A comparative study between Seattle and Florianopolis legislation for energy and water efficiency in buildings. *Journal of Cleaner Production*, v. 197, p. 366-378, 2018.

RODRIGUES, Sandra de Paula. **Os desafios para o desenvolvimento sustentável do município de Goianésia – Goiás**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Anápolis – Unievangélica. Anápolis, 2009.

ROSSETTO, Adriana Marques; ORTH, Dora Maria. Gestão integrada do ambiente urbano - uma opção para o desenvolvimento sustentável. **Alcance - UNIVALI** - Vol. 13 - n.2 p. 227 - 244 – Mai/Ago 2006.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2. ed., 1994.

_____ **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo. Vértice. 1986.

_____ **Estratégias de transição para o século XXI**. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel Fundap, 2000.

_____ **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____ A revolução energética do século XXI. **Estudos Avançados** 21 (59), p. 21-38. 2007. SACHS, Jeffrey D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**, [s.l.], v. 379, n. 9832, p.2206-2211, jun. 2012.

SANTOS, Gleberon de Santana dos; SANTOS, Andreia Aparecida Pandolfi dos; SEHNEM, Simone. Como mensurar a sustentabilidade? – um estudo das principais técnicas e indicadores. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 3-48, jan./jun. 2016. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/download/27259/20901>>. Acesso em 31.mai.2019.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. Research methods for business students. 5. ed. Inglaterra: Pearson Education, 1997. 635 p.
CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. Research methods for business students. 5. ed. England: Pearson Education Limited, 2009.

SATTERTHWAITE, David. Sustainable Cities or Cities that Contribute to Sustainable Development? *Urban Studies*, [s.l.], v. 34, n. 10, p.1667-1691, out. 1997. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1080/0042098975394>.

SILVA, Andrey Freitas da; PEREIRA, Maurício Fernandes. Análise prospectiva e crítica do território de Araquari: relação dos critérios de sustentabilidade e do plano diretor municipal com o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. Vol. 3, nº. 2. Maio/Agosto. 2014. ISSN: 2316-9834

SILVA, Nicole Cavalcanti. **Contribuições das políticas públicas para a sustentabilidade urbana**: estudo de caso na cidade de Campina Grande – PB. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande. Campinha Grande, 2018.

SINAKOU, Eleni et al. Academics in the field of Education for Sustainable Development: Their conceptions of sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, [s.l.], v. 184, p.321-332, maio 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.279>.

SOFESKA, Emilija. Relevant Factors in Sustainable Urban Development of Urban Planning Methodology and Implementation of Concepts for Sustainable Planning (Planning Documentation for the Master Plan Skopje 2001–2020). *Procedia Environmental Sciences*, [s.l.], v. 34, p.140-151, 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.proenv.2016.04.014>.

UNICEF BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm>.

UNITED NATIONS. **Goal 11: Make cities inclusive, safe, resilient and sustainable**. 2018. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/cities/>>.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. 2018. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>.

TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução à economia**. Ed. Rev. Atual. São Paulo: Makron Books, 2002.

VAN BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**. Vol. VII, nº 1 jan./jun. 2004, p. 67-88.

VAN VUUREN, Detlef P. et al. Pathways to achieve a set of ambitious global sustainability objectives by 2050: Explorations using the IMAGE integrated assessment model. *Technological Forecasting And Social Change*, [s.l.], v. 98, p.303-323, set. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2015.03.005>.

VASCONCELOS, Ana Cecilia Feitosa de; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Índice de desenvolvimento sustentável municipal participativo: uma aplicação no município de Cabaceiras – PB. **Revista Capital Científico** - Guarapuava - PR - V.9, nº. 2 - jul./dez. 2011 - ISSN 2177-4153. P. 83-97.

VASCONCELOS, Ana Cecilia Feitosa de. **Índice de desenvolvimento sustentável municipal participativo: uma aplicação no município de Cabaceiras – PB**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VAZ, Caroline Rodrigues; LEZANA, Alvaro Guillermo Rojas; MALDONADO, Mauricio Uriona. Comparação entre os relatórios GRI, IBASE e ETHOS no quesito meio ambiente. **Anais do V Simpósio de Engenharia de Produção - SIMEP 2017** - ISSN: 2318-9258. P. 1189-1207.

VERMA, Pramit; RAGHUBANSHI, A.s.. Urban sustainability indicators: Challenges and opportunities. *Ecological Indicators*, [s.l.], v. 93, p.282-291, out. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2018.05.007>.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**: Curitiba, 2002.

WAAGE, Jeff et al. Governing the UN Sustainable Development Goals: interactions, infrastructures, and institutions. *The Lancet Global Health*, [s.l.], v. 3, n. 5, p.251-252, maio 2015. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s2214-109x\(15\)70112-9](http://dx.doi.org/10.1016/s2214-109x(15)70112-9).

WULF, Christina et al. Sustainable Development Goals as a Guideline for Indicator Selection in Life Cycle Sustainability Assessment. *Procedia Cirp*, [s.l.], v. 69, p.59-65, 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.procir.2017.11.144>.

YANG, Bin; XU, Tong; SHI, Longyu. Analysis on sustainable urban development levels and trends in China's cities. *Journal Of Cleaner Production*, [s.l.], v. 141, p.868-880, jan. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.09.121>.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

ANEXOS

ANEXO A – CASES DEL

Cases DEL

Cidade	Projeto	Resultado Pretendido	Resultado Alcançado
Braço do Norte	Projeto: Estacionamento Rotativo - Área Azul Câmara técnica: Comercial e de Serviços Cidade: Braço do Norte Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto: <ul style="list-style-type: none"> • Implantar um sistema de estacionamento rotativo regularizado, no município de Braço do Norte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maximizar, igualar e democratizar a probabilidade de estacionamento para veículos cujos ocupantes se dirigem às compras, aos negócios, entre outros; • Disciplinar fluxo de tráfego, aumentar a produtividade do sistema viário e a economia de combustível; • Diminuir a incidência de veículos estacionados de forma irregular; • Gerar renda ao Fundo de Desenvolvimento Municipal; • Estimular e promover a atividade comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovado pelo Conselho.
Braço do Norte	Projeto: Campanha para vagas de estacionamento Câmara técnica: Comercial e de Serviços Cidade: Braço do Norte Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto: <ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar as pessoas sobre o estacionamento rotativo no município de Braço do Norte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o número de vagas de estacionamento em Braço do Norte; • Conscientizar os comerciantes e colaboradores da importância do estacionamento para os negócios; • Estimular e promover a atividade comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em execução.
Braço do Norte	Projeto: Vias de Acesso Rural Câmara técnica: Rural Cidade: Braço do Norte Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto: <ul style="list-style-type: none"> • Implantar um sistema de manutenção das estradas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção das estradas em condições adequadas ao trânsito; • Estímulo e promoção da atividade rural e da manutenção das famílias no campo; • Estabelecimento de uma agenda contínua e roteirizada de manutenção das estradas; • Melhorar a qualidade e a conservação dos serviços executados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovado pelo Conselho.

		<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma gestão compartilhada da manutenção das estradas. 	
Braço do Norte	<p>Projeto: Centro Administrativo para Prefeitura Câmara técnica: Urbano Cidade: Braço do Norte Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o projeto da Sede da Prefeitura e criar o Paço Municipal, concentrando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em um único local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Centralização dos serviços da Prefeitura; • Auxílio na diminuição do trânsito nas áreas centrais da cidade; • Ampliação das vagas de estacionamento para o comércio e serviços; • Facilidade de acesso aos serviços públicos; • Melhorar a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais; • Melhorar a gestão do Executivo em relação às suas Secretarias; • Redução das despesas com aluguéis de imóveis; • Melhoria na condição de trabalho dos servidores públicos; • Melhora na segurança pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto arquitetônico será realizado gratuitamente por uma universidade.
Braço do Norte	<p>Projeto: SOS Escolas Centro Administrativo para Prefeitura Câmara técnica: Educacional e Empreendedor Cidade: Braço do Norte Status do Projeto: Sim Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar manutenção preventiva e periódica nas escolas municipais e estaduais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das condições das instalações físicas das escolas; • Diminuição da necessidade de grandes reformas; • Agilidade na resolução de pequenas manutenções; • Melhoria dos índices de aprendizagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovado pelo Conselho.
Braço do Norte	<p>Projeto: Palestra Programa 5's Centro Administrativo para Prefeitura Câmara técnica: Serviços Públicos Cidade: Braço do Norte Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Servidores sensibilizados para qualidade; • Melhoria da cultura organizacional; • Aumento na produtividade e na qualidade dos serviços; • Diminuição da burocracia e do desperdício de materiais; 	<ul style="list-style-type: none"> • SEBRAE realizará palestra gratuitamente.

	<ul style="list-style-type: none"> Promover palestra de sensibilização sobre o programa 5's para os servidores da Prefeitura e da Câmara de Braço do Norte. 	<ul style="list-style-type: none"> Otimização do tempo; Disciplinar fluxo de tráfego de materiais e documentos. 	
Braço do Norte	<p>Projeto: Sistema de Pregão Eletrônico Câmara técnica: Serviços Públicos Cidade: Braço do Norte Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Implantar o sistema de pregão eletrônico para os processos licitatórios da Prefeitura. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da concorrência; Redução de custos dos objetos licitados; Maior segurança e transparência. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado pelo Conselho.
Campos Novos	<p>Projeto: Protocolo Transparente Câmara técnica: Desburocratização Cidade: Campos Novos Status do Projeto: Em análise Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Agilizar os projetos encaminhados ao Departamento de Engenharia, oferecendo condições para que a sociedade possa fazer o acompanhamento do processo por meio da internet. 	<ul style="list-style-type: none"> Após implantação do projeto piloto no departamento de engenharia, multiplicar para outros setores - preparando os técnicos; A implantação de um protocolo transparente, que possibilitará o acompanhamento dos projetos desde a entrada do protocolo e tem como finalidade resolver um dos grandes gargalos da administração pública, que é a falta de comprometimento no cumprimento dos prazos por parte da municipalidade; Ter um sistema informatizado que possibilite ao interessado acompanhar seu processo e ter condições de exigir a agilidade na análise, fará com que o próprio município seja beneficiado, pois ao final da implantação do empreendimento haverá um grande aquecimento econômico na cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentado e validado pelo Conselho.
Campos Novos	<p>Projeto: Segurança Integrada Câmara técnica: Inovação e Tecnologia Cidade: Campos Novos Status do Projeto: Implementando</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reunião com força de segurança municipal e empresas de segurança e promotoria e poder público explicando o objetivo do projeto; Pesquisar onde já existem modelos; 	<ul style="list-style-type: none"> Reunião com força de segurança municipal; Reunião com empresas de segurança;

	<p>Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Integrar as câmeras públicas e privadas instaladas no município para auxílio do monitoramento policial. 	<ul style="list-style-type: none"> Fazer um levantamento onde já existe sistema de segurança (câmeras externas); Reunião com comércio para explicar o projeto; Criar um padrão para compartilhamento com as empresas de segurança; Programa de incentivo às empresas que aderirem ao programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado pelo Conselho; Aprovado pela polícia militar e empresas de segurança.
Campos Novos	<p>Projeto: Revisão Plano Diretor Câmara técnica: Desenvolvimento Urbano Cidade: Campos Novos Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projetar Campos Novos para 2036. 	<ul style="list-style-type: none"> Propor melhorias no plano diretor municipal; Ter uma proposta de Planejamento Urbano; Parceria com órgãos públicos e privados; Identificar os principais problemas/gargalos do desenvolvimento urbano municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado pelo Conselho; Apresentação dos dados de georreferenciamento; Início de estudo do plano.
Campos Novos	<p>Projeto: Prêmio Campos Novos de Educação Câmara técnica: Educação Empreendedora Cidade: Campos Novos Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Tornar o município de Campos Novos referência na educação da região através do incentivo e da valorização da Educação; Mobilizar a comunidade camponovense em prol da melhoria contínua da educação do município. 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar proposta ao Executivo e Legislativo e instituir o Prêmio através de Lei Municipal; Nomear por decreto a Comissão Organizadora do Prêmio; Definir Regulamento; lançar o Prêmio dentro do Seminário Municipal de Educação; Premiar, alunos, profissionais, escolas, empresas e instituições parceiras, através da divisão em categorias; Ainda diferenciar as categorias: educação infantil, ensino fundamental I e II, Ensino Médio e Educação Especial; Tornar o prêmio anual. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado pelo Conselho.
Cunha Porã	<p>Projeto: Programa de Revitalização de Rodovias Municipais Câmara técnica: Câmara Técnica do Agronegócio</p>	<ul style="list-style-type: none"> Modernizar as rodovias municipais, permitindo melhorar o fluxo de veículos e pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> O projeto está em fase inicial de implantação, não sendo possível ainda mensurar os resultados propostos.

	<p>Cidade: Cunha Porã Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma legislação municipal específica para cuidar das rodovias municipais, definindo nomenclatura, localização e traçado, além das larguras mínimas para as principais estradas do município de Cunha Porã. 		
Cunha Porã	<p>Projeto: Diagnóstico do Agronegócio de Cunha Porã Câmara técnica: Câmara Técnica do Agronegócio Cidade: Cunha Porã Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma pesquisa para levantar as peculiaridades, gargalos, principais culturas e perspectivas do agronegócio do município de Cunha Porã. 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar informações para dar suporte e definir políticas públicas e investimentos no setor do agronegócio do município de Cunha Porã. 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto está em fase inicial de discussão e não é possível ainda mensurar resultados.
Cunha Porã	<p>Projeto: Fórum do Agronegócio Câmara técnica: Câmara Técnica do Agronegócio Cidade: Cunha Porã Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunir produtores, autoridades, empresários, estudantes, técnicos e especialistas no assunto para discutir e pensar o agronegócio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer subsídios a fim de modernizar cada vez mais o setor e implementar novas culturas e atividades para o agronegócio do município de Cunha Porã. 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto está em fase inicial, não sendo possível mensurar os resultados.
Cunha Porã	<p>Projeto: Plano Diretor Municipal Câmara técnica: Câmara Técnica da Infraestrutura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar as ações do poder público visando compatibilizar os interesses coletivos e garantir de forma mais justa os benefícios da 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto está em fase inicial, não sendo possível mensurar os resultados.

	<p>Cidade: Cunha Porã Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação do Plano Diretor do município de Cunha Porã. 	<p>urbanização, garantir os princípios da reforma urbana, direito à cidade e à cidadania, gestão democrática da cidade.</p>	
Cunha Porã	<p>Projeto: Coleta Seletiva de Lixo Plano Diretor Municipal Câmara técnica: Câmara Técnica da Infraestrutura Cidade: Cunha Porã Status do Projeto: Sim Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar a coleta seletiva de lixo no perímetro urbano de Cunha Porã. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontrar soluções para o lixo produzido em Cunha Porã, buscando REDUZIR a quantidade de lixo produzida; REUTILIZAR, dando uma nova utilidade para os materiais antes de descartá-los; RECICLAR, separando o lixo na coleta seletiva, que será encaminhado para se transformar em matéria prima para outros produtos e REPENSAR os hábitos de consumo e as consequências geradas ao meio em que vivemos. 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto está em fase inicial, não sendo possível mensurar os resultados.
Cunha Porã	<p>Projeto: Plano de Mobilidade Urbana Plano Diretor Municipal Câmara técnica: Câmara Técnica do Comércio, Indústria e Serviços Cidade: Cunha Porã Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar um sistema de mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar o perímetro urbano de Cunha Porã de um projeto viável de mobilidade urbana que traga eficiência, eficácia e efetividade na circulação de pessoas e veículos. Dar condições ao Poder Público Municipal de implementar políticas públicas que visem melhorar a qualidade de vida, bem como o desenvolvimento econômico do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto está em fase inicial, não sendo possível mensurar os resultados.
Getúlio Vargas	<p>Projeto: Análise de Oportunidades de Negócios em Getúlio Vargas Câmara técnica: Desenvolvimento Empresarial Cidade: Getúlio Vargas Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as principais oportunidades de negócios em Getúlio Vargas; • Realizar parceria com a Faculdade IDEAU para desenvolvimento de trabalhos científicos, nas principais áreas identificadas no resultado da pesquisa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificadas seis oportunidades de negócios em ascensão em Getúlio Vargas; • Realização de parceria com a Faculdade IDEAU para trabalhar os principais pontos

	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma Pesquisa nas empresas de Getúlio Vargas, para: • Conhecer o que as empresas estão buscando (produtos e serviços) fora de Getúlio Vargas; • Entender o porquê de as empresas buscarem produtos e serviços fora; • Buscar sugestões do que está faltando em Getúlio Vargas (produtos e serviços); • Identificar e mapear as atividades e produtos afins; • Criar um “banco de dados e informações” para oportunizar empresas, pessoas e organizações no desenvolvimento empresarial do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar rodadas de diálogo com os empresários de Getúlio Vargas para apresentação dos resultados; • Colocar à disposição da comunidade o resultado da pesquisa, juntamente com os trabalhos científicos elaborados, com o intuito de incentivar a abertura de novas empresas e/ou ampliação das já estabelecidas. 	<p>encontrados, através de Estudos de Viabilidade dos negócios;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização do I Workshop de Empreendedorismo de Getúlio Vargas, juntamente com o Sebrae.
Getúlio Vargas	<p>Projeto: Prêmio Municipal de Educação no Trânsito Câmara técnica: Educação e Qualificação Profissional Cidade: Getúlio Vargas Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a produção de trabalhos voltados ao tema trânsito, estimulando crianças, jovens e adultos, do município de Getúlio Vargas a refletirem sobre o trânsito no contexto da cidade, da sua relação com o meio ambiente e na qualidade de vida, de modo a contribuir para a adoção de comportamentos e sedimentação de hábitos que tornem o 	<ul style="list-style-type: none"> • Atingir todas as escolas do município; • Realizar o prêmio anualmente durante a Semana Nacional do Trânsito, como parte do Calendário de Eventos do Município; • Tornar o tema trânsito parte dos currículos escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2017, o Prêmio realiza sua terceira edição; • Nas edições anteriores, mais de 200 trabalhos foram inscritos e entregues para julgamento; • O julgamento dos trabalhos é realizado conforme categoria, com banca examinadora composta de autoridades em trânsito de diversos órgãos do Rio Grande do Sul; • Os vencedores são premiados com medalhas, certificados e

	<p>trânsito mais seguro, civilizado e humano, resultando na redução do número de acidentes, de feridos e de mortos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despertar nos alunos o interesse pelo desenvolvimento de estudos e de pesquisas em projetos de sistemas e ou de dispositivos que visem à circulação de bicicletas, veículos automotores que ofereçam maior segurança aos usuários e pedestres. 		<p>brindes proporcionados por empresas parceiras;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Prêmio atendeu à solicitação do CETRAN – RS, o qual exige que as escolas, através do COMTRAN, Conselho Municipal de Trânsito, possuam atividades de educação no trânsito em seus currículos.
Getúlio Vargas	<p>Projeto: Rústica Cidade de Getúlio Vargas Câmara técnica: Saúde Cidade: Getúlio Vargas Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualidade de vida dos adeptos ao esporte, em especial os corredores, além da comunidade em geral, proporcionando a expansão da prática desportiva desta modalidade no município e região; • Fortalecer o intercâmbio esportivo, educacional e cultural entre os participantes; • Desenvolver nos competidores o companheirismo, o respeito às regras e a vivência da cidadania através de uma atividade diferenciada; • Incentivar a participação de crianças em vulnerabilidade social que através da prática esportiva possam desenvolver os 	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar o município conhecido na prática esportiva, atraindo atletas de outras regiões; • Realizar anualmente o evento, no mês de agosto, tornando-o parte das atrações do município; • Attingir o maior número possível de inscritos; • Arrecadar alimentos através das inscrições para o Programa Mesa Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizou-se duas edições do evento (2015 e 2016) e em 2017 acontecerá a terceira edição; • Em 2015 o evento contou com 100 inscritos e em 2016 atingiu-se a marca dos 300 inscritos, com participantes de toda a região Sul; • O evento, a partir de 2016, faz parte do calendário estadual de Rústicas, o que o tornou mais visível. O evento acontece em parceria com empresas, as quais patrocinam o evento.

	<p>aspectos socioemocionais na formação do indivíduo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propiciar um momento de confraternização entre praticantes e população; • Tornar o município que sediará o evento conhecido em todo o Estado e região Sul do Brasil. 		
Iporã do Oeste	<p>Projeto: Cooperativa de Energia Renovável Câmara técnica: Indústria e Comércio Cidade: Iporã do Oeste Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produzir energia de maneira sustentável, limpa, que não agrida o meio ambiente, e distribuir aos associados a um preço menor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser a primeira cooperativa criada para distribuição de energias renováveis no oeste catarinense, e ser reconhecida pela geração de energias que não agridem o meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano de negócios e do estatuto da cooperativa.
Iporã do Oeste	<p>Projeto: Cobertura da praça Balduino Wandscheer Câmara técnica: Infraestrutura Cidade: Iporã do Oeste Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colocar placas solares sobre a cobertura da rua. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar à comunidade local maior interação com os diversos grupos existentes; • Dispor de espaço adequado para a realização de eventos; • Complementar a estrutura municipal já existente como a praça pública e os prédios municipais; • Trazer a cultura recreativa mais presente no dia a dia dos munícipes; • Impedir que grupos mal-intencionados e com espírito destrutivo se apropriem do espaço público, inibindo aos demais cidadãos de frequentar o local; • A área coberta terá cerca de 50 metros de comprimento, com arquibancadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do projeto e encaminhamento ao Executivo, que está buscando os recursos financeiros necessários para execução do projeto. • Obs.: Este projeto tem como foco principal o incentivo e valorização da cultura e realização de eventos da comunidade de Iporã do Oeste. A estrutura do telhado será projetada para a colocação de placas solares utilizadas na geração de energia renovável e também

		<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura da cobertura também será utilizada para coleta de água da chuva, utilizando-se do modelo de cisterna desenvolvido pela Câmara Técnica da Infraestrutura, em que a água é captada por calhas e dutos do telhado, passa por filtros e vai para a cisterna, onde fica armazenada para posterior utilização na irrigação das flores e plantas da Praça; • A energia produzida pelas placas solares será utilizada na praça Reinoldo Ruschel e na própria rua coberta no período noturno, em caso de sobras de energia a mesma será direcionada para os prédios públicos. 	na captação de água da chuva.
Iporã do Oeste	<p>Projeto: Rota do turismo Caminhos da Fronteira Câmara técnica: Turismo e Cultura Cidade: Iporã do Oeste Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserir o município na rota de turismo Caminhos da Fronteira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Para trabalhar o turismo no município, conseguir recursos para trabalhar projetos de prospecção do turismo, precisa estar cadastrado junto aos órgãos competentes do setor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iporã do Oeste faz parte da Rota Caminhos da Fronteira. • Obs.: o primeiro passo necessário para desenvolver o turismo no município foi incluí-lo nesta rota.
Iporã do Oeste	<p>Projeto: Revitalização das Praças Municipais Câmara técnica: Turismo e Cultura Cidade: Iporã do Oeste Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revitalizar as três praças municipais, visando criar ambientes que estimulem o convívio familiar, a prática de atividades ao ar livre em um ambiente limpo e livre de perigos, aumentando a qualidade de vida dos munícipes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 70% a iluminação do local; • Aumentar em 100% a coleta de água no local; • Desenvolver ao menos 1 atividade cultural ao mês no local; • Aumentar em 70% o número de acomodações; • Aumentar em 80% o número de lixeiras; • Aumentar em 50% o aproveitamento do parquinho infantil; • Mobilizar entidades para promover a manutenção do ambiente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do projeto e encaminhado ao Executivo, que está buscando recursos para execução do projeto. • Obs.: As entidades envolvidas se comprometem em realizar ações de conscientização para manutenção do espaço e promoção de eventos culturais e atividades

		<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir em 90% o uso do local para o consumo de drogas; • Inibir os atos de vandalismo no local. 	esportivas visando estimular a visitação do ambiente.
Iporã do Oeste	<p>Projeto: Parceria Consulado Romênia Revitalização das Praças Municipais Câmara técnica: Turismo e Cultura Cidade: Iporã do Oeste Status do Projeto: Sim Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estreitar parceria com Consulado Romeno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Outdoor consulado Romeno; • Intercâmbio na Romênia de estudante de jornalismo (divulgar língua romena); • Monumento ao Imigrante Romeno; • Realização de concerto Romeno; • Implantação da rádio Web (divulgação da cultura romena); • Cidade coirmã Iporã do Oeste - cidade romena; • Centro multicultural romeno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio do Cônsul para construção dos projetos, e de especialista na elaboração de projetos romenos. • Obs.: a ideia é partir da construção de pequenos projetos, para chegar no projeto maior de longo prazo, que é a construção do centro multicultural.
Iporã do Oeste	<p>Projeto: Cisternas Revitalização das Praças Municipais Câmara técnica: Infraestrutura Cidade: Iporã do Oeste Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta de água da chuva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto cisternas (coleta da água da chuva em edificações já existentes, e para novas edificações). 	<p>Elaboração do projeto disponível.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obs.: Problema: falta de água constante. • A pesquisa realizada em 2013, mostrou que 77% da população da cidade de Iporã do Oeste está insatisfeita com o fornecimento da água pela CASAN; • Segundo relatório da ONU feito em 2015, a escassez de água afetará dois terços da população mundial em 2050; • Cisterna é considerada uma das melhores e mais eficazes alternativas quando o assunto é economizar água e pode ser

			instalada em casas, apartamentos e condomínios.
Iporã do Oeste	<p>Projeto: pesquisa sobre potencial hídrico do município Câmara técnica: Água Cidade: Iporã do Oeste Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o potencial hídrico do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir da pesquisa identificar a quantidade de fontes, nascentes protegidas ou não, poços, poços artesianos, e para quais fins utilizava a água (bovino cultura, suíno cultura, avicultura, irrigação, doméstico...). 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem-se um diagnóstico aproximado por comunidade da quantidade de fontes/nascentes, nascente protegidas, poços, açudes... • A partir desta análise realizar projetos de proteção de fontes; reservatórios de água por bairro; cisternas (principalmente nas novas edificações). <p>Obs.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Problema: falta de água constante. • A pesquisa realizada em 2013 mostrou que 77% da população da cidade de Iporã do Oeste está insatisfeita com o fornecimento da água pela CASAN.
Itá	<p>Projeto: Ciclo de Palestras para empresários e investidores Câmara técnica: Desenvolvimento empresarial Cidade: ITA Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trazer informações para os empresários locais sobre planejamento tributário e empreendedorismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminar informações aos empresários e investidores; • Aproximar os empreendedores da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 100 participantes; • Boa aceitação do público e motivação local; • Clarificação dos assuntos fundamentais para investimentos locais.
Itá	<p>Projeto: Patrulha agrícola Câmara técnica: Agronegócio</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o atendimento dos produtores rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior agilidade no atendimento dos serviços;

	<p>Cidade: ITA Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar 7 associações. 		<ul style="list-style-type: none"> • Entrega de equipamentos para ser gerenciados pelos próprios agricultores.
Itá	<p>Projeto: Plano de preservação do patrimônio arquitetônico Câmara técnica: Turismo Cidade: Itá Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservar e incentivar novas construções a seguir a arquitetura definida para a cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter as características arquitetônicas da cidade de Itá. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do seminário de arquitetura que envolve várias universidades através de projetos voltados aos objetivos de manter a arquitetura da cidade.
Itá	<p>Projeto: Placas de identificação Câmara técnica: Turismo Cidade: Itá Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os pontos turísticos através de uma marca, utilizando a pedra fundamental como referência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a identificação dos pontos turísticos; • Padronizar a identidade visual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos pontos turísticos; • Disseminação da marca Itá.
Itá	<p>Projeto: Recicle Itá Câmara técnica: Sustentabilidade Cidade: Itá Status do Projeto: Sim Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recolher e dar destino correto ao lixo reciclável e óleo de cozinha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta e destinação adequada ao lixo reciclável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva da população na coleta do lixo reciclável; • Mais 01 tonelada de lixo eletrônico coletado e encaminhado para reciclagem; • Coleta de mais de 500 litros de óleo de cozinha; • Engajamento da escola municipal e dos alunos da rede municipal.

Itá	<p>Projeto: Escola sustentável Câmara técnica: Sustentabilidade e Energias renováveis Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar um projeto de iluminação através de sistema fotovoltaico no telhado da escola Valentim Bernardi; • Conscientizar a comunidade escolar sobre a educação energética. 	<ul style="list-style-type: none"> • A cidade de Itá é um município planejado e com vocação turística em torno dos atrativos relacionados à Barragem de Itá e suas fontes de água termal; • Com o propósito de ser tornar a cidade mais sustentável do Brasil e a Capital da Energia Renovável, diversas iniciativas são investidas nessa direção. Educação é uma das prioridades da gestão pública e, nesse sentido, o Projeto Escola Sustentável Valentim Bernardi tem como objetivo tornar-se referência em eficiência energética, através de ações de educação energética e implantação de um sistema de placas fotovoltaicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Itá	<p>Projeto: Política/projeto para estimular a implantação de energias renováveis, sustentáveis e inovadoras. Câmara técnica: Sustentabilidade e Energias renováveis Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar meios de incentivos para a implantação de energias renováveis, sustentáveis e inovadoras para os municípios e empresas da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Itá é um município que possui diversas formas de geração de energia, que garante a sustentabilidade e a renovação de recursos, reduzindo a destruição do ecossistema, conseguindo um custo-benefício não somente para os municípios e empresas que o utilizam, mas também para o planeta como um todo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Itá	<p>Projeto: Criação do Getur (Grupo de estudos e trabalho para o turismo) Câmara técnica: Turismo Cidade: Itá Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o Turismo; • Melhorar a implementação dos projetos aprovados no conselho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais foco na execução das atividades previstas; • Alcance de realizações dos projetos e estudos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a implementação dos projetos criados ou encaminhados pela Câmara Técnica. 		
Itá	<p>Projeto: Planejamento do Uso do Entorno do Lago Câmara técnica: Turismo Cidade: Itá Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a utilização sustentável das margens; • Ampliar as atividades turísticas; • Permitir investimentos públicos e privados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo da legislação existente e apresentação de proposta que permita a liberação para uso sustentável da beira do lago; • Acompanhar o replanejamento que está sendo revisto pelo Consórcio da Usina; • Provocar a participação da comunidade nas audiências públicas promovidas para este fim; • Incentivar a possibilidade de melhoria e ampliação dos acessos, criação de atratividades, tais como trilhas ecológicas, equipamentos de atracação de barcos e espaços de contemplação com acessibilidade a portadores de necessidades especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Itá	<p>Projeto: Roteiro de Turismo Energético Câmara técnica: Turismo Cidade: Itá Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um roteiro turístico em Itá, com locais que evidenciem a produção e o consumo consciente da energia elétrica no município. 	<ul style="list-style-type: none"> • A cidade de Itá é um município planejado e com vocação turística em torno dos atrativos relacionados a Barragem de Itá e suas fontes de água termal. Com o propósito de ser tornar a cidade mais sustentável do Brasil e a Capital da Energia Renovável, diversas iniciativas são investidas nessa direção. Entre elas está a criação de um Roteiro de Turismo Energético, que envolva e valorize as iniciativas, que tenham como princípio o uso de tecnologias energéticas inovadoras e sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Itá	<p>Projeto: Reaproveitamento dos resíduos da construção civil, recicláveis e orgânicos Câmara técnica: Sustentabilidade e Energias renováveis Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reaproveitamento de materiais difíceis de decomposição, todo lixo não orgânico pode levar anos para se decompor, causando riscos e até mesmo contaminação. Ainda, aproveitar para que recursos naturais disponíveis não se 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.

	<p>Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar destino correto e reaproveitar os materiais que sobram nas construções civil, as embalagens recicláveis e as sobras de materiais orgânicos do município de Itá. 	<p>esgotem: retirar da natureza apenas o necessário sem agredir.</p>	
Itá	<p>Projeto: Projeto Área Industrial – I e II Câmara técnica: Desenvolvimento empresarial e atração de investimento Cidade: Itá Status do Projeto: Em análise Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar a implantação das áreas industriais previstas no Planejamento Municipal; • Atrair empresas com produção não poluente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a implantação da área industrial I destinada a realocar as indústrias instaladas nas áreas residenciais de Itá; • Promover a implantação da área industrial II destinada a atrair novas indústrias para o município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Itá	<p>Projeto: Cadeia Produtiva de Clientes de Itá Câmara técnica: Desenvolvimento empresarial e atração de investimento Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a produtividade e o consumo de toda a cadeia produtiva local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realinhar os setores econômicos de toda a cadeia produtiva para uma visão de estruturação da integração destes elos, utilizando os dados de consumo local, fomentando a valorização da produção e comercialização local através da criação de Associação de Produtores, disseminando a cultura na cadeia produtiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Itá	<p>Projeto: Programa de Empreendedorismo Câmara técnica: Desenvolvimento empresarial e atração de investimento Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular o empreendedorismo local e reter os talentos de Itá. 	<ul style="list-style-type: none"> • Devido à dificuldade dos jovens terem acesso às informações e práticas de empreendedorismo, que atualmente é fator fundamental para o desenvolvimento de novos negócios em uma região, propõe-se a instituição de legislação específica buscando implementar na grade curricular escolar cadeiras voltadas ao desenvolvimento. Como 	<ul style="list-style-type: none"> • Enviado para o Conselho.

		passo seguinte, a criação de um ambiente voltado ao apoio para a implantação de novas startups, com a criação de um clube de investimento.	
Itá	<p>Projeto: Melhoria de Infraestrutura Câmara técnica: Desenvolvimento empresarial e atração de investimento Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar autoridades competentes da importância do acesso asfáltico entre Aratiba /RS e Itá/SC. 	<ul style="list-style-type: none"> Destravar o desenvolvimento econômico da região, por meio da melhoria da infraestrutura regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Em estudo.
Itá	<p>Projeto: Serviço de Inspeção Municipal - SIM Câmara técnica: Agronegócios Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Instituir o SIM (Serviço de Inspeção Municipal) no município. 	<ul style="list-style-type: none"> Atestar a qualidade sanitária dos produtos animal e vegetal produzidos no município. 	<ul style="list-style-type: none"> Em planejamento.
Itá	<p>Projeto: Produtos Hortifrutigranjeiros Câmara técnica: Agronegócios Cidade: Itá Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliar mercados diversificando a produção e qualificar os produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> Ser autossuficiente na produção de hortifrutigranjeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Em projeto.
Itá	<p>Projeto: Leite e Derivados Câmara técnica: Agronegócios Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a base do setor primário da bovinocultura leiteira em cerca de 700 produtores rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> Em estudo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar mercados dos produtores por meio de melhoria do processo produtivo e agregação de valor. 		
Itá	<p>Projeto: Desenvolvimento do Turismo Rural Câmara técnica: Agronegócios Cidade: Itá Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar o produtor para diversificação com foco no turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação das propriedades rurais; • Criação do roteiro integrado de turismo rural (Simon e Passo Uvá); • Geração de renda e manutenção das famílias na atividade rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em projeto.
Rolante	<p>Projeto: Cadastro Ambiental Rural - Apoio técnico Câmara técnica: Desenvolvimento rural Cidade: Rolante/RS Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar, através da infraestrutura existente na Secretaria de Agricultura, o Cadastro Ambiental Rural para facilitar o acesso das famílias agricultoras a programas de incentivo e fomento ao crédito rural e a comercialização para alimentação escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o CAR em 50% das propriedades rurais com base na agricultura familiar; • Desenvolver campanha publicitária nos veículos de comunicação local para acesso das famílias agricultoras ao CAR. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do CAR para aproximadamente 40 famílias agricultoras familiares com até 1 módulo fiscal.
Rolante	<p>Projeto: Plano Diretor Participativo Câmara técnica: Plano Diretor Cidade: Rolante/RS Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e Aprovar Plano Diretor Participativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação da Câmara Técnica do PD; • Reestruturação do processo de construção do Plano Diretor de Rolante; • Quebra do contrato com a empresa que havia vencido a licitação em 2013 para fazer o Plano diretor de Rolante; • Entrada de uma ação judicial de devolução dos recursos pagos pelo município a empresa anterior; 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantado processo de construção do Plano Diretor de Rolante (Setembro/2015); • Quebra do contrato com a empresa que havia vencido a licitação em 2013 para fazer o Plano diretor de Rolante (maio/2015); • Entrada de uma ação de devolução dos recursos.

		<ul style="list-style-type: none"> • Construção e Aplicação de pesquisa sobre as percepções dos moradores de Rolante sobre a cidade para o PD; • Aplicação pelos agentes de saúde de mais de 300 questionários; • Estruturação da equipe técnica da prefeitura (considerando o processo de maior aproveitamento das capacidades e recursos locais); • Levantamento e análise de dados; • Construção do Código Posturas; • Construção do Código de Obras; • Realização de 07 audiências públicas locais para estruturação da coleta das perspectivas da população em relação às demandas do PD. Participação de mais de 1% da população. • Aprovação do Plano Diretor na Câmara de Vereadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obs.: Economia aos cofres públicos aproximada de R\$ 150 mil.
Salto Veloso	<p>Projeto: Mapeamento Turístico Câmara técnica: Turismo Cidade: Salto Veloso Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elencar os pontos turísticos da cidade de Salto Veloso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os pontos dentro e fora do município, oportunizando melhor identificação e facilitando o acesso a estes locais pelos visitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi impressa uma quantidade mínima e entregue aos participantes do seminário realizado em dezembro, e alguns exemplares estão na Prefeitura e com a Câmara técnica.
Salto Veloso	<p>Projeto: Embelezamento das Residências Câmara técnica: Turismo Cidade: Salto Veloso Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dar o exemplo, para que todos os munícipes participem, embelezando suas residências e em consequência a cidade fica bonita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Repercutiu bem na cidade onde facilitou para que mais pessoas seguissem o exemplo.

	<ul style="list-style-type: none"> • Embelezar os jardins, fachadas das casas e empresas dos participantes da câmara técnica. 		
Salto Veloso	<p>Projeto: Revitalização do Parque do Salto Câmara técnica: Turismo Cidade: Salto Veloso Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revitalizar o Parque do Salto, principal ponto turístico da cidade, que traz o nome do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o parque limpo e bonito para os visitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizados vários mutirões de limpeza e encaminhado ofício de subvenção ao Natalino Lazzari para melhorias da passarela e iluminação.
Salto Veloso	<p>Projeto: Diagnóstico Rural Câmara técnica: Agronegócios Cidade: Salto Veloso Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar a real situação das 265 propriedades do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover possíveis mudanças e melhorias no setor. 	<ul style="list-style-type: none"> • O diagnóstico está em andamento.
Salto Veloso	<p>Projeto: Implantação ISO 9001 na Administração Municipal Diagnóstico Rural Câmara Técnica: Desburocratização Cidade: Salto Veloso Status do Projeto: Sim Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratar empresa especializada para implantar a ISO 9001 na administração pública municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os procedimentos técnicos padrões, maior engajamento de equipe e maior qualidade no serviço público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Até o momento foi realizada a apresentação do projeto.
Salto Veloso	<p>Projeto: Fórum das Águas Diagnóstico Rural Câmara Técnica: Infraestrutura, Urbanismo, Investimento e Meio Ambiente Cidade: Salto Veloso Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alertar a população sobre os cuidados com a água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Com o seminário empresário do município, está em estudos e análise para criar empresa de coleta seletiva de lixo na cidade.

	<ul style="list-style-type: none"> Realizar um seminário com palestras com representantes da CASAN, polícia ambiental e empresa de coleta seletiva de lixo. 		
São Carlos	<p>Projeto: Revisão e atualização do Plano Diretor Câmara Técnica: Infraestrutura Cidade: São Carlos Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Atualizar o Plano Diretor do município. 	<ul style="list-style-type: none"> Modernização do documento Plano Diretor. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo da parte do código de postura do município.
São Carlos	<p>Projeto: Energia sustentável na agricultura Câmara técnica: Agronegócio Cidade: São Carlos Status do projeto: Implementando Objetivo do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivar a instalação de pequenas geradoras de energia nas propriedades rurais - fotovoltaicas, biodigestores, parafuso de arquimedes etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade ambiental e estabilidade de energia rural. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizado primeiro seminário de energias na agricultura.
São Carlos	<p>Projeto: Laboratórios técnicos e científicos Câmara técnica: Educação Cidade: São Carlos Status do projeto: Em análise Objetivo do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Viabilizar a instalação de laboratórios tecnológicos e científicos que atendam toda a rede de ensino dos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a formação e a motivação técnica dos professores e alunos do ensino municipal dos municípios de Águas de Chapecó e São Carlos. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborado o projeto para captar recursos.
São Carlos	<p>Projeto: Revitalização do turismo Câmara técnica: Turismo Cidade: São Carlos Status do projeto: Implementando Objetivo do projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Viabilizar atividades turísticas no Balneário de Pratas. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizado curso de preparação de peixes, programado Festa do Peixe.

	<ul style="list-style-type: none"> • Reativar atividade econômica do turismo no município. 		
São Carlos	<p>Projeto: Fortalecimento político - revitalização do turismo Câmara técnica: Conselho de desenvolvimento Cidade: São Carlos Status do projeto: Não Objetivo do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unir as forças políticas partidárias em torno de projetos que desenvolvam o município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a rivalidade política partidária no município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não alcançado.
Seara	<p>Projeto: Seara 2035 Câmara técnica: Marketing Cidade: Seara Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar envolvimento da comunidade com o projeto DEL em Seara. 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da população nas ações das câmaras técnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de logo, impressão de adesivos promocionais, realização de eventos com a identificação da marca Seara 2035.
Seara	<p>Projeto: Rotas Turísticas Câmara técnica: Agronegócio Cidade: Seara Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar 03 rotas turísticas de aproveitamento das atividades desenvolvidas pelas comunidades do interior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formatado e em andamento a primeira rota turística que contempla a comunidade de Nova Teutônia. • Obs.: Parceria com o SEBRAE.
Seara	<p>Projeto: Atualização do Plano Diretor Câmara técnica: infraestrutura Cidade: Seara Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisar o Plano Diretor do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar tecnicamente e ajustar o Plano Diretor do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promovidos debates e estudos com os vereadores do município, tendo em vista que o mesmo já estava na etapa de aprovação na Câmara de Vereadores.
Seara	<p>Projeto: Investimento em Seara Câmara técnica: Investimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de indústrias de processamento de madeira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de implantação de indústria de Carvão Vegetal.

	<p>Cidade: Seara Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar a implantação de novos negócios no município. 		
Seara	<p>Projeto: Formação do Indivíduo Investa em Seara Câmara técnica: Educação Cidade: Seara Status do Projeto: Sim Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismo de qualificação nas escolas que melhorem a formação do cidadão. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e manter a qualidade da formação educacional no município. 	<ul style="list-style-type: none"> Realizado seminário de capacitação tecnológica dos professores da rede de educação.
Seara	<p>Projeto: Hospital de Referência Investa em Seara Câmara técnica: Comércio e serviços Cidade: Seara Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar a utilização do hospital de Seara pela região com a realização de atendimentos e cirurgias por especialistas e obtenção do reconhecimento como referência na região. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do comércio por atração e retenção da população que sai para ser atendida em saúde em outros centros. 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha de conscientização e aumento do número de especialistas atendendo.
Taió	<p>Projeto: Reestruturação do Plano Diretor Câmara técnica: Câmara Técnica da Infraestrutura Cidade: Taió Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a revisão da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município, por 	<ul style="list-style-type: none"> Planejar o crescimento ordenado da cidade; Garantir o fortalecimento econômico e a valorização das potencialidades locais; Promover a participação dos moradores; Incentivar a cooperação social, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> Em estudo.

	meio de articulação das diversas políticas públicas existentes, fazendo-as convergir para uma única direção.		
Taió	<p>Projeto: Diagnóstico nas escolas Câmara técnica: Câmara Técnica da Saúde Cidade: Taió Status do Projeto: Em análise Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar o índice de crianças e adolescentes envolvidos com drogas ilícitas e conhecer a real situação das dificuldades encontradas, por meio de ações educativas e de promoção da saúde em conjunto com professores, direção das escolas e familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar as crianças por meio de palestras e oficinas; • Melhoria no rendimento escolar; • Recuperação da autoestima e da confiança; • Diminuição da repetência escolar; • Conscientizar os alunos sobre os riscos e danos causados pelas drogas; • Sensibilizar a família sobre a importância da participação dos pais nas escolas e na vida dos filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Taió	<p>Projeto: Hidroginástica para a saúde Câmara técnica: Câmara Técnica da Saúde Cidade: Taió Status do Projeto: Em análise Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a prática de uma atividade física, que venha promover a saúde, a qualidade de vida e a longevidade do indivíduo, através das propriedades físicas da água, e da diminuição do impacto sobre as articulações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar a diminuição de dor e melhorar a disposição; • Melhoria na capacidade aeróbica, muscular e nas articulações; • Diminuição do uso de medicamentos; • Diminuição do sedentarismo; • Aumento da qualidade do sono. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Taió	<p>Projeto: Hebiatria nas escolas Câmara técnica: Câmara Técnica da Saúde Cidade: Taió Status do Projeto: Em análise Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a formação psicossocial dos adolescentes, em face do 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um espaço Teen dentro da escola; • Possuir um quadro de profissionais atuantes na área da saúde; • Promover a assistência especializada aos adolescentes; • Prevenir e orientar quanto às doenças nessa faixa de idade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.

	crescimento acelerado, mudanças hormonais e físicas e também das questões emocionais, de caráter psicológico e comportamental, orientando e dando apoio.		
Taió	<p>Projeto: Diagnóstico do agronegócio Câmara técnica: Câmara Técnica do Agronegócio Cidade: Taió Status do Projeto: Sim Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obter um panorama da atual situação do meio rural e quais as perspectivas e os interesses dos agricultores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar novas oportunidades de negócio; • Incentivar o associativismo e o cooperativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Taió	<p>Projeto: Seminário do Desenvolvimento Rural Câmara técnica: Câmara Técnica do Agronegócio Cidade: Taió Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar e estimular a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Levar conhecimento técnico e motivacional às famílias do campo; • Estimular o produtor a procurar cursos de aperfeiçoamento do setor; • Aumentar a renda mediante a melhoria da produtividade; • Incentivar a sucessão familiar; • Gerar melhorias nas condições de vida do produtor e de sua família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Taió	<p>Projeto: Confinamento do macho de leite Câmara técnica: Câmara Técnica do Agronegócio Cidade: Taió Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar uma alternativa para o incremento na renda do gado leiteiro, 	<ul style="list-style-type: none"> • Agregar renda à atividade leiteira; • Gerar um aumento dos ganhos financeiros, em vez do descarte do animal; • Diminuir a incidência de sacrifícios e descartes de bovino de leite, visando o bem-estar animal; • Estimular a utilização correta do colo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.

	através do confinamento do bezerro macho, em vez de seu descarte.		
Taió	<p>Projeto: Restauração da Ponte Roberto Machado Câmara técnica: Câmara Técnica do Turismo Cidade: Taió Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Restaurar a Ponte Roberto Machado mantendo as características originais a fim de preservar a história dos antepassados. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a história e a arquitetura do Município; Atrair turistas; Fomentar a economia local; Proteção legal do bem de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental; Valorização da cultura local; Incentivo a novos produtos turísticos regionais e integrados; Agregar valor ao turismo regional, “Caminhos do Alto Vale” e demais regiões; Aumento da segurança para os pedestres e ciclistas. 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização a favor da restauração da Ponte; Iluminação em seu interior; Confecção de camisetas em apoio ao renascer da Ponte; Proximidade entre o Poder público e a sociedade; Matéria divulgada na RBA TV.
Taió	<p>Projeto: Mirante/Museu Barragem Oeste Câmara técnica: Câmara Técnica do Turismo Cidade: Taió Status do Projeto: Em análise Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o uso adequado do espaço físico da Barragem Oeste, a partir da construção do Mirante/Museu, criando uma alternativa de segmentação turística para o município. 	<ul style="list-style-type: none"> Agregar valor ao turismo regional, “Caminhos do Alto Vale” e demais regiões; Servir de local para exposições do acervo das três Barragens e demais; Proporcionar através do quiosque existente dentro da construção do Mirante o aumento de renda e empregos diretos e indiretos aos moradores locais com a venda e exposição de produtos. Valorizar o potencial turístico-cultural existente. 	<ul style="list-style-type: none"> Permanência da Ponte de arco que se encontra de frente para a Barragem. Obs.: Por iniciativa da CTT, a Ponte que se encontra na Barragem será restaurada. Ponte esta que seria demolida ou transferida de local.
Taió	<p>Projeto: Resgate do Museu Paleo-arqueológico Câmara técnica: Câmara Técnica do Turismo Cidade: Taió Status do Projeto: Implementado Objetivo do Projeto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Valorização da história; Incentivar a visitação e a preservação dos sítios paleontológicos; Melhorias na infraestrutura local e meio ambiente; 	<ul style="list-style-type: none"> Visitação ao Museu, inclusive em finais de semana por agendamento. Divulgação do fóssil exclusivo de Taió.

	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar a importância dos fósseis localizados no município, bem como dos sítios paleontológicos existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a preservação importantes áreas naturais; • Tornar a <i>Heteropecten Catharinae</i> (fóssil exclusivo de Taió em suas dimensões), um símbolo municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obs.: O Museu de Taió encontrava-se fechado, sendo hoje um local de grande valor histórico.
Taió	<p>Projeto: Rally de Regularidade "Um passeio pela História"</p> <p>Câmara técnica: Câmara Técnica do Turismo</p> <p>Cidade: Taió</p> <p>Status do Projeto: Implementado</p> <p>Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e divulgar os atrativos turísticos por meio do Rally de Regularidade, incentivando a valorização e o resgate histórico do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da história e cultura locais; • Mobilizar e explorar as potencialidades locais; • Contribuir para elevar as oportunidades sociais e econômicas; • Impulsionar e fortalecer a identidade local; • Capacitar profissionais e outros agentes de turismo; • Melhorar aspectos de infraestrutura e meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Rally de Regularidade realizado pelo Núcleo de Jovens Empreendedores de Taió em parceria com a CTT, divulgando a rota turística no município.
Taió	<p>Projeto: Melhorias no Trânsito Rally de Regularidade "Um passeio pela História"</p> <p>Câmara técnica: Câmara Técnica da Infraestrutura</p> <p>Cidade: Taió</p> <p>Status do Projeto: Sim</p> <p>Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar planejamento sobre a malha viária, as vias de acesso e de circulação da área central da cidade, visando organizar estacionamentos, tráfego e acessos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o fluxo no trânsito local; • Assegurar maior segurança aos pedestres e motoristas; • Organizar o fluxo de veículos e aperfeiçoar áreas de estacionamentos secundários; • Reduzir incidentes gerados pelas medidas reduzidas de algumas ruas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças no sentido das ruas; • Aplicação das sugestões propostas no projeto de requalificação da Cel. Feddersen; • Proximidade entre o Poder público e a sociedade. • Obs.: O poder Público buscou adequar as sugestões da CTI ao projeto de Requalificação da Rua Coronel Feddersen, que se encontra em execução.
Taió	<p>Projeto: Municipalização da água Rally de Regularidade "Um passeio pela História"</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tarifas mais baratas; • Gerar maior arrecadação para o município; 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.

	<p>Câmara técnica: Câmara Técnica da Infraestrutura Cidade: Taió Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a viabilidade econômico-financeira e operacional, para melhorar a eficiência no serviço de água e saneamento básico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade nos serviços de fornecimento de água; • Implantar um sistema de saneamento mais eficiente. 	
Taió	<p>Projeto: Alternativas Trans enchentes Câmara técnica: Câmara Técnica da Infraestrutura Cidade: Taió Status do Projeto: Em estudo Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapear e apresentar alternativas para a problemática da acessibilidade durante o período de enchentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar acessos urbanos e intermunicipais; • Facilitar os acessos a Hospitais, unidades de saúde e necessidades básicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em estudo.
Curitibanos	<p>Projeto: Gerenciamento e Produção Agropecuária Câmara técnica: Câmara Técnica de Desenvolvimento Rural Cidade: Curitibanos Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e viabilizar uma propriedade modelo, que fomenta discussões sobre produção e gestão agropecuária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um círculo virtuoso entre produtor e consumidor; • Fomentar o produtor que se torne o gestor do seu negócio; • Propriedades viáveis economicamente; • Ter propostas de cogestão das propriedades; • Definir a vocação da propriedade; • Ampliar a gama de produtos; • Melhorar e aumentar a produtividade; • Agregar valor ao produto; • Divulgar o produto regional. 	<ul style="list-style-type: none"> • O grupo já realizou uma visita técnica na propriedade rural escolhida e agora estão levantando os pontos a serem analisados e posteriormente iniciar o trabalho de gestão.
Curitibanos	<p>Projeto: Incubadora Social Câmara técnica: Câmara Técnica de Desenvolvimento Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de uma equipe multidisciplinar; • Formação comissão gestora; • Formar grupo de atuação social; 	<ul style="list-style-type: none"> • A Câmara Técnica fez alguns levantamentos e apontaram algumas oficinas para iniciar

	<p>Cidade: Curitiba Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Formar multiplicadores de ações sociais efetivas a partir da sistematização de ideias, fomentando o desenvolvimento social local. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação de multiplicadores; Ter espaços de atuação; Ter áreas de atuação; Envolvimento da comunidade educativa; Envolvimento na comunidade local atendida; Promoção de ambientes criativos; Envolvimento e comprometimento da mídia local. 	<p>o trabalho com os multiplicadores. Já reuniram os voluntários e elaboraram o plano de trabalho com cada oficina.</p>
Curitiba	<p>Projeto: Desenvolvimento regional através do Cicloturismo Câmara técnica: Câmara Técnica do Desenvolvimento Urbano e Turismo Cidade: Curitiba Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver a economia local através da criação de atrativos turísticos baseados nas especificidades geográficas da região e das suas características culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Estimular e promover o turismo na região; Inserir a região na rota de cicloturismo de Santa Catarina; Fomentar o espírito empreendedor na cidade e no interior; Promover o desenvolvimento socioeconômico da região; Discutir as mudanças e perspectivas do cenário econômico local. 	<ul style="list-style-type: none"> O grupo participou de um evento onde comemorou os 10 anos do cicloturismo no Estado, também participaram de uma feira de bicicletas. Os integrantes já estão analisando o melhor trajeto para o Cicloturismo. Já participou de reuniões com Epagri, Secretaria.
Curitiba	<p>Projeto: Educação Empreendedora nas Escolas Câmara técnica: Câmara Técnica da Educação Empreendedora Cidade: Curitiba Status do Projeto: Implementando Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a criação de uma nova geração de pessoas independentes financeiramente, que aprendam desde cedo a utilizar o dinheiro de maneira saudável e consciente para a realização de seus sonhos. 	<ul style="list-style-type: none"> Preparar o jovem para que possa aplicar em seu cotidiano as experiências vivenciadas nos encontros com uma visão ampla e empreendedora. 	<ul style="list-style-type: none"> O grupo já definiu o público, as escolas, o cronograma, a carga horária etc. Os integrantes da Câmara serão as pessoas que irão ministrar as oficinas. Em abril terá uma aula inaugural e o início das oficinas está agendado para o dia 17 de abril.

Curitibanos	<p>Projeto: Curitibanos um passo à frente Educação Empreendedora nas Escolas Câmara técnica: Câmara Técnica - Logística e Distribuição Cidade: Curitibanos Objetivo do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atrair investidores, ressaltando a importância da localização geográfica e nossos potenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar Curitibanos e suas vantagens competitivas por sua localização geográfica; • Valorizar as vantagens logísticas da região; • Apresentar a importância da Câmara Técnica Logística para o desenvolvimento do município; • Despertar interesse aos Investidores e Empresários para análise do potencial de Curitibanos em termos Logísticos e outros; • Valorizar e retomar o projeto do Redex (Porto Seco) bem como sua importância para o desenvolvimento local e seus reflexos no âmbito regional; • Aumento da renda dos Municípios; • Aumento na arrecadação dos impostos para o Município; • Crescimento da economia local/regional; • Geração de empregos; • Melhor IDH. 	<ul style="list-style-type: none"> • O grupo está fazendo alguns levantamentos econômicos no município de Curitibanos, e está orçando materiais de publicidade e propaganda. Está agendado uma visita do grupo no Porto Seco de Caxias do Sul - RS para visitação. O Porto Seco é também um projeto.
-------------	--	---	---

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

ANEXO B – Entrevistas

Proposta de roteiro de Entrevista Semiestruturada

Categorias do estudo	Questões
Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Sustentável Municipal	1. Qual a importância do desenvolvimento sustentável para o Município de Rio Negrinho?
Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Municipal	2. Na sua opinião, quais as práticas relacionadas aos indicadores de desenvolvimento sustentável municipal aplicadas pela Prefeitura de Rio Negrinho? Indicadores: educação, saúde, economia, segurança pública, habitação, assistência social, gestão de risco, demografia, finanças públicas e meio ambiente.
Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Sustentável Municipal	3. Quais as ações relacionadas à sustentabilidade desenvolvida pelo município?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	4. O que incentivou a implantar o DEL em Rio Negrinho?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	5. Quais as dificuldades na implementação do DEL?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	6. Na sua opinião, qual a importância do programa de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) para a sua câmara técnica?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	7. Na sua opinião, qual a contribuição do DEL para a promoção Desenvolvimento Sustentável no município de Rio Negrinho?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	8. Na sua opinião, qual a maior dificuldade está sendo encontrada na implementação do DEL?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	9. O município já consegue identificar melhorias e retorno econômico com as etapas já implantadas?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	10. Quais os principais projetos já implantados pelo DEL?
Desenvolvimento Local e Progresso Econômico	11. Na sua opinião, qual o impacto do DEL para o comércio local no município de Rio Negrinho?

Entrevistados	Perguntas
Prefeito/ Presidente DEL	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11
Vice-Presidente DEL	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11
Ex-Vice-Presidente DEL	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11
Presidente da Câmara de Vereadores	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11
Secretário de Desenvolvimento Econômico	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11
Membro do Conselho DEL/Câmara Técnica Inovação	4,5,6,7,8,9,10,11
Articuladora do DEL	4,5,6,7,8,9,10,11
Câmara Técnica Turismo	4,5,6,7,8,9,10,11
Membro Conselho Polícia Militar	4,5,6,7,8,9,10,11
Membro Conselho Representante Comunidade	4,5,6,7,8,9,10,11
Membro Conselho	4,5,6,7,8,9,10,11
Membro Representante Prefeitura	4,5,6,7,8,9,10,11
Membro Conselho Prefeitura Incubadora Tecnológica	4,5,6,7,8,9,10,11
Membro Conselho Instituição Rotary	4,5,6,7,8,9,10,11
Membro ACIRNE (Consultor)	4,5,6,7,8,9,10,11